



Universidade Federal do Ceará - UFC

Rafael Britto de Souza

Identidade e Epistemologia Narrativa

Fortaleza
2008



Universidade Federal do Ceará - UFC

Rafael Britto de Souza

Identidade e Epistemologia Narrativa

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico de Psicologia do *Centro de Humanidades – CH* da *Universidade Federal do Ceará – UFC* como requisito parcial para obtenção do grau Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Idilva Germano

Fortaleza
2008



Universidade Federal do Ceará - UFC

Rafael Britto de Souza

Identidade e Epistemologia Narrativa

Defesa em: ____ / ____ / ____

Conceito Obtido: _____

Nota Obtida: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Profª. Dra. Maria Aparecida de Paiva Montenegro

Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano (Orientadora)

Fortaleza
2008

Para minha mãe Lisabeth e para meu pai Aldemir...

Agradecimentos

À professora Profa. Dra. Idilva Germano, pelo incentivo e orientação, sem os quais este trabalho não teria sido possível. E por muito mais.

À Profa. Dra. Maria Aparecida de Paiva Montenegro e ao Prof. Dr. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes pelas sugestões e correções que tanto enriqueceram o trabalho.

À minha mãe Lisabeth, meu pai Aldemir e meu irmão David, por tudo.

À minha namorada Claudia, pelo amor, apoio e compreensão.

Gostaria de agradecer também à minha amiga Karuna.

Sumário

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – EPISTEMOLOGIA NARRATIVA

1.A Revolução Cognitiva

O paradigma cognitivista em sua efetivação histórica

1.1 Metáfora Computacional

1.2 Processamento de Informação

2.O paradigma narrativo: uma revolução cognitiva revitalizada

2.1 A metáfora Narrativa

2.1.1 Psicologias e Metáforas-Raiz

2.1.2 O Caráter Gerativo das Metáforas-Raiz

2.1.3 O Caráter Histórico da Psicologia Social

2.1.4 Retro-Alimentação Psicologia-Sociedade

2.1.5 Indissociabilidade Psicologia-História

2.2 Produção de Significado versus Processamento de Informação

2.2.1 Combinação versus Contextualização

2.2.2 Texto versus Contexto

2.3 O Conceito de Narrativa

2.3.1 A Narrativa e o Canônico

2.3.2 A Narrativa e a Autoria da Voz

CAPÍTULO II – A IDENTIDADE COMO NARRATIVA

1.A Questão da Identidade; Ou O que Está Em Questão

2.Unicidade

3.Persistência

3.1 A Persistência da Identidade em uma Perspectiva Essencialista

3.1.1 Abordagem Somática

3.1.2 Abordagem Psicológica

3.1.3 Abordagem Cartesiana

3.2 Insuficiência das Essências para Explicar a Persistência da Identidade

3.2.1 Insuficiência da Abordagem Somática

4. Substância

A identidade narrativa prescinde de qualquer substância

Como sabemos que duas coisas são iguais?

4.1. Insuficiência do Verificacionismo

4.2 Insuficiência da Abordagem Psicológica à Questão da Persistência da Identidade

4.2.1 Semelhança entre Memória e Narrativa

4.2.2 A Necessária Recorrência à Autoria das Vozes

4.2.3 Sentido Independente da Referência

Forma versus conteúdo

O mesmo e o diferente

4.3. Si-mesmo: identidade idem, identidade ipse

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RESUMO

BRITTO, Rafael. **Identidade e Epistemologia Narrativa.**

Orientadora: Profa. Dra. Idilva Germano; UFC-CH, 2008. Dissertação.

Partindo da hipótese de que o paradigma narrativo em psicologia abre perspectivas promissoras e consistentes para os estudos psicológicos, nosso trabalho tem por objetivo arrolar argumentos lógicos, epistemológicos e psicológicos que fundamentem esta hipótese. Metodologicamente, a pesquisa divide-se em dois momentos. No primeiro capítulo, investiga-se as bases epistemológicas deste paradigma, desnudando sua vinculação com o pós-fundacionalismo e com a filosofia analítica da linguagem ordinária. Defendemos que o conceito de narrativa tem muito a se beneficiar e enriquecer caso seja lido como uma, dentre as inúmeras, formas possíveis de Jogo de Linguagem. No segundo capítulo, buscamos exemplificar a proficuidade desta abordagem psicológica valendo-nos dela para abordar o conceito de identidade, que é central para a psicologia social. A abordagem narrativa do conceito de identidade, tal como a compreendemos, divide-se em três grupos de questões. Essas questões gravitam em torno da unicidade, da persistência e da substância. A utilização da abordagem narrativa para enfrentar as dificuldades teórico-metodológicas e conceituais impostas pelas problemáticas envolvidas na questão da identidade pessoal mostrou-se, ao mesmo tempo simples e abrangente, apontando para as vantagens inerentes à adoção do conceito narrativo de identidade.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade – Psicologia Narrativa – Epistemologia

ABSTRACT

BRITTO, Rafael. **Identidade e Epistemologia Narrativa.**

Orientadora: Profa. Dra. Idilva Germano; UFC-CH, 2008. Dissertação.

This dissertation begins with the premise that the Narrative Psychology paradigm opens new and promising perspectives to the study of Psychology in general. Our work aims to enumerate logical, epistemological and psychological arguments that can back this premise up. Methodologically this research is divided in two sections. In the first one, we investigate the epistemological ground of this paradigm. The relation with both the post-foundationalist approach and the analytic philosophy of ordinary language is disclosed. We defend also that the narrative concept has much to gain when it is read as a language game, among a myriad of others. In the second chapter we intended to exemplify the advantage of this approach over other traditional ways to treat the problem of psychological identity. Given its complexity, the concept of narrative identity has to be treated in at least three levels, comprising three great groups of questions. These questions are: the persistence of identity along time, the question of the unity and the question of substance. The use of narrative concept showed to be, at the same time, a simple and a broad way to solve the problems raised by these questions. Such a result points to a sample of the benefits that can be reaped from the adoption of this paradigm.

KEY WORDS

Psychological Identity – Narrative Psychology - Epistemology

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2007 finalizei uma dissertação de mestrado acerca da filosofia de Wittgenstein. Meu objetivo então foi explorar algumas virtualidades abertas por conceitos centrais de sua obra. Dentre esses, o conceito de jogo de linguagem foi central tanto para a elaboração de minha referida dissertação de filosofia quanto para a concepção do presente trabalho.

Minhas leituras e experiências discentes na graduação de psicologia já haviam sido suficientes para me convencer do significativo apartamento da psicologia com a filosofia analítica contemporânea. Parecia que a psicologia tinha passado completamente ao largo das mudanças tectônicas trazidas à tona pela reviravolta lingüístico-pragmática da filosofia. Como se sabe, esse ramo da filosofia analítica encontra em Wittgenstein um dos seus contribuintes mais importantes. Os filósofos da linguagem ordinária, ou os ‘filósofos de Cambridge’ como ficaram conhecidos, privilegiaram o estudo da linguagem em seu contexto social, em oposição ao estudo das linguagens artificiais. Chamaram a atenção para o caráter contextual do significado, para a independência das diversas formas de linguagem, bem como para o fato de a referência não ser indispensável para a construção do significado.

O conceito de jogo de linguagem condensa todos esses aspectos centrais e seminais da filosofia analítica da linguagem ordinária. Um dos objetivos principais da minha dissertação de filosofia era mostrar como este conceito (e todo um novo ramo filosófico exemplificado e possibilitado por ele) abria possibilidades de revitalização para o discurso ético. Pois exatamente nesta época em que me dedicava integralmente a esta tarefa sou instado a apresentar um plano de trabalho para aquilo que viria a se tornar o presente texto.

Uma idéia inicial foi elaborar um trabalho explorando diretamente algumas das abundantes e inegáveis contribuições de Wittgenstein para a Psicologia. Entretanto, ao travar conhecimento dos teóricos da psicologia narrativa, mediante a orientação da Professora Doutora Idilva Germano, minhas idéias iniciais foram gradativamente direcionando-se a uma análise do conceito de identidade, à luz das reflexões da

perspectiva narrativista que vem ganhando terreno na Psicologia contemporânea. A soma destes fatores resultou no texto que se segue.

A psicologia narrativa surge na década de 1980 como uma reação aos rumos tomados pela revolução cognitiva. Seu objetivo principal era trazer o conceito de significado de volta para o centro das atenções dos pesquisadores de psicologia e é precisamente no que diz respeito à concepção de significado e, por implicação à concepção de linguagem, que a psicologia narrativa se filia à filosofia analítica da linguagem ordinária. A concepção de significado dos psicólogos narrativos se opõe àquela dos psicólogos cognitivos, de forma semelhante ao modo como a concepção de significado dos filósofos da linguagem ordinária se opõe à dos filósofos da primeira virada lingüística.

Jerome Bruner condensa magistralmente a concepção de significado endossada pela psicologia narrativa, ou ‘psicologia cultural’ para usar seu termo.

O tipo de significados interpretativos que estamos considerando é metafórico, alusivo, muito sensível ao contexto [...] o significado, neste sentido, difere fundamentalmente do que os filósofos da tradição dominante anglo-americana quiseram dizer com *meaning*. Isso significa que ‘significado cultural’ deve ser, portanto, uma categoria totalmente impressionista ou literária? Se assim fosse, então os presságios não seriam bons para uma psicologia cultural centrada em um contexto mais ‘frouxo’ de significado. Porém, não penso que seja assim [...] Conduzidos por teóricos dos atos de discurso inspirados diretamente em John Austin e indiretamente em Wittgenstein os estudiosos da mente centraram seus esforços durante os últimos trinta anos em restaurar o contexto comunicativo das discussões sobre significado (BRUNER, 1997, p. 58-9)

O alinhamento da psicologia narrativa com a filosofia analítica da linguagem ordinária é patente. O que ainda precisa ser explicitado é a escolha da narrativa como forma privilegiada de acessar os significados psicológicos e o lugar que essa forma específica de linguagem ocupa no multifacetado universo lingüístico. Para tanto, a compreensão do conceito de jogo de linguagem é indispensável.

Jogos De Linguagem

O conceito de Jogo de Linguagem é utilizado pelo Segundo Wittgenstein para representar a variedade assim como a irredutibilidade das várias formas de linguagem. Ao eleger a analogia do jogo para explicar a forma como a linguagem humana funciona

e se estrutura, Wittgenstein está simultaneamente exemplificando uma de suas principais críticas à visão tradicional de linguagem.

A visão tradicional da linguagem parte da premissa segundo a qual o significado deriva da referência. Assim sendo, qualquer forma de linguagem extrairia seu significado da realidade que ela descreve ou representa. Em última instância isto quer dizer que há apenas uma forma de linguagem. Está implicada nesta concepção a crença de que a linguagem possui uma essência. É exatamente essa mesma visão que leva os defensores da visão tradicional de linguagem a acreditar que o que nos possibilita usar o mesmo nome para designar coisas diferentes é o fato de estes nomes possuírem uma essência ou característica comum.

Uma breve reflexão acerca do significado da palavra ‘jogo’ nos mostra a fragilidade desta concepção tradicional de linguagem. Qual é a essência comum a todos os jogos que torna lícito o nosso comportamento de designar todos eles com o mesmo nome? Uma vez abraçada a concepção tradicional de linguagem, calcada na teoria da verdade como correspondência, a resposta a esta questão passa a ser uma condição *sine qua non* para a compreensão do significado da palavra ‘jogo’.

Entretanto, a busca desta essência comum a todos os jogos é inevitavelmente fadada ao fracasso. A eleição de qualquer característica para ocupar o louvado lugar da essência deixará de fora da extensão do termo ‘jogo’ uma infinidade de atividades que são corrente e inequivocamente incluídas naquilo que pretendemos dizer quando usamos a palavra jogo. Se definirmos jogo como a atividade de empurrar pedras sobre um tabuleiro, por exemplo, excluiremos os jogos de carta, de bola e de roda. O mesmo problema se dando com o significado de qualquer palavra que queiramos esclarecer e com qualquer característica que elejamos como essencial.

Para Wittgenstein (1953)¹, dizer que a essência da linguagem é a descrição é semelhante a dizer que a essência dos jogos consiste em empurrar pedras sobre um tabuleiro. Ambas as definições são muito limitadas.

Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros: comandar [...] descrever um objeto conforme a aparência [...] relatar um acontecimento. Conjeturar sobre o acontecimento. Expor uma hipótese e prová-la. Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas. Inventar uma história. Representar teatro. Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar. É interessante comparar a

¹ A partir de agora, quando nos referirmos à obra *Investigações Filosóficas* utilizaremos a abreviação (IF) seguida do número do parágrafo referente.

multiplicidade das ferramentas da linguagem e os seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (IF §23)

Mas com o conceito de jogo de linguagem, Wittgenstein não está apenas chamando a atenção para a limitação da concepção tradicional (essencialista) de linguagem. Seu objetivo é também mostrar a inadequação deste modelo. Isto porque, mesmo que conseguíssemos formular uma definição que englobasse todas as atividades designadas pela palavra jogo, ainda assim, não estaríamos de posse do significado real e primeiro dessa palavra. O mesmo princípio valendo para a compreensão da linguagem como um todo.

Podemos reconhecer todas as peças do jogo de xadrez e ainda assim, não saber o significado do jogo. Isto porque o significado do jogo de xadrez se encontra “nas circunstâncias a que chamamos ‘jogar uma partida de xadrez’, ‘resolver um problema de xadrez’ e coisas do gênero” (IF§33). Da mesma forma, o significado da linguagem não é algo que lhe seja inerente *a priori*, como uma essência. O significado é dado pelo uso que se faz dela em contextos específicos. Por essa razão Wittgenstein se refere aos jogos de linguagem como “o conjunto da linguagem e das atividades com as quais ela está interligada” (IF§7).

Por compreender o significado como sensível ao contexto e dependente do uso, Wittgenstein substitui a metáfora do cálculo pela metáfora do jogo para explicar o funcionamento da linguagem.

Dito isto, explicita-se um dos aspectos centrais da influência do pensamento de Wittgenstein no desenvolvimento da Psicologia Narrativa. Como veremos ao longo do trabalho, uma das principais bandeiras desta abordagem é precisamente a substituição da computação pela narrativa como metáfora mais adequada para a compreensão dos fenômenos psicológicos. Pressuposta nesta substituição está a crença de que a linguagem constitui e não apenas expressa os fenômenos psicológicos mais importantes.

A narrativa é apenas um dentre os inúmeros jogos de linguagem possíveis e existentes. Ao longo do trabalho empreende-se uma tentativa de justificar a eleição deste jogo de linguagem como o mais adequado para acessar os significados da realidade da qual a psicologia se ocupa. A escolha deste jogo de linguagem específico não implica, e é importante que se tenha isto bem claro, uma negação da importância dos demais jogos de linguagem para a construção da realidade psicológica.

Os jogos de linguagem não são isolados uns dos outros como mônadas; eles se comunicam, se interpenetram e se constituem mutuamente. A própria narrativa como um jogo de linguagem se vale de várias estratégias emprestadas de outros jogos, como o descritivo, o avaliativo, o imperativo, etc.

No primeiro capítulo nos ocuparemos demoradamente na justificação da escolha da narrativa como a forma lingüística mais propícia para acessar os significados psicológicos. De cunho mais epistemológico, este capítulo intenta esboçar a estrutura desta abordagem psicológica a que nos referiremos como ‘Paradigma Narrativo em Psicologia’. Também neste domínio, a influência de Wittgenstein não deve passar sem menção. Isto porque as duas principais características epistemológicas que sustentam o Paradigma Narrativo em psicologia foram fortemente influenciadas e enriquecidas por contribuições advindas de Wittgenstein. Refiro-me aqui ao contextualismo no que diz respeito ao conceito de significado e ao pós-fundacionalismo como postura metafísico-epistemológica.

No segundo capítulo tomamos como objeto de estudo o conceito de identidade psicológica. A concentração neste único conceito de importância central para a psicologia cumpre dois propósitos. Por um lado, torna mais concreta a caracterização do **Paradigma Narrativo em Psicologia**, nos permitindo ver com mais precisão a forma como esta abordagem psicológica trata os problemas com os quais se ocupa. Por outro lado, ao mostrar o conceito de identidade narrativa, explicita-se a inovação que este paradigma traz para a solução de antigos problemas psicológicos.

Esta inovação, no entanto, só pode ser tida como tal se considerarmos o contexto no qual ela se dá. Ou seja, na seara da psicologia. Esta ressalva é fundamental, pois certamente abordagens similares foram há muito tempo difundidas em outras disciplinas. A filosofia, a lingüística, a retórica, a semiótica são exemplos eloqüentes. Mas como bem lembra Bruner (1990), o isolamento epistemológico no qual a Psicologia se colocou ao buscar seus próprios métodos dificultou a troca de informação com as outras disciplinas das ciências humanas:

Penso que o que impediu a psicologia de continuar a se desenvolver estavelmente segundo essas linhas promissoras foi sua teimosa posição antifilosófica, que a manteve isolada das correntes de pensamento de suas disciplinas vizinhas das ciências humanas. Em vez de encontrar uma causa comum com nossos vizinhos para definir idéias centrais como ‘mente’ ou ‘si-mesmo’ nós, na psicologia, preferimos confiar nos paradigmas da pesquisa padronizada para ‘definir’ os nossos próprios conceitos. (BRUNER, 1990, p. 91)

É sob o signo dessa reaproximação da Psicologia com outras disciplinas das ciências humanas, sobretudo com as contribuições da filosofia analítica da linguagem ordinária que este trabalho foi concebido. O cerne da questão foi contribuir para que as conquistas já difundidas da filosofia da linguagem ordinária se façam notar no terreno familiar aos psicólogos. Para tanto, acreditamos ser no Paradigma Narrativo que esta tentativa encontra seu solo mais fértil.

A bibliografia acerca do paradigma narrativo em psicologia é muito escassa no Brasil. Por esse motivo preferimos abordar neste trabalho as idéias gerais que vinculam vários teóricos deste paradigma ao invés de nos deter no trabalho de apenas um deles. Claro está que qualquer generalização deste tipo não discrimina diferenças entre os membros da classe. Mas uma vez compreendido que a vinculação de teorias afins sob o manto de uma designação unitária dá-se mais no plano ideal-teórico do que no plano prático-empírico, essa limitação não deve ser encarada como uma falha.

Nesta mesma linha, a menção que fazemos a outras abordagens, como a psicanálise, a teoria de Goffman, e outras, se refere sempre, salvaguardados os casos onde se explicita o contrário, à forma como tais teorias são usualmente lidas no meio acadêmico não especializado. As diferentes leituras da psicanálise ou da *Poética* de Aristóteles, por exemplo, cabe aos especialistas das respectivas áreas. Se a menção feita a tais autores não corresponde à leitura que um algum grupo de especialista faz, isto não desmerece em nada os argumentos aqui apresentados. Demonstrando apenas que o alvo intencionado era outro.

Capítulo I – Epistemologia Narrativa

As diferenças epistemológicas, com seus sucedâneos metodológicos, práticos, técnicos e conceituais, que abundam no campo da ciência psicológica, parecem destituídas de um denominador comum. Privado deste solo comum sobre o qual a construção de um consenso poderia ser buscada, a Psicologia, celebra, tolera ou lamenta sua diversidade irreduzível, dependendo da postura pessoal, teórica ou ideológica de seus teóricos.

Como bem colocou Geertz (2001, p. 166) a respeito da diversidade radical da psicologia:

Desde que foi realmente lançada como disciplina e profissão na segunda metade do século XIX, sobretudo pelos alemães, a auto-proclamada “ciência da mente” não foi perturbada apenas por uma proliferação de teorias, métodos, teses e técnicas. Isso afinal era de se esperar. Foi também impelida por caminhos fantasticamente diferentes sobre aquilo a que “se refere” como costumamos dizer – o tipo de conhecimento, o tipo de realidade, e o tipo de objetivo que se espera que ela alcance. Vista de fora, pelo menos, a psicologia não parece um campo único, dividido em escolas e especialidades da maneira habitual. Parece um sortimento de investigações díspares e desconexas, reunidas em uma mesma classe pelo fato de todas se referirem, de um modo ou de outro, a tal ou qual coisa que se chama ‘funcionamento mental’. Dezenas de personagens a procura de um texto.

Ao buscar fundamentar nossa hipótese de que o paradigma narrativo² abre perspectivas promissoras e consistentes para as investigações psicológicas, não procuramos com isso propor a unificação dos paradigmas psicológicos ou a substituição de todos eles por um único e mesmo paradigma. A possibilidade ou a deseabilidade de tal propósito é por si só um tema bastante controverso e inconcluso para nos ocuparmos dele aqui.

O escopo deste trabalho se limita, portanto, apenas a elencar argumentos lógicos, epistemológicos e psicológicos que nos autorizem a justificar as pretensões dos teóricos da Psicologia Narrativa em eleger tal paradigma como uma alternativa teórica e epistemológica em psicologia.

² Por “Paradigma Narrativo” nos referimos ao conjunto de teóricos que partilham a crença segundo a qual o estudo da narrativa é o melhor meio para a compreensão dos fenômenos psicológicos. Forneceremos uma definição mais elaborada adiante.

Nesta primeira parte do trabalho, empreendemos uma tentativa de compreensão do termo “psicologia narrativa”. Nosso objetivo neste momento é tão somente apresentar, da forma mais clara e consistente possível, os traços que nos permitam identificar sobre o que se está falando quando se fala em “paradigma narrativo em psicologia”. As diferenças específicas entre os vários teóricos da Psicologia Narrativa, sejam elas de temática, de ênfase ou método, serão ignoradas em favor de uma visão panorâmica (*Übersicht*). Perde-se as árvores, ganha-se a floresta. Alguns aspectos serão apenas aludidos, outros apresentados sem o acompanhamento de fundamentação lógica ou epistemológica aprofundada. Tais lacunas, advindas da natureza e objetivos desta exposição inicial, serão posteriormente preenchidas. As seções posteriores deste trabalho se ocuparão em grande parte delas.

Se quiséssemos apresentar o paradigma narrativo como uma história, sem dúvida Jerome Bruner seria seu protagonista e a narração seria em forma de uma saga. Na saga, o personagem principal se depara sucessivamente com obstáculos, os quais supera um depois do outro. A história não terminaria com a estabilização da narrativa, pois isso implicaria a violação dos princípios de saga³, mas em um momento qualquer depois da superação de um dos obstáculos. Consideramos metaforicamente esses obstáculos como sendo obstáculos epistemológicos no sentido dado por Bachelard e as soluções encontradas pelo protagonista (Bruner) como sendo mudanças de paradigma (Kuhn) e terminemos a narrativa onde começa nossa investigação, ou seja, uma conceituação do paradigma narrativo em psicologia.

1. **A Revolução Cognitiva**

Jerome Bruner começa sua carreira como psicólogo, no auge do Behaviorismo, na década de 1940, na universidade de Harvard⁴. Realiza pesquisas com ratos de laboratório, mas logo considera o paradigma reinante como um obstáculo para a investigação de questões que considerava mais centrais para o desenvolvimento da

³ (Gergen; Gergen, 1986, p.27) Segundo a caracterização feita por esses autores que diferenciam narrativas de final feliz das sagas.

⁴ Descrição baseada em Geertz(2001, p. 167)

disciplina. Isso o levou a se juntar a outros teóricos, igualmente insatisfeitos com o paradigma reinante e a propor a “volta da mente”. A ‘volta da mente’ “tornou-se o grito de guerra de toda uma geração de psicólogos, lingüistas, modeladores do cérebro, etólogos e cientistas da informática, além de alguns filósofos de orientação empirista.” (GEERTZ, 2001, p. 167). Bruner torna-se assim um dos líderes da revolução cognitiva.

Em curso no final da década de 1950, a revolução cognitiva coloca como temas centrais em sua agenda de pesquisa, não mais condicionamento, estímulo, resposta, mas sim aquilo que poderíamos chamar de atos mentais, que envolve objetos de estudos tão díspares como o pensamento, a compreensão, a imaginação, a memória e o sentimento.

Nas palavras inequívocas de Bruner, a revolução cognitiva “não se tratava de uma revolução contra o comportamentalismo” (BRUNER, 1997, p. 16) Seu objetivo era mais produtivo do que destrutivo. Mais inaugural do que reparativo.

Sua meta era descobrir e descrever formalmente os significados que os seres humanos criavam a partir de seus encontros com o mundo e então levantar hipóteses sobre que processos de produção de significados estavam implicados. Ela focalizou as atividades simbólicas que os seres humanos empregavam para construir e extrair significado não apenas do mundo, mas de si mesmos. (BRUNER, 1997, p. 16)

Percebe-se assim que o significado desponta, nos primórdios da revolução cognitiva, como a temática central ao redor da qual as pesquisas psicológicas passariam a gravitar. Os ditos atos mentais, acima mencionados, também saem dos bastidores e vêm ao primeiro plano como objetos privilegiados de estudo. Estas são as pautas centrais e as reivindicações fundamentais dos idealizadores da revolução cognitiva. Mas, como diz Riobaldo, “a realidade não pára quieta” e as idéias, objetivos, projetos e teorias chocam-se constantemente contra obstáculos em seu caminho de se tornarem realidade, realizações e práticas. Por essa razão descrevemos brevemente como se configurou o paradigma cognitivo em sua efetivação histórica, para em seguida retomarmos à idéia central que o engendrou, ou seja, aos princípios que animaram a idéia da revolução cognitiva.

O paradigma cognitivista em sua efetivação histórica

É próprio do cognitivismo tradicional entender a mente como um sistema de órgãos de computação. O termo ‘computação’ neste contexto é usado no sentido de ‘processamento de informações’. Steven Pinker, talvez o mais profícuo representante vivo do paradigma cognitivista em Psicologia define a mente humana nos seguintes termos. “A mente é um sistema de órgãos de computação, elaborado pela seleção natural para solucionar o tipo de problemas enfrentados por nossos ancestrais em seu modo de vida extrativista”. (PINKER, 1997, p. 13)⁵.

Isto não significa que os cognitivistas subscrevam a teoria segundo a qual a mente pode ser reduzida ao cérebro, o que em última instância os obrigaria, sendo logicamente coerentes, a aceitar a implicação de que a Psicologia pode (ou poderá vir a ser) substituída algum dia pela neurologia. A não-vinculação do cognitivismo a essa teoria fica bastante clara quando Steven Pinker aprofunda sua definição de mente ao dizer que “a mente é o que o cérebro faz”. (PINKER, 1997, p. 13)⁶. Como a forma de definir ‘aquilo que o cérebro faz’ não é isenta de controvérsias, Pinker não se furta à tarefa de esclarecer a forma cognitivista de definir aquilo que o cérebro faz, e assim o fazendo, definir por tabela, o objeto de estudo da Psicologia. Diz ele: “[...] Especificamente, o cérebro processa informação, e pensar é um tipo de computação”. (PINKER, 1997, p. 13)⁷

Ao definir a mente como um sistema de órgãos de computação, cujo funcionamento consiste no processamento de informação, Steven Pinker nos fornece duas informações importantíssimas, além da já mencionada delimitação do objeto de estudo da Psicologia. São elas, 1) a eleição da metáfora computacional como a metáfora-raiz da Psicologia (cognitiva) e, 2) a centralidade, ou exclusividade dada por essa escola ao estudo dos meios de processamento de informação utilizados pelo cérebro.

5 No original “The mind is a system of organs of computation, designed by natural selection to solve the kinds of problems our ancestors faced in their foraging way of live”.

6 No original “The mind is what the brain does”.

7 No original “[...] specifically, the brain process information, and thinking is a kind of computation”.

1.1 Metáfora Computacional

Quando Steven Pinker define a mente como um ‘sistema de órgãos de computação’, a escolha do computador como metáfora-raiz do paradigma cognitivo se torna evidente. Em outras palavras, o computador passa a ser, para os cognitivistas, o modelo a partir do qual seus estudos do homem se desdobram. É importante ressaltar, entretanto, que isto não significa que os cognitivistas, ao elegerem a metáfora computacional como modelo para a investigação psicológica estejam, apenas por essa escolha, sendo reducionistas ao extremo. Que estejam considerando o funcionamento da mente idêntico ao funcionamento dos computadores. A escolha desta metáfora-raiz significa apenas que os cognitivistas consideram que aquilo que caracteriza a mente é o fato de esta ser um sistema de processamento de informações. Analogia não implica isomorfismo. Metáforas são figuras de linguagem, não símbolos de igualdade.

Uma vez que se define a mente como um sistema de órgãos de computação e se elege esta mente como o objeto de estudo da Psicologia, não se está longe de considerar a Psicologia como um campo de estudo muito mais afim à robótica do que à literatura, mais próximo da computação do que da história ou da antropologia.

É na esteira destas metáforas e analogias que Steven Pinker inicia seu livro *How the Mind Works* com uma pergunta tão intrigante quanto reveladora do comprometimento teórico de sua escola. A pergunta é: “Por que há tantos robôs na ficção, mas nenhum na vida real?” (PINKER, 1997, p. 3)⁸. Claro que o psicólogo americano não está interessado em computação propriamente, mas sim na forma como a mente humana funciona. O que leva um cognitivista como Steven Pinker a se colocar uma questão desta natureza é o fato de considerar que o estudo de sistemas de processamento de informação lança luz no estudo do funcionamento da mente humana, e vice-versa.

Isto porque, apenas para citar um exemplo, as dificuldades enfrentadas para a construção de robôs poderiam revelar a um psicólogo bem treinado os tipos de problemas que nossas mentes enfrentam e as formas como estas os solucionam diariamente, sem que nem ao menos nos demos conta de sua existência ou complexidade.

⁸ No original “Why are there so many robots in fiction but none in real life?”

1.2. Processamento de Informação

Outra característica importante da Psicologia cognitiva que podemos extrair da definição de mente de Steven Pinker é a centralidade dada ao estudo dos mecanismos mentais de processamento de informação. Assim como fizemos com a metáfora computacional, tomaremos a centralidade dada ao processamento de informação como sendo apanágio desta escola psicológica. Claro está que estas duas características estão intimamente relacionadas e que a compreensão de uma nos obriga invariavelmente a recorrer à explicação da outra.

Vimos acima que, ao se questionar os motivos pelos quais havia tantos robôs na ficção, mas tão poucos na realidade, Steven Pinker revela o computador como sendo a metáfora-raiz da Psicologia cognitiva. Mas revela mais do que isso. Revela também a centralidade que confere aos meios de processamento de informação. Esta pergunta sem dúvida é intrigante, sobretudo se levarmos em consideração a complexidade dos computadores atuais. Há computadores que podem solucionar em minutos problemas que os seres humanos levariam anos, que são capazes de arquivar e acessar informações com uma rapidez e precisão inatingíveis para nós. Resolvem equações matemáticas complexas e jogam xadrez melhor do que a maioria de nós jamais jogará. Os exemplos são ilimitados.

Mas porque então os computadores são inviáveis como robôs? O motivo é simples. A execução de tarefas ordinárias como reconhecer faces, utilizar significativa e apropriadamente conceitos simples como ‘solteiro’, contar estórias ou saber que quando alguém sai de casa necessariamente leva sua cabeça consigo é tão complexa para qualquer computador existente que a viabilidade de se construir computadores que sejam capazes de realizá-las é uma empreitada sem previsão de término bem sucedido.

Este contraste parece um paradoxo computacional. Por um lado, os computadores são infinitamente mais hábeis do que os humanos em tarefas ‘complexas’, por outro lado, são incapazes de realizar as tarefas que os seres humanos

comuns executam ordinariamente sem as perceber como problemáticas. Pinker não esconde sua perplexidade diante dos fenômenos de senso comum⁹.

Após demonstrar a dificuldade que um sistema de processamento de informação não-biológico, diferente do cérebro humano, tem para usar significativamente um conceito tão simples como o de ‘solteiro’, por exemplo, Steven Pinker diz, “saber quem é um solteiro é apenas senso comum, mas não há nada de comum acerca do senso comum”. (1997, p. 13)¹⁰. Assim como os profissionais de informática encontram dificuldades em construir computadores capazes de lidar adequadamente com os problemas ordinários resolvidos satisfatoriamente pelo senso comum, da mesma forma é difícil para uma psicologia marcada pela visão da mente como órgão de processamento de informação lidar – dentro do escopo do próprio paradigma – com esses mesmos fenômenos ordinários típicos do senso-comum. Como coloca Pinker (1997, p. 14): “[...] As regras do senso comum, como as categorias do senso comum, são frustrantemente difíceis de serem estabelecidas”¹¹.

Nada impede, entretanto, que estes problemas venham a ser solucionados em um futuro próximo. À medida que se descobre mais e mais acerca da forma como o cérebro

⁹ A incapacidade dos computadores produzirem e compreenderem narrativas é um exemplo esclarecedor. Segundo Umberto Eco (1994) todo texto pressupõe um leitor-modelo, ou seja, um leitor-empírico que saiba pré-textualmente uma série de coisas que são pressupostas para a compreensão adequada do texto em questão. A esses elementos pré-textuais Eco chama de ‘Enciclopédia’. É precisamente esta Enciclopédia que é difícil estabelecer e transmitir a um computador. Vejamos o exemplo fornecido por ECO (1994, p.116) Em seu livro *The cognitive computer*, Roger Schank e Peter Childers nos permite focar o problema de outro ângulo: qual é o formato da Enciclopédia que se deveria dar a uma máquina para que ela possa escrever (e entender) fábulas como as de Esopo?

Em seu programa *Tale-spin* começaram com uma Enciclopédia em pequena escala: o computador foi informado como – considerando-se um conjunto de situações problemáticas – um urso poderia fazer planos para conseguir mel.

“No início das tentativas, o Urso perguntou ao Pássaro onde poderia encontrar mel e o Pássaro respondeu que ‘havia uma colméia no carvalho’. Porém, numa das primeiras histórias produzidas pelo computador, o Urso se agastou, pois achou que o Pássaro não lhe tinha respondido. Na verdade, faltava à sua competência enciclopédica a informação de que às vezes se pode indicar a localização de um alimento utilizando-se metonímia – quer dizer, designando a fonte em vez do alimento [...]Schank e Childers entenderam que tinham que ser mais explícitos com um computador e lhe forneceram dados sobre a relação do alimento com sua fonte. Entretanto, quando o Pássaro repetiu que havia uma colméia no carvalho, o Urso foi até o carvalho e devorou a colméia”.

A lista de fracassos do computador-fabulista segue indefinidamente, mostrando quão ilimitada é a Enciclopédia pressuposta para a compreensão de uma simples estória infantil.

¹⁰ No original “Knowing who is a bachelor is just common sense, but there is nothing common about common sense”.

¹¹ No original “The rules of common sense, like the categories of common sense, are frustratingly hard to set down”.

humano processa as informações, mais fácil se torna emular tais operações em computadores não biológicos.

Uma questão completamente diferente, diz respeito a saber se o fato de um computador processar determinada informação da forma que nós fazemos o torna um candidato à aplicação do adjetivo de “inteligente”, “racional” ou mesmo “consciente”. Steven Pinker (1997, p. 65) deixa bem claro a postura da sua escola a este respeito, ao dizer que: “Não, inteligência não vem de um tipo especial de espírito, ou matéria, ou energia, mas de um bem diferente: informação”¹².

Após descartar sensatamente as teorias metafísicas da inteligência, que tendem a explicá-la em termos carentes eles mesmos de explicação, Pinker passa a uma definição esclarecedora de informação:

Informação é a correlação entre duas coisas que é produzida por um processo legítimo (por oposição àqueles surgidos por mero acaso). Dizemos que os anéis em um tronco carregam informação sobre a idade da árvore porque seus números se correlacionam com a idade das árvores (quanto mais velha a árvore, mais anéis ela tem), e a correlação não é uma coincidência, mas é causada pela forma como as árvores crescem. Correlação é um conceito matemático e lógico. (PINKER, 1997, p. 65)¹³

Aceitar tal definição de inteligência implica que os computadores podem ser (pelo menos poderiam ser) considerados inteligentes. Isto porque as operações requeridas para satisfazer tal definição de inteligência poderiam ser, todas elas, efetuadas por computadores.

Estas são, em linhas gerais, as características principais da Psicologia cognitiva, tal como ela efetivou-se historicamente. Com isso em mente, podemos compreender melhor por que tal abordagem psicológica constituiu um obstáculo na trajetória intelectual de Bruner e como ele inaugura um novo movimento na psicologia para superar aquilo que considera ser as limitações desse paradigma.

Como vimos acima, a revolução cognitiva em psicologia visava trazer o conceito de mente de volta às ciências humanas e mais especificamente à psicologia, após aquilo

12 No original “No, intelligence does not come from a special kind of spirity or matter or energy but from a different commodity, information”.

13 No original “Information is a correlation between two things that is produced by a lawfull process (as opposed to coming about by sheer chance). We say that the rings in the stump carry the information about the age of the tree because their number correlates with the tree’s age(the older the tree, the more rings it has), and the correlation is not a coincidence but it is caused by the way the trees grow. Correlation is a mathematical and logical concept”.

que Bruner designou como “um longo e frio inverno de objetivismo”. (BRUNER,1997, p. 15). Mas tão logo a revolução foi bem sucedida em trazer o conceito de mente de volta para o campo dos estudos psicológicos, ela parece ter traído seu impulso original. Seguindo o destino da maioria das revoluções, a revolução cognitiva traiu-se tão logo se efetivou. Uma passagem de Bruner nos fornece concisamente um quadro de como essa revolução contradisse seu impulso original.

Muito cedo, por exemplo, a ênfase começou a mudar do ‘significado’ para a ‘informação’, da construção de significado para o processamento de informações. Essas questões são profundamente diferentes. O fator chave foi a introdução da computação como metáfora reinante e da informação como critério necessário para um bom modelo teórico”. (BRUNER, 1997, p. 17)

2. O paradigma narrativo: uma revolução cognitiva revitalizada.

Dissemos no começo do texto que se fôssemos narrar a história do surgimento da Psicologia narrativa, ela teria a forma de uma saga e Bruner seria seu protagonista. Primeiro vimos que, ao encarar os obstáculos epistemológicos postos pelo objetivismo ao desenvolvimento da psicologia, Bruner propôs solucioná-lo com a revolução cognitiva. Em seguida, haveria uma complicação no enredo e Bruner percebe (ou considera) que esta revolução, na forma como foi efetivada historicamente, traía seu impulso original, e, para resolver este problema, propõe o paradigma narrativo em psicologia, ou uma “revolução cognitiva renovada”. (BRUNER, 1997, p.15).

Antes de iniciarmos o estudo do paradigma narrativo, é importante salientar que, ao propor um paradigma alternativo, criticando o cognitivismo, não se está menosprezando os resultados obtidos nessa abordagem, ou se acreditando em uma superação desta. Tal posicionamento implicaria uma vinculação sub-reptícia ao positivismo, que é precisamente um dos focos centrais de crítica da Psicologia Narrativa. Rejeitar os ganhos trazidos pela Psicologia cognitiva seria como jogar fora o bebê junto com a água do banho.

Como introdução ao paradigma narrativo, tomaremos como ponto de partida as duas principais reivindicações propostas pelos seus idealizadores:

- 1) A escolha da narrativa como metáfora-raiz para os estudos psicológicos
 - 2) A ênfase no estudo da produção e da compreensão do significado.
-

É imprescindível manter em mente a prévia exposição das características do paradigma cognitivo. O contraste será esclarecedor pois nos permitirá discriminar com propriedade, as peculiaridades de cada paradigma.

2.1 A metáfora Narrativa

Os teóricos da Psicologia narrativa partem da premissa segundo a qual a metáfora mais adequada para o estudo do homem é a narrativa. Consideram, em maior ou menor grau, que “o problema do entendimento dos padrões dinâmicos do comportamento humano parece estar mais próximo de uma solução através dos estudos da narrativa[...]” (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006, p. 1)

A eleição da narrativa como metáfora-raiz marca uma reaproximação da psicologia com outras disciplinas das ciências humanas, ao mesmo tempo em que leva a psicologia a se afastar radicalmente de sua relação com disciplinas afeitas ao positivismo, como é o caso da computação. Na narração e não na computação (como crê a psicologia cognitiva), a chave interpretativa da ação e da condição humana deveria ser buscada. Assim,

A origem do interesse pela narrativa pelas ciências humanas parece ser a descoberta na década de 1980, de que a forma de estória, tanto oral quanto escrita, constitui um parâmetro lingüístico, psicológico, cultural e filosófico fundamental para a nossa tentativa de explicar a natureza e as condições de nossa existência” (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006, p. 2)¹⁴.

Esta reaproximação da psicologia com as demais ciências humanas, estimulada e possibilitada pela adoção da narrativa como metáfora-raiz é de suma importância para a compreensão da relevância histórica e conceitual deste paradigma. Retornaremos a este tópico mais adiante. Por ora é importante mencionar o caráter dialético desta reaproximação, uma vez que ela causou – ao mesmo tempo em que foi causada por – uma maior interação com disciplinas afeitas ao estudo da linguagem, como é o caso da

¹⁴ Os autores citam os seguintes teóricos como representantes desse interesse pela narrativa (Bhaktim; Bauman; Britton e Pellegrini; Bruner; Mitchell; Nelson; Ricoeur, Sarbin, Schafer.

lingüística, da literatura, da semiótica, da teoria do discurso, da poética, e principalmente da filosofia analítica.

É importante expor alguns motivos elencados pelos narrativistas como justificativa da eleição da narrativa como a metáfora-raiz da psicologia. Mas antes disso, uma conceituação mais precisa do termo “metáfora-raiz” se faz imperativa.

O método da metáfora-raiz foi desenvolvido por Stephen Pepper em sua obra intitulada *World Hypothesis* (1942). A intuição básica de Pepper, que era um especialista em estética e metafísica, era que qualquer visão de mundo, e conseqüentemente, qualquer postura metafísica, deriva de uma metáfora base, ou metáfora-raiz (*root metaphor*).

Segundo a sua hipótese, ao se deparar com qualquer fato novo, procuramos categorias com as quais possamos elaborá-lo. Até encontrarmos uma categoria, o fato permanece como um corpo estranho, não assimilado ao sistema de crenças e percepções. Desencadeia-se então um processo de generalização com o objetivo de identificar semelhanças entre o fato não assimilado (novo) e as categorias disponíveis em nosso arcabouço simbólico. Uma vez detectadas semelhanças, analogias podem ser construídas para facilitar a tradução do novo nos termos já disponíveis. Metáforas são elaboradas e o novo torna-se conhecido e assimilado a partir de categorias já presentes e assentes.

Do pescador que compreende o universo com metáforas marinhas, passando pelo poeta romântico descrevendo máquinas com prosopopéias e pelo capitalista que justifica a exploração recorrendo ao funcionamento do mundo animal, até chegar aos educadores construtivistas, como Paulo Freire, todos fazem uso, de forma consciente ou

não, deste recurso. Ou seja, metáforas são ferramentas heurísticas importantíssimas para se compreender e explicar a assimilação do novo¹⁵.

O conceito de metáfora-raiz é assim delineado por Stephen Pepper (*apud* SARBIN, 1986, p. 4)

O homem, desejando conhecer o mundo, procura pelas devidas pistas para sua compreensão. Ele opta por algumas áreas de fatos do senso comum e tenta entender outras áreas nos termos desta. Esta idéia original torna-se sua analogia básica, ou metáfora-raiz. Ele descreve, tão bem quanto possa, as características da sua área, ou[...] discrimina suas estruturas. Uma lista de características estruturais (categorias) torna-se sua concepção básica de explicação e descrição... Nos termos destas categorias ele continua a estudar todas as outras áreas de fatos. Ele empreende uma interpretação de todos os fatos nos termos destas categorias[...]¹⁶

Uma vez estabelecidos os contornos conceituais necessários para o discernimento das peculiaridades distintivas do método da metáfora-raiz, estamos em condições de justificar a eleição da narrativa como metáfora-raiz mais adequada para o estudo psicológico do homem.

Ao propor o método da metáfora-raiz, de categorização das visões de mundo e sistemas metafísicos, Pepper os dividiu em seis tipos, originados de seis metáforas-raiz. São eles: animismo, misticismo, formismo, mecanicismo, organicismo e

15 Cohen (1956, p. 95-6) em um capítulo intitulado *On the logic of fiction*, propõe o seguinte experimento para demonstrar a importância das metáforas. “To appreciate the intellectual or scientific function of metaphors the reader had better begin with an experiment. Let him pick out a page or two of philosophic prose in any classical treatise or modern discussion. Let him read this extract carefully and mark the number of passages in which the meaning is suggested metaphorically rather than literally. Let him then read the passage a second time and reflect how many of the passages first taken as literal truths are really metaphors to which we have become accustomed. I mean such expressions as ‘the root of the problem’, ‘falling into error’, ‘mental gymnastics’ and the like. Indeed, whenever we speak of the mind doing anything, collecting its data, perceiving the external world, and the like, we are using the metaphor of reification, just as we use the metaphor of personification whenever we speak of bodies attracting and repelling each other. The third stage of the experiment is to try to rewrite the passage in strictly literal terms without any metaphors at all. I believe that the result of such experiment will confirm the conclusion that to eliminate all metaphors is impossible. This is especially clear when we try to express general considerations of a novel or unfamiliar character. For, how can we apprehend new relations except by viewing them under old categories? At any rate, the experiment will make more plausible the view that metaphors are not merely artificial devices for making discourse more vivid and poetical, but are also necessary for the apprehension and communication of new ideas. This is confirmed by the history of language and of early poetry as well as by the general results of modern psychology”.

16 No original “a man desiring to understand the world looks about for a due clue to its comprehension. He pitches upon some area of common sense fact and tries to understand other areas in terms of this one. This original idea becomes his basic analogy or root metaphor. He describes as best as he can the characteristics of his area, or... discriminates its structure. A list of its structural characteristics [categories] becomes his basic conceptions of explanation and description... in terms of these categories he proceeds to study all other areas of fact. He undertakes to interpret all facts in term of these categories [...]”

contextualismo. Com exceção do animismo e do misticismo, as outras quatro visões de mundo ainda possuem potencial explicativo e inspiram escolas científicas. Note que a narrativa não entra nessa categorização proposta por Pepper.

A associação da narrativa ao método de metáfora-raiz é uma proposta de Theodore R. Sarbin. Em um já clássico artigo de 1986, intitulado *The narrative as a root metaphor for psychology* discorre largamente sobre esta associação. Para compreender o lugar ocupado pela narrativa no quadro geral proposto por Pepper é importante levar em consideração pelo menos dois aspectos ressaltados por Sarbin(1986).

O primeiro deles diz respeito à filiação de algumas escolas psicológicas às visões de mundo derivadas das metáforas elencadas por Sarbin. O segundo se refere àquilo que denominamos aqui, usando um expressão parafraseada de Chomsky, de caráter gerativo das metáforas-raiz.

2.1.1 Psicologias e Metáforas-Raiz

Vimos acima que com a exceção do animismo e do misticismo, Pepper considerava as outras quatro visões de mundo como adequadas a gerar teorias condizentes com a visão moderna de mundo. Apresentamos abaixo um quadro que esquematiza essas visões de mundo, relacionando-as com as metáforas-raiz e escolas psicológicas derivadas (de acordo com a leitura de Sarbin) dessas metáforas. Tal quadro nos possibilitará vislumbrar as linhas de filiação das escolas psicológicas contemporâneas e com isso nos habilita a perceber o local ocupado pela Psicologia Narrativa no quadro geral da ciência e conseqüentemente sua especificidade.

Visão de mundo	Metáfora-raiz	Escola psicológica
Formismo	Artesão	Estruturalismo
Mecanicismo	Máquina	Behaviorismo
Organicismo	Organismo	Rogers, Maslow, Humanismo
Contextualismo	Evento Histórico	James, Mead (pragmatismo)

Apesar de não concordarmos irrestritamente com a inserção do Behaviorismo Radical na visão de mundo mecanicista, considerando-o muito mais afim ao

pragmatismo do que seus críticos usualmente fazem crer¹⁷, acreditamos que esta categorização é bastante compreensiva e fértil para a compreensão da relação entre as escolas psicológicas, suas metáforas-raiz e as visões de mundo a elas associadas.

Para o propósito que nos ocupa, é importante especificar brevemente algumas características marcantes de pelo menos duas dessas visões de mundo. Mecanicismo e contextualismo. Duas citações literais do acima referido artigo de Sarbin serão suficientes. Quanto ao mecanicismo, diz Sarbin(1986, p. 5): “A metáfora-raiz é a máquina... A visão de mundo mecanicista vê os eventos na natureza como produtos de transmissão de forças... a descrição da causalidade eficiente é o objetivo para os cientistas que trabalham com um ou outro paradigma dentro do ponto de vista mecanicista”¹⁸.

O contextualismo, por sua vez, é sumariamente explicado por Sarbin (1986, p.5-6)¹⁹ nas seguintes palavras:

A metáfora-raiz para o contextualismo é o evento histórico... O imaginário convocado pelo evento histórico é aquele de uma acentuada textura de elaborados e múltiplos eventos, cada qual levando a outros, cada qual sendo influenciado por episódios paralelos e por esforços de múltiplos agentes, que se engajam em ações para satisfazer suas necessidades e cumprir suas obrigações. Contida na metáfora está a idéia de mudança constante na estrutura da situação e na posição ocupada pelos atores. A textura dos eventos não exige linearidade.²⁰

17 Para o behaviorismo radical há três níveis de influências que determinam nossas ações. A filogenética, a ontogenética e a social. Uma vez que todas elas são em alguma medida históricas e sensíveis ao contexto, fica difícil, em nossa opinião, filiar o behaviorismo radical ao mecanicismo. Para uma apresentação mais detalhada deste tema ver, BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura**. Porto Alegre: Artmed, 1999

18 No original “The root metaphor is the machine... The mechanist world view sees events in nature as the product of the transmittal of forces... efficient causality description is the goal for the scientists working with one or another paradigm within the mechanist point of view”.

19 O artigo de Sarbin no qual esta citação se encontra leva o seguinte título: "Contextualism: A world view for modern psychology.

20 No original “The root metaphor for contextualism is the historical event... The imagery called out by the historical event metaphor is that of an outgoing texture of multiply elaborate events, each leading to others, each being influenced by collateral episodes, and by efforts of multiple agents who engage in actions to satisfy their needs and meet their obligations. Contained in the metaphor is the idea of constant change in the structure of situation and in positions occupied by actors. The texture of events does not require linearity”.

Ao privilegiar o contraste entre o mecanicismo e o contextualismo, o fazemos por motivos didáticos e históricos. Não queremos com isso sugerir que exista uma contradição formal entre as duas visões de mundo ou insinuar que exista um dilema do tipo “ou...ou”. Ou o mecanicismo é correto ou o contextualismo o é. Colocar a oposição nestes termos seria, sem dúvida, incorrer na falácia do falso dilema.

A oposição existente entre estas duas visões de mundo é simples, não formal, a verdade de uma não supõe a falsidade da outra, ou vice versa. São, pois, apenas contrárias, não contraditórias.

2.1.2 O Caráter Gerativo das Metáforas-Raiz

A designação do tópico anterior a respeito da oposição entre as visões de mundo mecanicista e contextualista vieram em reforço de nosso intuito de explicitar a oposição entre a escolha da narração ou da computação como metáfora-raiz da psicologia. Para compreender a relação entre mecanicismo e computação, contextualismo e narração, é necessário que se leve em conta pelo menos dois fatores.

1) Primeiro, que existe uma isomorfia na relação existente entre o contextualismo e a narração como metáfora-raiz da psicologia por um lado e o mecanicismo e a computação como metáfora-raiz da psicologia por outro lado. Em outras palavras, a psicologia narrativa está para o contextualismo assim como a psicologia cognitivo-comportamental está para o mecanicismo. Porém, é preciso ressaltar aqui que a isomorfia dessa proporção não pode ser estabelecida com base em um processo de inferência lógico-formal.

Isto significa que apesar das metáforas da computação e da narração serem casos particulares de visões de mundo mais abrangentes (mecanicismo e contextualismo, respectivamente) não é legítimo inferir que essas metáforas são formalmente implicadas pela adoção das visões de mundo às quais se subordinam. Dita em linguagem lógica: Da premissa maior “o mecanicismo é um modelo válido de estudo do homem” e da premissa menor “a computação é um modelo mecanicista de estudo do homem”, não se segue que “a computação é um modelo válido de estudo do homem”.²¹ Isto porque a

²¹ O que não significa, por sua vez, que esta última sentença seja falsa. Ela só não é necessariamente verdadeira.

lógica que regula o processo de derivação de uma metáfora a partir de outra não é uma lógica formal.

2) Metáforas são formas analógicas de organização semântica e como tal seguem as regras que regem o raciocínio analógico e não aquelas que regem os raciocínios lógico-formais. O processo de derivação lógica guia-se por critérios que envolvem razões necessárias e suficientes; o processo de derivação analógica vale-se, por sua vez, de critérios de semelhança e diferença que são muito mais maleáveis²².

Para compreender a derivação da metáfora computacional a partir do mecanicismo, ou da metáfora narrativa a partir do contextualismo, é preciso fazer referência aos processos analógicos, e não aos processos lógico-formais de derivação. Nos casos que mencionamos aqui, nos referimos como o caráter gerativo das metáforas.

Sarbin (1986, p. 3) nos fornece um exemplo ao mesmo tempo esclarecedor e didático:

Uma vez que a metáfora é expressa pelo falante e decodificada pelo ouvinte, ações e propriedades relacionadas à metáfora escolhida servem como a fonte de metáforas auxiliares e de suporte. Identificar uma figura política como uma marionete, por exemplo, leva ao uso de metáforas relacionadas, tais como mexer as cordas, manipular personagens, palco de bonecos, escrever roteiros e assim por diante²³.

A narração como metáfora certamente deriva do contextualismo como metáfora-raiz, assim como a computação deriva do mecanicismo. Mas o porquê desta derivação em particular precisa ser justificado. Do mecanicismo como metáfora-raiz, outras metáforas poderiam ser inferidas com igual legitimidade, como de fato foram²⁴. Por que,

22 Wittgenstein desenvolveu o conceito de semelhança de família para dar conta de realidades lingüísticas de natureza semelhante a esta que estamos abordando aqui. Wittgenstein, L. **Investigações Filosóficas** (sobretudo §65-7). Para uma discussão mais detalhada sobre o conceito de semelhança de família, ver o verbete “Semelhança de família” em GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

23 No original “Once the metaphor is expressed by the speaker and decoded by the listener, actions and properties related to the chosen metaphor serve as the source of auxiliary and supporting metaphor. To identify a political figure as a puppet, for example, lead to the use of related metaphors, such as pulling strings, manipulating characters, the puppet stage, scriptwriting, and so on”.

24 Freud, em um dos seus flertes com as ciências naturais, elegeu a metáfora hidráulica para explicar o funcionamento do psiquismo. Uma clara derivação do mecanicismo como metáfora-raiz. “Utilizando a metáfora hidráulica freudiana, o psiquismo seria um grande sistema energético com vasos comunicantes, e sua função de censura poderia ser entendida como um dispositivo capaz de represar ou escoar as energias circulantes. O eu-neural seria um dispositivo automaticamente acionado quando a energia psíquica atingisse níveis elevados.” (FERREIRA, 2000, p. 63)

então, exatamente o computador? Do ato histórico se inferiu a narração. Por que exatamente a narração?

Em seu artigo, Sarbin (1986) não se coloca tais questões e não discrimina, portanto, as enormes diferenças existentes. Apenas para citar algumas alternativas válidas, não discrimina entre se utilizar o relógio ou o computador como metáfora mecanicista, ou entre se usar a narração ou crônica como metáfora derivada do contextualismo.

Os caçadores de heresias intelectuais têm um alvo privilegiado: o reducionismo. O que é compreensível, uma vez que nossa capacidade de percepção e compreensão são limitadas. Mas não só por isso. A própria natureza das teorias as tornam candidatas fáceis ao título de reducionistas. Como bem mostrou Borges em um famoso conto, intitulado *Do rigor na ciência*²⁵, um mapa só é funcional se for menor e menos detalhado que a realidade que este se propõe a representar. Nesta caça a reducionismos teóricos, poucas teorias foram tão atacadas pelos psicólogos modernos quanto o cartesianismo.

O mecanicismo cartesiano privilegia o relógio como metáfora. Muito atacada, a limitação reducionista deste modelo não leva à rejeição do mecanicismo *tout court*, como se é facilmente levado a concluir. Elegendo a metáfora computacional como modelo privilegiado, o apelo explicativo do mecanicismo recrudescer no cognitivismo. Uma máquina mecânica, como é o caso do relógio cartesiano, se assemelha muito pouco a uma máquina cibernética, como o é computador cognitivista.

O mesmo vale para o contextualismo. É importante chamar atenção para a necessidade de justificação da narração como modelo do ato histórico porque tal escolha não é evidente a partir da adoção do contextualismo como visão de mundo, assim como o relógio não é a única derivação válida do mecanicismo.

25 “[...] Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal perfeição que o mapa duma só Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos Apegadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse extenso Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às inclemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste subsistem despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos. Em todo o País não resta outra relíquia das disciplinas geográficas”.(BORGES, 1978)

No decorrer do trabalho elencaremos justificativas que acreditamos válidas e suficientes para a adoção da narração como o porta-voz mais qualificado para dizer o ato histórico. Por ora, chamamos a atenção para o fato de que esta adoção é, ela mesma, fruto da aceitação de uma teoria, e não meramente do reconhecimento de uma verdade auto-evidente.

Em seu artigo de 1986, Sarbin considera o ato histórico e a narrativa como sendo praticamente sinônimos. Em suas próprias palavras: “Pode-se elaborar o argumento de que a narrativa e o ato histórico têm aproximadamente a mesma estrutura semântica”. (SARBIN, 1986, p.7)²⁶. Concordamos com a afirmação. Mas acreditamos que ela só pode ser adequadamente justificada se for vista como uma forma elíptica de outra afirmação, que precisa ser ela mesma justificada.

A sentença “história é narrativa” é mais adequadamente compreendida se encarada como uma versão elíptica de alguma sentença do tipo “Dentro de uma determinada concepção de história, história é narrativa”. Ler a sentença assim desdobrada tem a vantagem de tornar explícito o fato de que a história só pode ser vista como narrativa caso se adira a um paradigma histórico específico. Esta informação explicita a necessidade de se justificar a adoção deste paradigma histórico, em detrimento de outro qualquer.

Para nossos propósitos é importante mencionarmos pelo menos duas visões de história que inspiram concepções completamente diferentes do que seja o significado do termo ‘história’²⁷. Chamemos a um deles de visão descritiva, e ao outro de visão narrativa da história.

Adeptos da visão descritiva acreditam que a descrição é a forma mais adequada de se captar os atos históricos. Acreditam que, quanto mais objetivamente (e por objetividade entendem imparcialidade) se descrevem os eventos históricos, melhor se capta seu sentido. A objetividade da descrição deve se apoiar tanto quanto possível em fontes objetivas como documentos, estatísticas, anais, crônicas etc. Marcado que são

26 No original “The argument can be made that the narrative and the historical act have approximately the same semantic structure”.

27 Embora não corresponda ponto-a-ponto à categorização que propomos aqui, as diferenças entre a história positivista e a história nova é esclarecedora. Sobretudo pela aproximação da primeira ao mecanicismo e às ciências naturais, e da segunda às ciências humanas compreensivas. Ver, Bourdè, 2000; Burke, 1992.

pelos ideais positivistas, tendem a buscar relações necessárias de causa e efeito, explicações objetivas e definitivas, fundamentadas em fatos.

Para os adeptos de uma visão narrativa da história, atos históricos não são eventos objetivos inseridos em uma cadeia linear de causa e efeito, passíveis por conseguinte de serem objetivamente descritos. Encaram a história como sendo muito mais que uma mera coleção de fatos. Eventos históricos só poderiam ser captados por uma linguagem híbrida de fatos e ficções. Ficções no sentido de elaborações lingüísticas que não podem ser derivadas meramente dos fatos abordados. Tomam os fatos apenas como matéria prima, pois sabem que a história é uma forma de narrar os fatos e não uma coleção asséptica destes. Por isso, acreditam que o sentido de qualquer ato histórico só pode se compreendido ao se levar em consideração a forma mesma como são narrados, pois em última instância é apenas a essas narrações que temos acesso e nunca aos fatos pretensamente objetivos, extra-lingüísticos e isolados de um contexto narrativo mais amplo.

É assumindo esta última concepção de história que Sarbin crê justificada a crença na semelhança estrutural entre a narrativa e a história. Vai mais adiante ao estabelecer que:

Tanto o romancista quanto o historiador são narrativistas, mas suas ênfases são diferentes. O romancista escreve acerca de personagens fictícios em um contexto de mundo real, o historiador escreve sobre eventos presumivelmente reais povoados por pessoas reconstruídas, a reconstrução sendo levada a cabo através do uso da imaginação. (SARBIN, 1986, p. 7)²⁸

Uma vez aceita a premissa segundo a qual qualquer ato histórico apenas encontra sua plena expressão na forma narrativa de discurso e portanto, a história é, nesse sentido, narrativa, fica-se a um passo de compreender mais um motivo pelo qual a metáfora narrativa é a mais adequada para a explicação e compreensão dos fenômenos psicológicos. Para tanto, falta apenas expor alguns motivos que justifiquem a aceitação da psicologia como uma ciência histórica. Completada esta explicação teremos alinhado

²⁸Original da citação: “Both the novelist and the historian are narrativists, but their emphasis are different. The novelist writes about fictive characters in a context of real world settings, the historian writes about presumably actual events populated by reconstructed people, the reconstruction being carried out through the use of imagination”. Para uma discussão mais elaborada acerca do inevitável papel de imaginação na captura do ato histórico, ver, Lowenthal (1998,p.67), sobretudo sua defesa de impossibilidade de qualquer conhecimento fora do presente epistemológico.

a história com a narrativa, a psicologia com a história, e, por conseguinte, a psicologia com a narrativa.

2.1.3 O Caráter Histórico da Psicologia Social

Em um clássico artigo de 1973, intitulada *Social Psychology as history*,²⁹ Kenneth J. Gergen argumenta que a psicologia social é uma disciplina eminentemente histórica. Seu raciocínio se desenvolve em duas frentes.

Primeiramente discorre sobre o inevitável impacto do conhecimento da ciência social sobre a sociedade que é objeto de seu estudo. Outra linha argumentativa se desenvolve na direção de mostrar que o casamento dos princípios da psicologia e das circunstâncias históricas que o engendraram é indissociável.

Em linhas gerais seu artigo pode ser visto como uma reação frente às tentativas mecanicistas de converter a psicologia social em uma ciência natural. Isto é feito mediante uma defesa eloqüente do caráter indissociavelmente histórico da ciência psicológica. Vejamos rapidamente cada uma das linhas de argumentação.

2.1.4 Retro-Alimentação Psicologia-Sociedade

Partindo da premissa dificilmente questionável de que “Ciência e sociedade constituem um circuito de retroalimentação”. (Gergen, 1973)³⁰, Gergen argumenta que, ao contrário do que presumivelmente se passa com as ciências naturais, na psicologia social, tão logo um conhecimento cumpre seu propósito de afetar a sociedade ele passa a ter a sua validade posta em risco.

Os padrões comportamentais descritos pelas teorias psicológicas, uma vez comunicados aos sujeitos aos quais se referem, alteram os padrões mesmos que estas teorias pretendiam estabelecer de início. Isso se deve, segundo Gergen, a pelo menos três motivos.

29 GERGEN, Keneth J. Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*. V.26, n.2, p.309-320, 1973.

30 Science and society constitute a feedback loop.

1. À impossibilidade de se eximir das descrições psicológicas suas cargas prescritivas, que leva toda e qualquer teoria psicológica a favorecer, induzir ou valorar positivamente determinados comportamentos.

Ao ‘descrever’ um sujeito como autoritário, complacente, ativo, ou seja lá de que forma, a conotação social destes termos inevitavelmente converte esta ‘descrição’ em uma prescrição. Ou seja, dependendo do valor que estes termos assumem convencionalmente, os sujeitos os tomarão como prescrições de comportamentos a serem evitados ou reforçados. Em suma: Toda descrição psicológica é uma prescrição.

2. O conhecimento aumenta as alternativas comportamentais. Uma vez ciente dos padrões comportamentais aos quais seu comportamento está submetido, o sujeito se posiciona frente a este conhecimento, libertando-se desta forma da determinação estrita deste mesmo padrão.

Um exemplo: Saber que a probabilidade de uma pessoa em perigo ser ajudada é inversamente proporcional ao número de circundantes pode aumentar a determinação de um sujeito a ajudar alguém quando se encontrar em uma situação a qual a lei do efeito circundante (*bystander effect*) se aplique. (Gergen, 1973).

3. Por fim, uma vez que tudo o que é previsível é mais facilmente controlável, os sujeitos tendem a buscar invalidar, mediante comportamentos aleatórios, as teorias que buscam prever suas ações. Acreditam assim, estarem salvaguardando sua liberdade.

2.1.5 Indissociabilidade Psicologia-História

Em sua segunda linha de raciocínio, Gergen argumenta na direção de mostrar que mesmo se os princípios da psicologia social não afetassem a sociedade (o que não é o caso) mesmo assim, suas leis não teriam validade trans-histórica.

Suponhamos que hoje, ano de 2008, a ciência psicológica conseguisse explicar todo o comportamento humano. Identificar suas causas, prever suas conseqüências, estabelecer leis que abrangessem todo o universo do comportamento humano. Esse seria

o fim da ciência psicológica enquanto ramo de pesquisa? De acordo com o artigo de Gergen, a resposta a esta pergunta é certamente negativa.

Qualquer lei da psicologia social é, por natureza, historicamente datada. O prazo de validade das teorias psicológicas é muito menor do que a maioria dos psicólogos nomotéticos parece disposta a aceitar. Variáveis que são bem sucedidas em explicar o comportamento em um período são ineficientes em explicar o mesmo comportamento em outra época. Os exemplos são inúmeros, a conclusão é sempre a mesma: A psicologia não consegue transcender o caráter histórico de suas formulações.

Tendo explicitado a relação entre narrativa e história, assim como a relação entre psicologia e história, o argumento que justifica a escolha da narrativa como metáfora-raiz da psicologia se conclui. A conclusão esquemática de Sarbin (1986, p. 7) é esclarecedora:

Se tratarmos a conclusão de Gergen, psicologia social é história, como a premissa maior em um silogismo e agregá-la com: história é narrativa, uma premissa menor desenvolvida nos parágrafos anteriores, então, a conclusão segue-se: psicologia social é narrativa. (Parenteticamente, à parte aquela parte da psicologia que lida com a fisiologia sensorial; psicologia e psicologia social podem ser consideradas como equivalentes. Então, psicologia é narrativa)³¹.

2.2 Produção de Significado versus Processamento de Informação

A substituição da metáfora computacional pela metáfora narrativa encontra-se, como já mencionado, em íntima relação com a mudança de foco de estudo proposta

31 If we treat Gergen's conclusion, social psychology is history, as the major premiss in a syllogism, and conjoin it with history is narrative, a minor premiss developed in the preceding paragraphs, then the conclusion follows: social psychology is narrative. (Parenthetically, save for that part of human psychology that deals with sensory physiology, psychology and social psychology may be regarded as equivalent. So, psychology is narrative).

pelos teóricos do paradigma narrativo. Ao invés de centralizar os estudos psicológicos nos processos de transmissão e processamento de informação – como pretendem os cognitivistas – passa-se a enfatizar o estudo dos processos de produção, compreensão e comunicação de significados. Como esclarece Bruner (1997, p. 60)

Eu introduzi o conceito de narrativa tendo em vista o fato óbvio de que ao entender fenômenos culturais, as pessoas não lidam com o mundo evento por evento, assim como não lidam com um texto sentença por sentença. Elas esquematizam eventos e sentenças em estruturas maiores [...] Essas estruturas mais abrangentes fornecem um contexto interpretativo para os componentes que elas abrangem.

Subjacente a esta defesa da primazia do todo sobre as partes, no que se refere a questões de significado, está a recusa da irreducibilidade deste à informação. Acreditar na possibilidade de se explicar o significado recorrendo unicamente às informações que estes significados inevitavelmente carregam consigo é uma premissa partilhada em maior ou menor grau por todos os cognitivistas.

Os ataques dos psicólogos narrativistas a esta concepção se desdobram em muitas frentes e em diversos níveis. Ocupar-nos-emos detalhadamente de algumas destas críticas no próximo capítulo. Por ora é importante frisar o holismo da concepção de significado da psicologia narrativa em oposição à visão ‘analítica’ abraçada pelos psicólogos objetivistas. Esta distinção se manifesta de forma evidente nas escolhas dos métodos de pesquisa eleitos por cada uma das escolas.

Dada a importância da linguagem na construção e organização da psicologia humana, o contraste das formas de concebê-la e aborda-la nos levará rapidamente ao cerne da diferenciação entre informação e significado que caracteriza, por sua vez, a diferenciação entre psicologia cognitiva e psicologia narrativa.

2.2.1 Combinação versus Contextualização

Os cognitivistas encaram a linguagem como um sistema combinatório regido por regras gramaticais. Segundo Pinker (1997, p. 118)

A habilidade de uma representação ser construída através de partes, e de ter um significado que venha do significado das partes, e da maneira como elas são combinadas[...] Composição é a propriedade quintessencial de todas as linguagens humanas[...] O significado de *O bebê comeu a lesma* pode ser calculado do significado

de *bebê*, *comeu*, e *lesma* e de suas posições na frase. O todo não é a soma das partes: quando as palavras são rearranjadas em *a lesma comeu o bebê*, uma idéia diferente é transmitida³².

O que subjaz esta concepção de linguagem é a idéia analítica (no sentido atomístico deste termo) de que o significado das linguagens é determinado pelo significado das sentenças e estas, por sua vez, derivam seus significados dos significados das palavras que as compõem. O significado seria alcançado tão logo se descobrisse a forma como a informação é processada. Em outras palavras: a semântica está subordinada à sintaxe.

Depois de afirmar que “nossas idéias complexas são construídas a partir de idéias simples, e o significado do todo é determinado pelos significados das partes, assim como pelas relações que os conectam”³³. (PINKER, 1997, p. 564) Pinker faz uma ressalva ao escopo de sua escola:

Embora o aspecto combinatório do significado tenha sido descoberto (como idéias se combinam em significados de sentenças ou proposições), o cerne do significado – o simples ato de se referir a algo – permanece um enigma, pois ele soa estranhamente separado de qualquer conexão causal entre a coisa referida e a pessoa que se refere... nossa consumada perplexidade acerca dos enigmas da consciência, do *self*, da vontade e do conhecimento podem vir de um descompasso entre a própria natureza destes problemas e o aparato computacional que nos foi concedido pela seleção natural. (PINKER, 1997, p.564-5)³⁴.

Após restringir a mente a um mecanismo de computação e a linguagem a um processo combinatório de elaboração de informação, Pinker se admira da limitação deste aparato que ‘nos foi concedido pela seleção natural’ em lidar com as questões

32 No original “The ability of a representation to be built out of parts and to have a meaning that comes from the meanings of the parts and from the way they are combined [...] Compositionality is the quintessential property of all human languages[...]The meaning of *The baby ate the slug* can be calculated from the meanings of *baby*, *ate*, *the*, and, *slug* and from their positions in the sentence. The whole is not the sum of the parts: when the words are rearranged into *the slug ate the baby*, a different idea is conveyed”.

33 No original “our complicated ideas are built out of simple ones and the meaning of the whole is determined by the meanings of the parts and of the relations that connects them”.

34 No original “Although the combinatorial aspect of meaning has been worked out (how ideas combine into the meanings of sentences or propositions, the *core* of meaning – the simple act of referring to something – remains a puzzle, because it sounds strangely apart from any causal connection between the thing referred and the person referring...our thoroughgoing perplexity about the enigmas of consciousness, self, will, and knowledge may come from a mismatch between the very nature of these problems and the computational apparatus that natural selection has filled us with”.

cruciais do significado. Ao proceder assim parece cometer o mesmo erro da cozinheira que assa todos os bolos em fôrmas redondas e depois se admira ante a limitação da natureza dos bolos que só os possibilita saírem redondos.

Como construcionistas que são, os psicólogos narrativistas estão em guarda contra o erro de confundir aquilo que se encontra na realidade com aquilo que lá colocamos ao tentar captá-la. Com isto em mente e com o objetivo de resgatar o significado do limbo ao qual o cognitivismo o relegou, a psicologia narrativa parte de outra concepção de linguagem.

A linguagem não é mais vista de forma analítica, atomística, mas sim de forma holística. É a partir das estruturas lingüísticas mais abrangentes que as estruturas menos abrangentes extraem seu significado. As palavras não são vistas como as unidades mínimas de significação. A compreensão das palavras passa a ser vista como dependente da compreensão das sentenças. As sentenças, por sua vez, extraem seu significado do discurso ao qual pertencem. Qualquer que seja a forma que este discurso assuma, é apenas fazendo referência ao seu contexto que se chega à compreensão do significado que ele encerra. Os psicólogos narrativistas encaram a linguagem como um instrumento cultural, e como tal seu significado deve ser buscado na forma como é culturalmente usado.

O significado, de acordo com a visão cognitivista da linguagem, é um tipo de informação. O significado do dicionário, o significado atribuído a um bit de informação antes de este ser inserido no sistema de computação, o significado captado ao se decodificar a maneira como uma sentença (informação) se relaciona com outra dentro de um mesmo sistema.

Os psicólogos narrativistas compreendem o termo ‘significado’ de forma bastante diversa³⁵. Determinado culturalmente pelo uso da linguagem em contextos sociais, esse tipo de significado é inacessível a partir de uma visão computacional da linguagem.

Impenetrável tanto à inferência como à indução eles resistem a procedimentos lógicos para estabelecer o que eles significam. Eles devem, como nós dizemos, ser interpretados. Leia três das peças de Ibsen: O Pato Selvagem, Casa de bonecas e Hedda Gabler. Não há como chegar logicamente às suas ‘condições de verdade’. Elas não podem ser decompostas em um conjunto de proposições atomísticas que permitiriam a

35 “O tipo de significado interpretativo que estamos considerando, é metafórico, alusivo, muito sensível ao contexto. Mesmo assim, eles cunham a cultura e as narrativas de sua psicologia popular. O significado, neste sentido, difere fundamentalmente do que os filósofos na tradição dominante anglo-americana quiseram dizer com *meaning*. (BRUNER, 1997, p.58)

aplicação de operações lógicas. Nem podem suas essências ser extraídas sem ambigüidade". (BRUNER, 1997, p. 57)

2.2.2 Texto versus Contexto

As diferentes concepções de linguagem sustentadas pelos psicólogos cognitivistas e narrativistas inspiram formas diferentes de se estudar as produções lingüísticas. Dada qualquer produção lingüística, seja ela escrita ou falada, tem-se pelo menos duas posturas metodológicas para abordá-las: a textual e a contextual³⁶.

A análise textual de uma produção lingüística enfatiza os aspectos estruturais, busca relações gramaticais, sintáticas. Os cognitivistas abraçam esta abordagem, o que se torna evidente nas pesquisas de Steven Pinker. Ao pesquisar a aquisição da linguagem, o aluno de Chomsky enfatiza o estudo das formas verbais, da aprendizagem dos verbos irregulares e temas semelhantes. Tal abordagem das produções lingüísticas é marcada pela matemática, pela gramática e pela lógica.

A forma contextual de se aproximar de produções lingüísticas, por sua vez, enfatiza a importância do contexto para a compreensão. Herdeiros da tradição hermenêutica de Gadamer e Habermas, os Psicólogos narrativistas estão cientes de que aspectos como o objetivo com o qual o texto foi produzido, a autoria da voz, o público ao qual se destina, a forma como é usado, as convenções sociais em vigor e muitos outros aspectos 'extrínsecos' à produção lingüística em si, são tão (ou mais) importantes para a compreensão do seu significado quanto os aspectos propriamente textuais, ou 'intrínsecos'. Esta forma de estudar produções lingüísticas se aproxima mais da literatura, da sociologia, da antropologia, do imaginário do que da lógica ou da gramática³⁷.

36 Para uma análise mais elaborada ver SUTTON-SMITH (1986, p.65-82)

37 Eco(1994) faz uma diferença esclarecedora entre duas concepções de linguagem. Uma que se baseia em designadores rígidos e na busca de capturar a 'verdadeira' substância dos designados. Outra, que considera que aquilo que confere sentido a um designador não é a substância por ele designada e sim as ações que se relacionam com ele. Segundo essa segunda visão, que se afina com a visão narrativista da linguagem, "entendemos as frases porque conseguimos imaginar histórias curtas, às quais essas frases se referem mesmo quando estão nomeando determinada categoria natural.[...]A.J. Greimas baseou toda a sua teoria de semiótica num 'modelo actante', uma espécie de esqueleto narrativo que representa a estrutura mais profunda de qualquer processo semiológico, de modo que a 'narratividade é[...]o princípio organizador de todo discurso"(ECO,1994:135-6)

Claro está que estas duas formas de abordar as produções lingüísticas podem ser generalizadas até ao ponto de serem compreendidas como dois modos de pensamento. Bruner (1998) se refere a um destes dois modos de pensamento como *lógico-científico* e ao outro como *narrativo*. Apesar de complementares são, não obstante, formas irreduzíveis de pensamento. “Esforços para reduzir um modo ao outro ou para ignorar um às custas do outro inevitavelmente deixam de captar a rica diversidade do pensamento”(BRUNER, 1998, p. 12)

O objetivo da psicologia narrativa não é, vale reiterar, substituir a psicologia cognitiva, mas tão somente trazer o conceito de significado de volta ao centro das pesquisas psicológicas. Para tanto, é preciso compreender que o significado não pode ser reduzido à informação e que, para abordá-lo, é preciso adotar um modo narrativo de pensamento. Tudo isto implica uma reaproximação da psicologia às ciências humanas, históricas e compreensivas.

Se soubéssemos todas as palavras de uma determinada língua e também dominássemos suficientemente sua gramática, mesmo assim ‘alguma coisa’ dessa língua ainda nos escaparia. É precisamente essa ‘alguma coisa’ (que escapa aos cognitivistas) que a psicologia narrativa se propõe captar. Essa ‘alguma coisa’ é o significado das construções lingüísticas tal como usado pelos membros de sua comunidade lingüística.

Esse significado não é aquele que pode ser encontrado ou estipulado de uma vez por todas e de forma precisa, como em um dicionário. Trata-se do significado pragmático, dependente da forma como é usado, cultural, historicamente variável, dinâmico como as formas de vida que o engendram e são engendradas por ele.

Os dicionários nos ensinam muitas coisas sobre a linguagem. Mas não tudo. Da mesma forma, o estudo dos fósseis nos ensina muito sobre a vida dos animais. Mas não tudo. O significado de alguns aspectos da vida animal só pode ser encontrado fazendo referência ao meio onde vivem, à função que desempenham neste meio. Enfim, à dinâmica mesma da vida. O mesmo se dá com a linguagem. O que escapa ao dicionário, à gramática, à análise combinatória, é captado na literatura, nas narrativas, nas interações sociais.

No castelo da linguagem, a informação ocupa apenas um quarto. Os vários outros aposentos destinados ao significado são aqueles que a psicologia narrativa se propõe visitar.

2.3 O Conceito de Narrativa

Reza a etiqueta dos manuais de didática que se comece qualquer exposição partindo do mais simples e compreensível e se siga aos poucos aumentando o grau de complexidade do tema exposto. Sendo assim, será aceitável começar nossa conceituação do termo ‘narrativa’ dizendo, com Sarbin, que narrativa pode ser entendida como um termo correlato ao corrente ‘estória’, que, por sua vez, é assim caracterizado: “Uma estória é um relato simbolizado de ações de seres humanos que tem uma dimensão temporal”.(SARBIN, 1986, p. 2)³⁸

Este caráter eminentemente temporal das estórias também é mencionado por outros autores em suas definições preliminares do conceito de narrativa. Ao se perguntarem “O que faz de um discurso uma estória?” Brockmeier e Harré, não hesitam em incluir a temporalidade como pré-requisito indispensável. “Ao menos e como uma condição necessária deve haver personagens e um enredo que evolua ao longo do tempo”. (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006, p. 3)

O mesmo ponto também é enfatizado por Gergen e Gergen(1986, p. 24): “Talvez o ingrediente mais essencial do relato narrativo (ou da contação de estória) seja sua capacidade de estruturar eventos, de tal forma que eles demonstrem primeiro uma conexão ou coerência e, segundo, um senso de movimento ou direção ao longo do tempo”³⁹.

Bruner (1997) e Ricoeur(1995) também reconhecem a dimensão temporal como condição necessária de qualquer estória ou narrativa. Uma citação de Sarbin será suficiente para deixar clara a premissa – adotada pelos narrativistas – segundo a qual a temporalidade é uma condição necessária (mas não suficiente, vale lembrar) para a elaboração de qualquer narrativa. Em suas palavras “O critério usual de estória – início,

38 No original “A story is a symbolized account of actions of human beings that has a temporal dimension”.

39 No original “Perhaps the most essential ingredient of narrative account (or storytelling) is its capability to structure events in such a way that they demonstrate, first, a connectedness or coherence, and second, a sense of movement or direction through time”.

meio e fim – poderia não estar formado até que houvesse um meio de simbolizar o fator temporal nas ações humanas. O conceito de tempo e o princípio narrativo são noções interdependentes”. (SARBIN, 1986, p. 13)⁴⁰.

Uma vez que são termos correlatos, a concepção de tempo afeta o tipo de narrativa a ser adotada. O inverso também sendo verdadeiro. Ou seja, a escolha prévia de um tipo específico de narrativa limita o universo das possíveis concepções de tempo passíveis de serem adotadas na estória. Alguns exemplos esclarecem as formas de influência que cada um destes termos exerce sobre o outro, afetando, assim, a correlação como um todo.

A influência da adoção de determinada concepção de tempo sobre as formas de narração adotadas fica evidente se evocarmos o exemplo da cosmogonia indiana. Atados a uma visão cíclica do tempo, onde este é visto como desprovido de começo e fim, a narrativa indiana se limitou quase que exclusivamente ao mito. O mito é a narrativa a-histórica por excelência⁴¹. Trata-se da concepção de tempo influenciando a forma de narrativa.

A escolha prévia de uma determinada forma de narrativa, por sua vez, limita o leque das possíveis concepções de tempo utilizáveis, ou, pelo menos tendência fortemente a adoção de determinadas formas de organização temporal dos eventos. Assim, uma vez predisposto a narrar uma estória em estilo trágico, por exemplo, assume-se o compromisso com uma premissa que dificilmente aceita uma visão positivamente progressiva do tempo. Ou seja, a adoção prévia de um modelo trágico de narrativa exclui uma concepção progressiva de tempo. Compreendemos ‘visão progressiva de tempo’ como sendo caracterizada pelo fato dos eventos se concatenarem gradualmente rumo a um estado de coisas que tende inexoravelmente ao progresso⁴².

40 No original “The familiar criteria of story – beginning, middle and ending – could not be formed until there was a way of symbolizing the time factor in human activities. The concept of time and the narratory principle are interdependent notions”.

41 Estamos cientes de outros fatores que influenciaram este estado de coisas. Dentre eles vale citar, a tradicional sociedade de castas, com seu interesse em perpetuar a ordem social vigente. Isto leva a uma desvalorização sistemática de qualquer tipo de relato que propicie uma visão histórico-dinâmica da sociedade. Narrativas a-temporais não incitam a crença na possibilidade de mudança social, o que é benéfico para aqueles que estão em posição privilegiada e não querem ter seu status social ameaçado. Para maiores detalhes a cerca da concepção indiana de tempo ver, DURANT, 1997.

42 Para mais detalhes ver, Gergen; Gergen, 1986, p.27.

A esta altura torna-se explícita a afinidade estrutural entre a psicologia e as demais ciências históricas. O estabelecimento desta afinidade estrutural, (que tem o benefício epistemológico da simplicidade), é uma das benesses possibilitadas pela adoção da narrativa como modelo teórico para a psicologia. Vimos anteriormente que Keneth Gergen, em um artigo pré-revolução narrativa em psicologia, tornou explícito o caráter histórico desta ciência. Em seguida, também apresentamos o conceito de narrativa como estando indissociavelmente ligado à dimensão temporal.

Evidencia-se, desta forma, que o vínculo que une a psicologia à narrativa é da ordem da necessidade, uma vez que relaciona estes dois conceitos (o de psicologia e o de narrativa) a partir de características essenciais homólogas: a historicidade da psicologia, por um lado, e a temporalidade da narrativa, por outro. O casamento do modelo narrativo com a ciência psicológica gera uma concepção destas disciplinas como sendo gêmeas siamesas. Apesar de terem suas identidades preservadas e suas peculiaridades respeitadas, estão unidas por um órgão vital comum: a dimensão temporal imanente às duas. Vale mencionar que, também nesse contexto, se mantém a relação de mútua implicação entre a concepção de tempo e a forma de narrativa adotada.

Por um lado, a realidade temporal de nossa existência como seres psicológicos demanda uma forma de elaboração simbólica apta a lidar com a indissociável dimensão cronológica de nossa vida. Por outro lado, como descendentes que são da tradição construtivista de Kant, os narrativistas estão cientes do fato de que qualquer forma humana de experienciar e significar a realidade é constricta à dimensão temporal, inerente à constituição de nosso aparato cognitivo⁴³.

A narrativa como forma de discurso temporal capta este duplo aspecto temporal do homem. Sua realidade objetiva como ser histórico. E a sua realidade subjetiva, como ser dotado de um aparato cognitivo que temporaliza ou espacializa automaticamente qualquer percepção da realidade. O relevante é que:

“O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal [...]o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.(RICOEUR, 1995, p. 15)

43 Para maiores detalhes ver, KANT, 1980.

Segundo a definição de narrativa oferecida por Brockmeier e Harré (2006), mencionada anteriormente, pelo menos duas características estão sempre presentes no discurso narrativo e servem, por esta razão, para diferenciá-lo minimamente de outras formas de manejo da linguagem. Já nos ocupamos demoradamente da dimensão temporal inerente a qualquer forma de narrativa. A outra característica é a presença de personagens: “Uma história descreve uma seqüência de ações e experiências de um determinado número de personagens, sejam reais ou imaginários” (RICOEUR *apud* BRUNER, 1997, p. 46).

Personagens (reais ou imaginários) se deslocando em uma linha temporal (objetiva ou subjetiva) possibilitam o surgimento da forma de discurso narrativo. Os personagens, como elementos indispensáveis para que uma descrição temporal se enquadre na definição de narrativa, não só não precisam ser reais – podendo ser ficcionais – mas também não precisam ser humanos. Animais, vegetais e mesmo objetos são personagens quase tão numerosos nas narrativas quanto os tradicionais humanos⁴⁴.

Em vários experimentos laboratoriais de psicologia da percepção⁴⁵, se faz evidente a tendência psicológica de elaborar experiências mediante a adoção da forma narrativa, i.e., mediante a construção de personagens que se movem em um vetor temporal.

Em um desses estudos clássicos Michotte (1963 *apud* SARBIN, 1986) expunha dois ou mais retângulos para os sujeitos experimentais. A velocidade, o percurso e a direção em que os retângulos se moviam eram controlados pelos pesquisadores. Ao relatarem o que tinham visto foi comum os sujeitos o fazerem em forma de narrativa, personificando os triângulos e estabelecendo entre eles uma relação causal (relação que não era factual, mas sim atribuída aos retângulos pela forma de apreensão dos fatos pelos sujeitos).

44 Isto se torna evidente se pensarmos em gêneros povoados principalmente por animais, vegetais e objetos, como as fábulas, por exemplo. A este respeito Durant faz uma observação preciosa acerca de quão povoada por animais são as narrativas infantis. “De todas as imagens, com efeito, são as imagens animais as mais freqüentes e comuns. Podemos dizer que nada nos é mais familiar, desde a infância, que as representações animais. Mesmo para o pequeno cidadão ocidental, o urso de pelúcia, o gato de botas, Mickey, Babar vêm estranhamente veicular a mensagem teriomórfica. Metade dos títulos de livros para crianças são sagrados ao animal. Nos sonhos de crianças relatados por Piaget, numa trintena de observações mais ou menos nítidas, nove referem-se a sonhos de animais”(DURANT, 1997, p.79)

45 Dentre vários experimentos, dois bastante representativos são MICHOTTE(1963), HEIDER e SIMMEL(1944).

Ao relatarem uma cena onde o retângulo ‘A’ move-se mas direção ao retângulo ‘B’ e este logo em seguida move-se na direção oposta, a personificação e a causalidade temporal da forma narrativa prevalece. Alguns relatos:

É como se a aproximação de A assustasse B, e B fugisse. É como se A, ao tocar B, transmitisse uma corrente elétrica que induz B a se por em movimento. A chegada de A ao lado de B age como um tipo de sinal para B. É como se A desencadeasse um mecanismo dentro de B e, assim, o pusesse em movimento. (MICHOTTE *apud* SARBIN, 1986, p. 12-3)⁴⁶.

O que esta pesquisa mostra é que adultos comumente utilizam a forma narrativa ao buscar apreender significativamente estímulos aleatórios. Ou seja, a metáfora narrativa, cujos elementos mínimos são a presença de personagens e de temporalidade, é uma estrutura que molda a forma como conferimos significado às experiências. Como vimos anteriormente, é próprio das metáforas possibilitar a assimilação do novo recorrendo à categorias já disponíveis, o que fica claro neste estudo sobre a percepção da causalidade, no qual “estímulos não-humanos aleatórios são interpretados como atores humanos atuando em estórias familiares”. (SARBIN, 1986, p. 18)⁴⁷.

A força e a extensão com que a narrativa regula nosso aparato cognitivo é revelada pela facilidade e prevalência com que meros retângulos foram convertidos em personagens inseridos em um enredo. A prevalência da narrativa como forma privilegiada de organizar e elaborar nossa experiência não se faz notar apenas em sujeitos psicológica e organicamente já desenvolvidos. Também epigeneticamente o desenvolvimento da capacidade narrativa assume alta prioridade no processo natural de aquisição da linguagem.

A capacidade narrativa não apenas se desenvolve cronologicamente antes de outras capacidades – tidas usualmente como mais fundamentais, como o raciocínio lógico - mas também há estudos que comprovam que a capacidade de elaborar e manejar proposições lógicas tem seu desenvolvimento acelerado e sua compreensão

46 No original “It is as if A’s approach frightenet B and B ran away”. “It is as if A, in touching B induced an electric current wich set B going”. “The arrival of A by the side of B acts as a sort of signal to B...”. “it is as if A touched off a mechanism inside B and thus set it going”.

47 No original “Randon nonhuman stimulus events are interpreted as human actors performing in familiar stories”.

facilitada quando são apresentadas às crianças como sendo partes constituintes de narrativas⁴⁸.

Com o intuito de tornar mais precisa a extensão do conceito ao qual estamos nos referindo sob o termo genérico de ‘narrativa’, recorramos a uma categorização proposta por Bruner (1997, p. 72)

A narrativa requer, conforme mencionei no capítulo anterior, quatro constituintes gramaticais cruciais para que seja efetivamente realizada. Ela requer, primeiro, um meio para enfatizar a ação humana, ou uma capacidade de ‘agenciamento’ à ação direcionada a metas controladas por agentes. Ela requer, em segundo lugar, que uma ordem seqüencial seja estabelecida e mantida e que eventos e estudos sejam ‘linearizados’ de forma padronizada. A narrativa, em terceiro lugar, requer uma sensibilidade ao que é canônico e ao que viola a canonicidade da interação humana. Finalmente, a narrativa requer alguma aproximação ao ponto de vista de um narrador: ela não pode, no jargão da narratologia, deixar de ter ‘uma voz’.

Destas quatro características, duas já foram abordadas por nós anteriormente. As características 1 e 2, isto é, a seqüencialidade e o fato da narrativa ser um meio para enfatizar a ação, correspondem àquilo que abordamos anteriormente sob os nomes de temporalidade e necessidade da presença de personagens como características constitutivas de qualquer narração. Ocupar-nos-emos brevemente das outras duas características.

2.3.1 A Narrativa e o Canônico

Toda narrativa é sensível ao canônico. Isto não significa, entretanto, que a relação entre os dois termos desta função seja de necessária concordância. De fato, muitas narrativas violam intencionalmente aquilo que é compartilhado e aceito. Narrativas fantásticas, surreais e cômicas (em sua maioria) o fazem por definição. Apesar do poder de violar aquilo que é comumente aceito (canônico), qualquer narrativa tem que levá-lo em conta. Violar sim, ignorar não. Seria um lema.

Narrativas são formas de produção e compartilhamento de significados. O significado é o valor da moeda da linguagem. Assim como o valor de uma moeda não se encontra no material com o qual ela é cunhada, mas sim no seu valor de troca que é

48 Bruner (1997) faz um apanhado ao mesmo tempo amplo e pontual de estudos que sustentam estas afirmações, e vai além, argumentando a favor de sua tese radical, segundo a qual, temos “Uma predisposição ‘inata’ e primitiva para a organização narrativa. (Bruner, p. 74, 1997)

determinado pela aceitação consensual de uma comunidade em utilizá-la como mediação em trocas econômicas; da mesma forma, o valor das narrativas – que consiste nos significados que elas encerram e transmitem- é sempre subordinado a outros significados (outras narrativas) já consensualmente aceitas. Não se pode narrar nada *ab ovo*.

Toda narrativa pressupõe, como sua condição de possibilidade, outra narrativa. O que foi dito anteriormente a respeito das metáforas vale, *mutatis mutandis*, para as narrativas. Metáforas possibilitam a assimilação do novo mediante a mobilização de categorias já assentes (canônicas). Narrativas se valem praticamente do mesmo processo. Conferimos significado a nossas experiências organizando-as na forma de modelos narrativos canônicos.

Ao buscar conferir significado a um fato tendemos a ser canônicos. Entender o comportamento de uma pessoa parada na esquina mobiliza categorias narrativas canônicas. “Ele está esperando alguém”. “Ele está perdido”. “Ele vai pegar um táxi”. Apenas se estes modelos canônicos não puderem dar conta de captar o significado da experiência é que modelos alternativos de narração assumem a tarefa. Mas, mesmo, então, o excepcional deve ser incorporado ao canônico.

Estórias não precisam ser verdadeiras, mas devem ser convincentes⁴⁹. A narrativa é uma forma de manejo da linguagem. Como qualquer outra forma de linguagem, a narrativa precisa ser significativa antes mesmo de poder ser considerada verdadeira ou falsa. O significado da linguagem é algo socialmente constituído, instaurado na dinâmica das trocas simbólicas, negociado culturalmente. Narrativas são produtos colaborativos. Sua significação, para ter validade, deve constituir um consenso persuasivamente atingido.

Imaginar uma narrativa para interpretar o comportamento do homem parado na esquina requer, para que ela seja aceita como plausível, que se leve em conta o canônico. Pode-se encará-lo como um monge tibetano fazendo um exercício de meditação que consiste em manter-se concentrado mesmo em uma situação adversa. Mas essa narrativa só será convincente caso este fato excepcional seja de alguma forma

49 No original “The initial narrative formulation of an incident is not always successful. Stories fail for two reasons: because they are incomplete, that is, they lack some essential information, or because they are unconvincing, that is, the causal model is inappropriate. In such cases the story needs to be repaired. The major test of a story is its acceptance by others. Hence, it is usually true that repairs are prompted by the reactions of others, and in many cases are actually provided by others”. (ROBINSON; HAWPE, 1986:120)

incorporado a outras narrativas canonicamente estabelecidas. A possível existência de um mosteiro nas redondezas, a roupa que a pessoa vestia, uma convenção de monges tibetanos na cidade e assim por diante⁵⁰.

A compreensão do significado de várias esferas do estudo psicológico tem muito a se beneficiar se abordada a partir desta leitura narrativa, vista como uma forma de linguagem, que ‘se especializa em forjar ligações entre o excepcional e o comum’(BRUNER, 1997, p. 48).

A racionalidade dos comportamentos, por exemplo, é aferida com referência às narrativas canônicas. Não podendo ser acessada de outra forma, como mostra o exemplo:

Simplesmente querer um pires de lama é irracional, porque alguma razão ulterior é necessária para se querer isto. Querer um pires de lama porque se quer desfrutar de seu rico cheiro de rio, é racional. Nenhuma razão ulterior é necessária para querer desfrutar do cheiro de rio, pois, caracterizar o que se quer com ‘desfrutar o rico cheiro de rio’ é, em si mesmo, dar uma razão aceitável para querê-lo, e, portanto, este desejo é racional (NORMAN, 1971, p.65)⁵¹

A caracterização da narrativa como um instrumento lingüístico especializado em forjar ligações entre o comum da experiência humana e aquilo – em contraposição a este comum – que passa a ser interpretado como excepcional, torna possível a investigação de todo um universo para o qual os instrumentos de pesquisa das psicologias não-narrativas são insensíveis. Referimos-nos a este aspecto anteriormente quando mencionamos a dificuldade de se apreender os fenômenos do senso-comum, em seus variados matizes, mediante a adoção de um paradigma mecanicista de investigação.

50 Duas pesquisas psicológicas mostram como narrativas que ignoram a canonicidade são rejeitadas pela comunidade linguística. Ver, Gardner, 1971, Polany, 1979.

51 No original “To want simply a saucer of mud is irrational, because some further reason is needed for wanting it. To want a saucer of mud because one wants to enjoy its rich river-smell is rational. No further reason is needed for wanting to enjoy the rich river-smell, fro to characterize what is wanted as ‘to enjoy the rich river-smell’ is itself to give an acceptable reason fro wanting it and therefore this want is rational”.

2.3.2 A Narrativa e a Autoria da Voz

Por mais comuns que sejam, narrativas não acontecem simplesmente. Narrativas precisam ser contadas, construídas, narradas enfim. O mundo dos fenômenos não se organiza de forma narrativa. Somos nós que organizamos narrativamente os eventos aos quais pretendemos conferir algum significado. As histórias que forjamos neste caminho que vai do mutismo dos fatos isolados até a eloquência significativa de nossas narrações são marcadas do começo ao fim pela voz do narrador.

Que tipo de seletividade limitou os fatos que tiveram seus ingressos garantidos na narração? E, uma vez escolhidos os fatos, o que condicionou o tipo de tratamento narrativo que eles receberam? A história contida no livro *Dom Casmurro* seria a mesma caso fosse narrada por Capitu? E, uma questão mais radical ainda: Os fatos teriam apenas recebido outro tratamento narrativo ou seriam eles mesmos diferentes?⁵²

Para além das geniais ambigüidades machadianas, as questões teóricas levantadas pela autoria das vozes narrativas não são menos inquietantes. O que se sabe de forma inquestionável é que o estudo da voz narrativa é tão importante para a compreensão do significado das narrativas quanto o é o estudo dos elementos que a compõem e do estilo em que estão estruturadas.

A consideração a este fato teórico esclarece de uma só vez a natureza social das narrativas e, por implicação, a importância conceitual de uma psicologia preocupada com a captação do significado aderir a este modelo interpretativo. Frases como ‘com quem você pensa que está falando?’ Ou, ‘eu os declaro marido e mulher’ só podem ser completamente compreendidas se levados em consideração os contextos narrativos mais amplos onde se inserem. São elas, as narrativas canônicas de uma sociedade autoritária na qual alguns indivíduos valem mais do que outros e do que as leis ou as narrativas de um país onde o personagem clerical é investido socialmente do poder de casar pessoas.

Fora desses contextos culturais, frases como estas citadas no parágrafo anterior são desprovidas de suas reais significações. “Em outras palavras, não é apenas a narrativa que faz a mediação expressa e define a cultura, mas também a cultura define a narrativa”. (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006, p. 5).

52 Voltaremos a esta problemática no segundo capítulo

É importante mencionar neste ponto que do fato de ser necessário recorrer à busca da autoria da voz para compreender uma narração não se segue que o estudo das narrativas nos remeta a um subjetivismo. Contra a sedução de tal erro, basta lembrar, com Wittgenstein, da impossibilidade de existência de uma linguagem privada. Narrativas, como forma de linguagem que são, possuem uma realidade simbólica com existência ontológica independente dos sujeitos individuais que as usam efetivamente. “Bakhtin chamou isso de ‘princípio dialógico’ do discurso, sua inter-individualidade inerente: cada palavra, enunciado ou narrativa carrega consigo os traços de todos os sujeitos, possíveis ou reais que já empregaram tal palavra, enunciado ou narrativa”. (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006, p. 5)

Não existe narrativa unicamente subjetiva porque não existe linguagem meramente privada. Nossa linguagem, por mais pessoal que seja, nossa narrativa, por mais autoral que seja, são sempre atravessadas pela cultura que as originou, pelo contexto no qual ganharam significado. A necessária recorrência à autoria da voz não expulsa o contextualismo. Pelo contrário, o reclama com uma premência epistemologicamente ainda mais fundamental.

Capítulo II – A identidade como Narrativa

A temática da identidade acompanha o desenvolvimento da ciência psicológica desde seus primórdios. Antes disso, já povoava as discussões filosóficas há muitos séculos. Claro está que a presença quase constante deste conceito ao longo da história dessas disciplinas não deve ser tomada como prova da sua univocidade. O conceito de identidade, os critérios que o definiram e definem, os métodos de se chegar até ele, os processos de verificação aos quais o conceito deve ser submetido, são tão variados, e muitas vezes tão contrastantes (JACQUES, 2000) que desautorizam qualquer pesquisador imbuído de um espírito de rigor, a dizer que esta miríade de conceitos de identidade se referem a uma mesma realidade.

Uma forma inicial de abordar esse vasto leque de significação que o conceito de identidade assumiu ao longo dos anos pode ser encontrada na categorização proposta por Farr (2000). Segundo esta categorização, os conceitos de identidade podem ser alocados em um de dois grandes grupos de teorias psicológicas.

Por um lado, aquelas concepções de identidade vinculadas às psicologias sociais de cunho mais psicológico, que tendem a colocar a psicologia, juntamente com seus conceitos (entre eles o de identidade) sob o signo dos fenômenos psicológicos de origem e natureza eminentemente individuais. Os autores incluídos neste grupo abordam a questão da identidade encarando o indivíduo *per se* (CRAIG *apud* FARR,

2000) abstraído ou minimizando o papel desempenhado pela sociedade na constituição da identidade.

Nesse grupo estão incluídos, como casos típicos, os trabalhos dos irmãos G.W e F.H. Allport, assim como, em menor escala e por outros motivos, autores ligados à psicologia da forma como Koffka, Wertheimer e Lewin. (CRAIG *apud* FARR, 2000)

Outra direção é seguida por autores classificados por Farr (2000) como fazendo parte do grupo de teóricos mais atentos ao caráter social da psicologia. Os fenômenos sociais são encarados como elementos influentes e constitutivos dos processos psicológicos 'individuais' e, com isso, o conceito de identidade (entre outros) passa a ser composto de variáveis sociais, admitidas e aceitas em suas peculiaridades próprias sem serem artificialmente reduzidas a fenômenos psicológicos individuais.

Neste grupo ganham destaque as teorias que enfatizam os processos sócio-históricos envolvidos na constituição das identidades, dentre as quais podemos citar com proeminência as teorias de fundo marxista como as de Lúria, Vygotski e Leontiev.

Lida como uma categorização preliminar e introdutória, a esquematização proposta por Farr, apesar de seu pequeno potencial (índice) de discriminação, tem o mérito de captar um traço marcante da psicologia social, qual seja: sua inerente tensão fronteiriça. A partir de sua categorização torna-se explícito que a psicologia social como disciplina vem se esforçando em manter um equilíbrio entre os dois componentes que procura equacionar : o social e o psicológico.

Ora o pêndulo recai exageradamente para o lado psicológico, ora para o social. Encontrar um quadro conceitual que dê conta dessas esferas tão diferentes – e ao mesmo tempo tão intimamente implicadas em uma relação de interdependência – não tem sido uma empreitada epistemologicamente fácil para os teóricos da psicologia social.

O conceito de identidade e as dificuldades envolvidas em suas diversas elaborações é um apanágio que exhibe a conspícua dificuldade epistemológica enfrentada pela psicologia social em particular e pela psicologia de uma maneira geral.

Na busca de um conceito de identidade que escape a subjetivismos intratáveis e intangíveis sem cair em objetivismos reducionistas, a linguagem surge como um objeto de estudo privilegiado. Sobretudo a linguagem em sua forma narrativa.

A linguagem (narrativa) se configura como uma realidade objetiva o suficiente para ser tratada dentro das exigências de precisão, clareza e operacionalidade exigidas pela ciência. Ao mesmo tempo é uma realidade maleável o bastante para evitar os

reducionismos comumente envolvidos em tentativas de tratar fenômenos complexos que englobam significados (psicológicos ou sociais) dentro dos moldes científicos.

Nossa hipótese é a de que o estudo da linguagem (narrativa) estende uma ponte para se suplantar de maneira abrangente e consistente o abismo teoricamente problemático que separa os fenômenos de ordem psicológica e social, pública e privada, objetiva e subjetiva.

Por um lado teríamos o grupo das escolas psicológicas que fazem um estudo científico, mas de um ser, para isso, tão submetido a simplificações que não chega a ser o homem tal qual o conhecemos. Por outro lado estaria o grupo das escolas psicológicas que não 'reduzem' o homem, o tomando em toda sua complexidade, mas que como resultado apresentam um estudo que não chega a ser propriamente científico (FIGUEIREDO, 2002).

Acreditamos que este dilema aparentemente incontornável, chega próximo a uma solução mediante a adoção do paradigma narrativo em psicologia. A problemática do conceito de identidade, gestado e fomentado por esta dicotomia, também tende, conseqüentemente, a ser equacionada de forma mais satisfatória quando encarada, sob o signo da Psicologia Narrativa, como a problemática da identidade narrativa. É sobre esta problemática que nos ocuparemos a seguir.

1. A Questão da Identidade; Ou O que Está Em Questão

A questão da identidade não existe no singular. Quando nos propomos aqui a abordar a temática da identidade, sabemos que há uma nuvem de problemas por trás desta gota de conceito. A problemática da identidade não é, pois, uma questão no singular, mas sim uma designação genérica para um variado grupo de questões vagamente conectadas.

Uma vez que um problema bem colocado é um problema meio resolvido, apresentaremos a seguir uma categorização das principais questões implicadas pelo conceito de identidade. Para abordar a problemática da identidade de forma conceitualmente consistente, acreditamos ser importante distinguir pelo menos cinco grandes grupos de questões.

Esta apresentação analítica da questão da identidade cumpre dois propósitos. Primeiramente, ao distinguir e definir claramente as questões implicadas, essa

abordagem evita confusões conceituais que, em temáticas como esta, tão facilmente bloqueiam o avanço das investigações e/ou levam a debates surdos. Outra vantagem desta abordagem analítica é que ela nos permitirá ver com clareza a amplitude de aplicação do conceito de identidade narrativa. Ou seja, esta abordagem deixa claro que o conceito narrativo de identidade contribui para a compreensão do problema da identidade em vários níveis.

A menção às várias questões subjacentes – mas nem sempre exploradas - à questão da identidade não tem, pois, por objetivo ampliar o escopo ao qual o termo 'identidade' usualmente se refere. Pretendemos apenas clarear e aprofundar a compreensão do termo e não ampliar a realidade a qual se refere. Por essa razão o termo 'identidade' é usado aqui no sentido psicológico usual, se referindo àquilo que seres humanos conscientes e capazes de linguagem se referem quando respondem à questão 'Quem é você?'⁵³

As principais questões a serem levadas em conta em um estudo acerca da identidade podem, a nosso ver, ser agrupadas em cinco grandes grupos. As questões giram em torno dessas cinco grandes temáticas: unicidade, persistência, substância, evidência e personalidade⁵⁴.

2. Unicidade

O que faz uma pessoa ser aquilo que ela é? O que faz alguém único enquanto indivíduo psicologicamente diferente dos outros? Será a maneira como esta pessoa se vê ou se define a si mesma? Será a rede de valores e convicções que estruturam sua vida? Ou será que é uma propriedade (ou conjunto de propriedades) que define a identidade psicológica de alguém? Se for uma propriedade (ou conjunção ou disjunção delas), elas

53 “No nosso cotidiano, por vezes seguidas também nos defrontamos com a necessidade de responder à pergunta ‘quem é?’ a que a identidade remete”. (JACQUES, 2000, p.159)

54 Esta categorização baseia-se na esquematização proposta por Eric Olson. OLSON, Eric T., "Personal Identity". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2007 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2007/entries/identity-personal/>>.

Adaptamos de acordo com nossos objetivos e utilizamos outra nomenclatura. A forma de abordar e responder às questões é completamente independente daquela adotada no artigo. O tema da personalidade envolve grandes questões éticas e o da evidência envolve sérios problemas filosóficos e epistemológicos. A abordagem destes dois temas não nos ocupará no presente trabalho. Limitaremos-nos apenas às questões que estão mais diretamente implicadas nos estudos psicológicos.

são necessárias? Ou poderiam ser outras? Poderíamos adquirir novas propriedades? Perder as velhas? Enfim, ser outra pessoa?

A variedade de questões arroladas acima se ramifica a partir da temática-matriz da unicidade do sujeito psicológico individual. Falando psicologicamente, o que torna um sujeito único, portador de uma identidade pessoal? Certamente cada um de nós possui traços únicos. A questão não é precisamente esta. Cada por do sol também é único. A questão é saber quais dentre os traços únicos são relevantes (e quais não são) para determinar a identidade psicológica de um sujeito.

O ato de identificar os traços que são significativos para determinar a unicidade característica das identidades psicológicas pressupõe ele mesmo um conceito de identidade. Pretendemos apresentar o conceito narrativo de identidade, mostrando que tipo de resposta ele oferece para as questões acima agrupadas. Desdobramentos e elaborações mais detalhadas do conceito serão apresentados à medida que formos levantando outras questões relevantes referentes ao problema da identidade.

Para além da materialidade orgânica ou social, o conceito de identidade narrativa chama atenção para a unicidade dos processos de produção lingüística de nossas próprias identidades pessoais. Como bem coloca o neurologista Oliver Sacks (2000, p. 128) "Cada um de nós tem uma história de vida, uma narrativa íntima - cuja continuidade, cujo sentido é nossa vida. Pode-se dizer que cada pessoa constrói e vive uma 'narrativa' e que a narrativa é a pessoa, sua identidade".

Esta definição de identidade oferecida por Sacks vale para todos os propósitos como uma definição de identidade narrativa. De fato, o consenso a respeito do conteúdo desta definição é unânime entre os teóricos que trabalham com o conceito de identidade narrativa⁵⁵.

Apesar de bastante ampla, esta definição tem o mérito de mencionar uma característica fundamental do conceito de identidade narrativa. Trata-se da autonomia ontológica da narrativa. Para os psicólogos narrativistas, o papel da narrativa na construção da nossa identidade não é apenas expressivo ou organizador. Não é que possuímos uma identidade - física ou mental - independente da linguagem, e a expressamos ou organizamos mediante a narrativa.

55SARBIN(1986);POLKINGHORNE(1988);KEEN(1986);GALARCE(2003);WYATT(1986);SUTTON-SMITH(1986); **RICOEUR(1991)**;CRITES(1986);MANCUSO(1986).

Quando diz que a "narrativa é a pessoa, sua identidade" Sacks não está sendo expressionista. Não se trata de um estilo como o de Kafka que, ao invés de dizer que Gregor Samsa sentia-se como uma barata, disse que ele *era* uma barata. Sacks está proferindo com precisão um princípio epistemológico crucial para se compreender o conceito de identidade narrativa.

Nossa identidade é nossa narrativa. Literalmente. Ela não é expressa narrativamente, não parece narrativa, não se organiza em forma narrativa. Para os psicólogos narrativistas, a identidade é narrativa. Por ora, é importante explorar a relação existente entre a identidade (concebida como narrativa) e a questão da necessária unicidade requerida das identidades pessoais.

A unicidade requerida pela identidade é a unicidade possibilitada pela narrativa. Justificar esta tese é indispensável para a consecução dos objetivos que nos ocupam.

Nas últimas décadas, o conceito de identidade foi atacado por várias escolas e por vários motivos. Uma das dimensões mais atacadas foi precisamente a necessária unicidade à qual o conceito de identidade parece remeter. A profundidade dessas críticas foi tão penetrante que a substituição do termo 'identidade' passou por muito tempo como uma necessidade inquestionável.

Termos como 'subjetividade', por exemplo, pareciam substituir com vantagem o conceito de 'identidade' sem se remeter, como este, a arcaísmos epistemologicamente ultrapassados, como era o caso da necessária unicidade implicada pelo termo identidade. Em linhas gerais estas críticas chamam a atenção para a natureza histórica, mutável e diacrônica dos fenômenos psicológicos. Consideram, por esta razão, inadequado o uso de termos como o de identidade que parecem alheios a esta dinâmica histórica e remetem mais diretamente a realidades estáveis, a - históricas e fixas.

O advento da corrente pós-fundacionalista da ciência permitiu uma leitura da necessária unicidade à qual o conceito de identidade remete em um nível de abstração que evita os problemas que foram comumente alvo das críticas dos teóricos das últimas décadas. Acreditamos que estas críticas ao conceito de identidade (e sua requerida unicidade), apesar de apresentarem um momento de verdade (com o qual o conceito de identidade narrativa está de acordo) peca, não obstante, em um aspecto crucial. O conceito de identidade narrativa leva em conta as críticas ao mesmo tempo em que evita os erros aos quais estas correntes conduziram.

As críticas à necessária unicidade à qual o conceito de identidade remete se originaram de duas fontes.

1) O crescente afastamento do pensamento científico ocidental das formas metafísicas de justificação leva a recorrência a essências, substâncias e coisas-em-si a ser cada vez mais desacreditada e desencorajada como formas válidas de explicação. Uma vez que a unicidade das coisas tradicionalmente foi buscada nas substâncias da qual emergiam e que esta forma de pesquisa foi abandonada pela ciência contemporânea, o conceito de unicidade passou a ser problemático. Inclusive, e principalmente, - e é isto que nos interessa aqui - o conceito de unicidade da identidade. Os teóricos que se utilizam do conceito de identidade narrativa subscrevem inteiramente este ponto de vista da ciência contemporânea, se alistando sem reservas na brigada anti-metafísica.

2) Uma segunda linha de raciocínio concorre para negar a possibilidade da necessária unicidade associada ao conceito de identidade. Apesar de encontrar-se em íntima relação com a linha de raciocínio mencionada no parágrafo anterior, esta apresenta peculiaridades que nos incitam a abordá-la separadamente. Trata-se da relação de crescente aproximação da ciência com as idéias empiristas.

Empiricamente falando, a realidade é constituída por uma miríade de fenômenos particulares, eventos isolados. Os empiristas, como grupo, partilham de uma visão comum da realidade. Para esta corrente, a realidade é constituída por uma infinidade de retalhos (fatos, eventos, fenômenos) de diversas cores, texturas e tamanhos. Se a soma caótica destes retalhos se assemelha a uma figura harmoniosa estampada em uma colcha de retalhos única (nossa visão de mundo), isto se deve (segundo os empiristas) à nossa tendência de organizar os retalhos em grupos e classes. Fazemos isso criando ficções de causa-e-efeito, relações de contigüidade e etc.

O que vale, para a realidade também valeria para a identidade. Mudamos constantemente de pensamentos. Nossas sensações se sucedem em ritmo vertiginoso. Nossos sentimentos são tão variados no tempo (quando cambiam de um momento para o outro) quanto o podem ser no 'espaço' (como é o caso quando abrigamos sentimentos contraditórios simultaneamente). Nossa experiência se caracteriza, assim, por ser ininterrupta e mudar constantemente. Sendo assim, não há nada de surpreendente no questionamento humeano: "O quê, então, nos leva a uma propensão tão grande de atribuir uma identidade a essas sucessivas percepções, e a supor que nós mesmos

possuímos uma invariável e ininterrupta existência através de todo o curso de nossas vidas?” (HUME,1975, I, IV, vi)⁵⁶.

Abordaremos a questão da unicidade da identidade psicológica ao longo do tempo em um tópico posterior (3.). Por ora nos deteremos na questão da unicidade de um ponto de vista meramente estático. Sob a influência do empirismo, várias teorias científicas enfrentaram o problema de justificar a unicidade da identidade face à variedade de experiências às quais os sujeitos se submetem. De uma maneira geral a problemática foi resolvida sendo evitada. Ou seja, o sujeito passou a ser visto humaneamente como “um feixe ou coleção de diferentes percepções”. (Hume, 1975)⁵⁷.

A unicidade do sujeito, sua identidade, passa a ser vista como uma ficção, no sentido que essa palavra assume quando usada como sinônimo de falsidade, ilusão, irrealidade. Apesar de discordar desta conclusão, é preciso dizer em favor dos seus defensores, que ela se segue impecavelmente da adoção das premissas com as quais estão comprometidos.

As teorias que abordam a questão da identidade de um ponto de vista meramente social⁵⁸ comumente tendem a encarar os sujeitos mais como seres humaneanos, ou seja, como 'a bundle of perceptions' do que propriamente como seres humanos dotados de uma unicidade identitária única e unificadora. Um exemplo será instrutivo.

Ao abordar a questão da identidade a partir de um ponto de vista social, Goffman (1959) dá contribuições importantes para a compreensão das ações sociais, dos papéis sociais que nos definem e inclusive acerca da identidade, mas pouca luz é lançada na problemática da unicidade da identidade.

56 Citado de acordo com a divisão da obra. Livro I, parte 4, seção 6. Seção intitulada “Of personal identity”. No original: “what then give us so great a propension to ascribe an identity to these successive perceptions and to suppose ourselves possess of an invariable and uninterrupted existence thro' the whole course of our lives?”

57 No original “A bundle or collection of different perceptions”.

58 Dizemos 'meramente social' para diferenciá-las da abordagem narrativa que, apesar de conferir um enorme papel ao social, dá primazia à dimensão lingüística da identidade.

Goffman introduz termos referentes ao teatro na conceituação da identidade⁵⁹. Fala de Ator, papel, personagem. À nossa identidade empírica, ou seja, à forma como ela se apresenta no mundo social, Goffman se refere como personagem. O personagem se ocupa em diferentes papéis sociais que o caracterizam. O fato de desempenharmos o papel social de pai não nos impede de ter inúmeros outros papéis, como o de estudante, trabalhador, marido, etc.

A questão que nos ocupa é o que confere unicidade ao personagem dividido em inúmeros papéis sociais? Dizer que a unicidade da identidade se encontra na conjunção dos múltiplos papéis sociais que desempenhamos, mesmo se levando em conta a disjunção de papéis que não desempenhamos, certamente não corresponde àquilo que usualmente queremos dizer quando afirmamos que ‘fulano é único’⁶⁰.

Alguns teóricos pós-modernos (*vide* Lyotard, 2002) constituem casos extremos (e por isso mesmo expressivos) da recusa do problema da unicidade da identidade. Exemplificam, a nosso ver, como a unicidade da identidade, quando tratada através de esquemas teóricos meramente sociais, conduz a inconsistências que, via de regra, só podem ser solucionadas mediante a recusa do caráter unificado desta.

A cultura contemporânea é marcada pela fragmentação e diluição de todas as estruturas que constituíam até a modernidade a fundação da sociedade. Todas as

59 Goffman (1959 *apud* POLKINGHORNE 1988) explicita da seguinte forma sua teoria: “The perspective employed in this report is that of the theatrical performance; the principles derived are dramaturgical ones. I shall consider the way in which the individual ... presents himself and his activity to others, the ways in which he guides and controls the impressions they form of him, and the kinds of things he may and may not do while sustaining his performance before them”. Mesmo se mostrando em muitos momentos consciente da importância da narrativa, Goffman atém-se ao modelo dramaturgico. Esta ênfase nos papéis sociais, em detrimento do estudo das narrativas, o impede de fornecer soluções ao problema da unicidade da identidade. Pois, como bem observa Polkinghorne(1988, p.152) ao comentar a citação acima “To play a social role is not the same as configuring one's life into a plot that is one's personal identity. Performing a social role is a way in which a person manages and animates his or her actions, but playing a character—of which there are many over a life span—represents only one of the episodes that make up the content of a life story. One may play many different characters which give temporary periods of identity during one's life span. But these various roles—“the precocious child,” “the good student,” “the fast tracker,” and so on—all take on meaning from the perspective of the single adventure that is one person, as defined by the life plot”. Uma ressalva se faz importante neste contexto. Ao usarmos o exemplo de Goffman como um contraponto à abordagem narrativa, chamamos atenção apenas para a diferença de ênfase entre o modelo narrativo e o dramaturgico. Em última instância eles são interligados. Como bem lembra Polkinghorne(1988,p.208) “ Sarbin, who has previously published work on role theory, writes: “Drama ... is a subordinate concept to the superordinate narrative”.

60 Uma questão interessante seria: e se duas pessoas tivessem exatamente os mesmos papéis sociais? Serão duas pessoas únicas ou versões diferentes do mesmo sujeito, como há diferentes versões de Hamlet?)

instituições, sejam elas econômicas, culturais, familiares ou religiosas, estão submetidas a um rápido processo de mudança. Uma vez que eram estas instituições que conferiam o lastro que possibilitava a estabilidade dos papéis sociais, e elas perderam a estabilidade, os sujeitos, cujas identidades dependiam dos papéis sociais, também perdem o fundamento que unifica sua identidade.

Este diagnóstico, que acreditamos poder ser com propriedade atribuído a vários teóricos pós-modernos, leva a uma conclusão irresistível: O sujeito “pós-moderno” é fragmentado. Em uma sociedade onde ‘tudo que é sólido desmancha no ar’, onde os papéis sociais parecem mudar em uma velocidade vertiginosa, a questão da unicidade da identidade parece uma questão anacrônica.

A instabilidade que a sociedade contemporânea submete aos papéis sociais não é, a nosso ver, motivo para abandonar a tentativa de fundamentar a unicidade da identidade. O que a instabilidade imprimida aos papéis sociais mostra é tão somente a fragilidade de uma concepção de identidade atrelada meramente à sua dimensão social e não necessariamente o caráter múltiplo e fragmentário do sujeito.

Em suma, de acordo com o raciocínio que estamos desenvolvendo neste trabalho, podemos dizer que os conceitos de identidade que não remetem à dimensão linguística, se restringindo à social, não foram capazes de lidar com o problema da unicidade nem mesmo em se tratando de sociedades onde os papéis sociais eram estáveis. A instabilidade pós-moderna só realça o fato de que a questão da unicidade da identidade deve ter sua solução buscada em outro nível.

Abordar a questão da unicidade da identidade em um nível simbólico (narrativo) pode parecer abstrato demais para dar conta de uma realidade tão ‘concreta’. A aparente abstração desaparece tão logo se abandone a tradicional visão empiricista das ciências humanas⁶¹. E, como vimos, esse abandono não parece ser facultativo. A questão é que factualmente não há unicidade da identidade. Quer se remeta a fatos sociais, como os papéis que desempenhamos ou a fatos subjetivos, como nossas experiências, sensações ou pensamentos, não passamos de seres humanos, carentes de unidade.

⁶¹ No original “The human sciences (the behavioral and social sciences), with their tradition of quantitative research, are not yet comfortable with dealing directly with the linguistic rationality by which narrative operates. However, for the human sciences to gain a full appreciation and comprehension of human experience and behavior, narrative approaches will be required”. (POLKINGHORNE, 1988, p.122)

A unicidade da identidade é uma questão de significado, e não uma questão de fato. Por esse motivo ela só pode ser compreendida simbolicamente e resulta em reducionismos quando tratada como questão de fato (objetivo ou subjetivo). O mesmo tipo de reducionismo que mencionamos no primeiro capítulo quando apontamos que questões de significado não podem ser resolvidas com o estudo de processos de informação. A abordagem holística que defendemos em relação ao estudo da linguagem, em oposição à atomista, se aplica, *mutatis mutandis*, à abordagem narrativa da questão da identidade, em oposição à abordagem factual. Uma passagem de Donald Polkinghorne em seu livro *Narrative Knowing* esclarece este ponto ao mesmo tempo em que introduz o conceito de unicidade da identidade em uma perspectiva narrativa.

[...]Narrativa envolve a reunião de eventos em um enredo, no qual, significação é dada para os eventos à medida que eles se relacionam ao tema da estória. O enredo configura os eventos em um todo, e os eventos são transformados de meros acontecimentos seriais independentes em acontecimentos significativos que contribuem para a integridade do tema. Assim como o significado e a função de uma determinada palavra torna-se clara quando a sentença da qual ela faz parte é entendida, da mesma forma, o significado de um determinado evento torna-se claro quando se conhece o enredo do qual ele é parte. Porque a criação de um enredo significativo, a partir de uma série de eventos, usa o mesmo processo de raciocínio hermenêutico que está envolvido na criação de uma sentença significativa, a partir de um conjunto de palavras, exemplos extraídos de sentenças não são apenas análogos, mas ilustrativos do processo narrativo. (POLKINGHORNE, 1988, p. 142-143)⁶².

Os eventos só constituem um todo porque remetem a um enredo que é fruto de uma construção narrativa. Qualquer conceito de identidade, por mais minimalista que seja, deve agregar fatos, sensações e pensamentos diversos em um todo unificado. Essa unificação da experiência em um todo coerente parece ser uma demanda generalizada dos seres humanos. A identidade pessoal não é uma exceção a esta regra geral.

A busca da coerência parece suplantiar a busca de outras coisas mais valorizadas pela ciência, como a da verdade, por exemplo. Como este também parece ser o caso no que se refere à forma como as pessoas conferem unidade à suas identidades, cabe à

62 No original “Narrative involves the gathering together of events into a plot in which signification is given to the events as they relate to the theme of the story. The plot configures the events into a whole, and the events are transformed from merely serial independent happenings into meaningful happenings that contribute to the whole theme. As the meaning and function of an individual word becomes clear when the sentence of which it is a part is understood, so the significance of an individual event becomes apparent when one knows the plot of which it is a part. Because the creation of a meaningful plot from a set of events uses the same processes of hermeneutic reasoning that are involved in the creation of a meaningful sentence from a set of words, examples drawn from sentences are not merely analogous but illustrative of the narrative process”.

psicologia elaborar conceitos capazes de lidar com essa realidade. Nesta busca por coerência nada poderia ser um auxiliar mais valioso do que a forma narrativa de manejar a linguagem.

Esforçamo-nos o tempo todo por ser e parecer coerentes, consistentes, por manifestar unidade enfim. Tal fato não passou despercebido a psicólogos como Leon Festinger (1957) Fritz Heider (1946) e Theodore Newcomb (1953). Segundo Cialdini (2001, p. 50)⁶³ tais teóricos “viram o desejo de consistência como um motivador central do comportamento”.

A verdade desta afirmação transparece em uma pesquisa com apostadores de corridas de cavalos. Knox e Inkster, (1968 *apud* CIALDINI, 2001, p. 49) mostraram que apostadores se sentiam muito mais confiantes a respeito das chances de vitória de seus cavalos imediatamente após fazerem as apostas. Um psicólogo empirista ávido por fatos tenderá a dizer que isso certamente se deve ao acesso destes apostadores a algum fato novo ocorrido logo após terem feito as apostas. Mas o que o estudo mostra, e isto não é nenhum assombro para os narrativistas, é que os apostadores não foram expostos a nenhum fato novo. Eles apenas se esforçaram por parecer (e ser) consistentes com aquilo que acabaram de fazer.

Como isso foi feito? De forma descritiva, científica, certamente não foi. Não havia fatos novos a serem descritos ou fatos antigos para serem incorporados. Se o desejo de consistência ou de dar unidade à própria identidade motivou a súbita mudança de atitude, foi certamente uma narrativa que a possibilitou.

Citamos esse estudo aqui não como um exemplo de psicologia do jogo – assim como não citamos o experimento dos retângulos no primeiro capítulo como exemplo de psicologia da percepção – mas sim como uma ilustração e caso particular de um princípio mais amplo que é a primazia da busca de consistência sobre a necessidade de verdade. Este exemplo mostra isto claramente. Os fatos (que respondem pela verdade) foram usados a serviço da coerência (ou unidade) da identidade dos jogadores, ou seja da narrativa que os constituem e não o contrário. A coerência é o motor; a narrativa, o agente.

Apesar de se enquadrar também no tópico da persistência, o exemplo dos apostadores subitamente confiantes foi incorporado aqui, por outro motivo além do seu poder de clarificar a precedência da narrativa sobre os fatos. Uma vez que a seleção destes é feita

63 No original, “viewed the desire for consistency as a central motivator of behavior”.

para satisfazer a demanda de coerência dela, também se explicita com esse exemplo que a identidade é um produto que se alcança no nível da linguagem e não no dos fatos.

Mas não é só isso. Uma vez que esse tipo de coerência não é buscado usualmente se valendo de categorias lógico-científicas e sim de procedimentos mais alusivos e metafóricos, a psicologia que pretende captar esse processo e acessar seu produto (a unicidade da identidade frente à multiplicidade da experiência) deve dispor de um quadro conceitual adequado. Isso nos remete novamente à diferença entre a visão de linguagem da Psicologia Narrativa e a visão da psicologia cognitiva. Esta associada à descrição e às questões de fato (informação), aquela à compreensão e questões de significado.

A primazia da linguagem (narrativa) para abordar a questão da unicidade da experiência e da identidade funda-se também em outros três fatores de natureza não propriamente psicológica, mas sim epistemológica, lógica e social (cultural).

Logicamente é sabido, pelo menos desde Frege, que uma proposição antes de poder ser verdadeira ou falsa deve ser significativa. Ou seja, o significado precede a verdade. Isso não implica que todas as questões possam ser tratadas em termos de verdade. Apenas questões factuais podem ser tratadas em termos de verdade ou falsidade, e como vimos, a unicidade da identidade não se encontra entre elas. Assim sendo, por razões já explicitadas no primeiro capítulo, é mais apropriadamente tratada mediante a adoção da narrativa do que de outros jogos de linguagem. Mas também há razões de outra ordem para esta escolha.

A eleição da narrativa como *locus* onde a unicidade da identidade deve ser buscada se apóia com bastante segurança, em motivos de ordem epistemológica. Principalmente depois da publicação do livro *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, a epistemologia pós-fundacionalista ganhou grande força (BRUNER, 1998, p.50). Kuhn argumentou contra os positivistas lógicos (em uma outra versão do debate entre narrativismo e cognitivismo) que as teorias científicas não mudavam a partir da confrontação com os fatos, mas sim mediante uma confrontação entre as teorias que sempre possuem evidências ambíguas.

O pós-fundacionalismo argumenta que não há qualquer realidade objetiva evidente, à qual nossas interpretações possam se referir. Ao contrário, os próprios fatos já são sempre interpretações. Só temos acesso a interpretações e interpretações de outras interpretações. A realidade objetiva é impossível. Quine (1960), que mostrou como isto acontece na mais objetiva das ciências, a física, expressou o credo dos pós-

fundacionalistas magistralmente quando disse que a teoria física é composta de “noventa e nove partes de conceituação e uma parte de observação” e isto torna a ‘natureza uma fraca candidata ao mundo real’. (BRUNER, 1998, p.107)

A Psicologia Narrativa se apóia na epistemologia pós-fundacionalista e por isso não é de se estranhar a sua proposta de encarar a unidade da identidade em um nível de conceituação, em um nível simbólico, em oposição à outras correntes da psicologia que a busca(va)m na ‘realidade’. Ora, se aquilo que consideramos ser um corpo é, 99% de conceituação e 1% de observação empírica, que dizer da porcentagem que a conceituação representa naquilo que consideramos ser nossa identidade.

Também culturalmente a escolha da narrativa se configura como mais apropriada para lidar com o tema da unicidade da identidade do que as abordagens objetivistas ou subjetivistas. Isto se deve em grande parte ao fato de a narrativa promover não só a coesão das diversas experiências de uma pessoa, mas também por possibilitar com sucesso a unificação das narrativas pessoais com aquelas da sociedade?

Nossa identidade não se desenvolve nem se mantém em um vácuo social. É na interação com outros que a identidade emerge e se mantém (MEAD, 1967; VYGOTSKY, 1998). Desta forma a unicidade da identidade só poderia ser mantida por uma forma de manipulação da linguagem capaz de articular essa tensão permanente entre a unicidade da identidade pessoal (narrativa pessoal) e o contexto social com o qual interage, ou seja, as narrativas canônicas e as narrativas de outras pessoas.

A fim de perceber ordem e reconhecer repetição (**pré-requisito da unicidade da identidade**) devemos ir além das características superficiais ao lidar com o mundo de objetos concretos e interações humanas sociais. Uma história provê o correto equilíbrio entre singularidade e universalidade. Porque histórias são relatos contextualizados, elas podem transmitir a peculiaridade de um episódio. Mas porque elas são construídas sobre um genérico grupo de categorias e relações, cada história se assemelha a outras histórias em diferentes níveis. Uma sensação de familiaridade é o resultado desta similaridade subjacente. Narrativa é a forma mais comum, mas não a única, usada para organizar e registrar experiências sociais e pessoais. (*grifos nossos*) (ROBINSON; HAWPE, 1986 p. 100-101)⁶⁴

64 No original “In order to perceive order and recognize repetition we must go beyond the surface features in dealing with the world of concrete objects and human social interactions. A story provides the right balance between uniqueness and universality because stories are contextualized accounts they can convey the particularity of an episode. But because they are built upon a generic set of categories and relationships each story resembles others stories to varying degrees. A sense of familiarity is the result of this underlying similarity. Narrative is the most common form, but not the only one, used to organize and record social and personal experience”.

No primeiro capítulo abordamos a necessária referência que toda narrativa faz a outras narrativas. Este mesmo princípio também vale para o conceito de identidade que também de forma necessária faz referência a outras identidades e se vale de estruturas narrativas socialmente dadas.

Desta forma, abordar a unicidade da identidade narrativa não implica a adoção de uma identidade completamente apartada das outras. Assim como as narrativas, por mais inovadoras e únicas que sejam, não deixam de ser processos colaborativos – pois remetem a outras narrativas e se utilizam de estruturas mais amplas, da mesma forma a unicidade da identidade (entendida como narrativa) também não pode ser alcançada ou mantida caso se ignore a rede de narrativas socialmente compartilhadas⁶⁵

Dauenhauer (2005) condensa bem estes princípios que estamos defendendo ao dizer que compreendemos a nós mesmos como identidades mediante o mesmo processo que utilizamos para compreender personagens de histórias. Pelo menos dois passos são cruciais nestes dois processos. Primeiro, no caso das histórias, compreendemos o personagem mediante o enredo que unifica tudo aquilo que lhe acontece, assim como seus projetos e ações reais. Da mesma forma, compreendemos a nós mesmos contando-nos histórias acerca de nossas vidas.

Em segundo lugar, para compreender a identidade única de um personagem é necessário recorrer a outras histórias com as quais a dele se interliga. Ou seja, para captar a identidade de um único personagem é preciso compreender a narrativa de vários outros, como a de seus familiares, inimigos e demais atores que interagem com ele. Da mesma forma, a narrativa por meio da qual criamos nossa identidade pessoal se relaciona com muitas outras que são requisitos para a compreensão de nossa própria. Essa necessária ligação de nossa narrativa com a de outras pessoas (ou entidades) limita o leque de possibilidade que temos à nossa disposição para construir a nós mesmos como identidades únicas.

Antes de finalizarmos esta seção que versa sobre as questões referentes à unicidade da identidade, na qual abordamos as soluções propostas pela Psicologia Narrativa, consideramos importante abordar a questão do conflito no qual uma mesma pessoa é, ao mesmo tempo, as duas partes em disputa.

⁶⁵ Aqui vale a mesma ressalva que fizemos no primeiro capítulo. A necessidade de se levar o canônico em conta não implica a necessidade de se conformar a ele.

Quando nos irritamos e apertamos as mãos no bolso para evitar agredir alguém, onde está a unicidade de nossa identidade? Somos aquele que queria agredir ou aquele que colocou as mãos nos bolsos para conter a agressão?

Quando quebramos a dieta comendo um doce e sentimos, ao mesmo tempo o prazer do apetite satisfeito e o sofrimento da culpa, quem somos nesse momento? O guloso comendo ou o comedido se culpando? Há infinitas questões que são variações deste mesmo tema. Mas a mais intrigante é sem dúvida esta: quando perguntamos quem somos, somos aquele que faz a pergunta ou aquele que tem a resposta? Estas questões desafiam a unicidade da identidade em sua estaticidade (sincronia) e por isso é tão central para o tema que estamos abordando neste tópico.

A importância da problemática que estas questões encerram se torna evidente se levarmos em consideração o fato de que as principais escolas psicológicas se ocuparam dela. Assim, a tópica freudiana, que divide o aparelho psíquico em Ego, Id e Superego visa, em grande parte, solucionar o paradoxo incômodo ao qual estas questões nos levam. Cada aspecto conflitante é visto como fazendo parte de estruturas psíquicas diferentes. O Id respondendo pelos desejos inconscientes, regulados apenas pelo princípio de prazer, o Superego respondendo pelas injunções sociais e o Ego como uma instância intermediária bombardeada pelas duas outras e responsável pela manutenção de um equilíbrio tenso entre elas.

O behaviorismo radical, fiel à sua teoria do reforço reporta as contradições a que essas questões evidenciam à história de reforçamento inconsistente ou aleatório. Abrigariamos contradições porque, em nossa história de vida, comportamentos semelhantes foram ora reforçados ora punidos, ou porque fomos reforçados a emitir comportamentos incompatíveis (a comer doce e permanecer magro) ou ainda, porque não fomos adequadamente reforçados a identificar estímulos discriminativos associados à punição, ou talvez porque nossa história filogenética de reforço, por algum motivo passou a ser incompatível com nossa história social de reforço.

Não nos ocuparemos dos méritos de cada uma dessas explicações ou de seus pontos fracos, pois já abordamos essa temática quando criticamos a postura subjetivista e a objetivista diante da problemática da unicidade da identidade. A psicanálise e o behaviorismo radical podem ser tomados, para os propósitos deste trabalho, como representantes destas visões.

Os elementos que compõem a forma como os psicólogos narrativistas abordam esta questão já foram todos explicitados. Afinal, quando pergunto quem sou, sou aquele

que faz a pergunta ou aquele que dá a resposta? Os psicólogos narrativistas encaram esta questão como um falso dilema.

Há uma alternativa não contida na forma de colocar a questão. Podemos ser o conjunto destes – e de muitos outros – personagens. Somos a narrativa que contém uma cena na qual um personagem pergunta a outro – ou a si mesmo – quem ele é. A unicidade dessas duas vozes só pode ser encontrada na coerência do enredo que as articula em uma unidade significativa. É como se fossemos ao mesmo tempo atores e escritores de nossa vida. Nesta perspectiva, “a identidade do *self* torna-se relacionada com a estória de vida da pessoa, que conecta as ações em um enredo integrado”. (POLKINGHORNE, 1988, p. 150)⁶⁶

A variedade de papéis sociais que desempenhamos não é obstáculo para a construção de uma identidade unificada. Desde que haja uma narrativa única – mas não necessariamente imutável – que confira coerência a esta infinidade de papéis. Este enredo que confere unicidade ao sujeito, por sua vez, não pode ser independente dos fatos sociais e subjetivos aos quais os indivíduos estão submetidos.

O enredo do *self* atende a dimensões físicas geneticamente estabelecidas e a qualidades pessoais, assim como a mudanças de desejo organicamente geradas. Ele dá atenção ao cenário social e cultural no qual os eventos da vida ocorrem; e a respostas e requisições de outras pessoas; ferimentos e doenças, boa fortuna, sucesso e realizações, derrotas e falhas, são todos tornados significativos em relação ao enredo global. (POLKINGHORNE, 1988, p. 151)⁶⁷

Narrativas que buscam conferir unidade à identidade ignorando elementos sociais, eventos objetivos, traços subjetivos, ou o contexto cultural, são mal sucedidas no seu propósito, resultando comumente em psicopatologias⁶⁸. Todos temos pensamentos contraditórios, desejos conflitantes e nos comportamos de formas inconsistentes em algumas situações e papéis sociais diferentes⁶⁹. Apesar disso, poucos são os esquizofrênicos, os bipolares ou paranóicos. Nossas narrativas mantêm a unicidade de nossa identidade em meio a toda essa miríade.

66 No original “Self identity becomes linked to a person’s life story, which connects up the actions into an integrated plot”.

67 No original “The self plot attends to genetically established physical dimensions and personal qualities and to organically generated changes in desire. It pays attention to the social and cultural setting in which life events occur, and to responses and requests from other persons injury and illness, good fortune, successes, and accomplishments, and defeats and failures are all made meaningful in relation to the whole plot”.

Vimos que a narrativa estrutura os pensamentos, sentimentos, ações e experiências dos indivíduos de tal forma que possibilita o surgimento e a manutenção de uma identidade única. Isto é feito mediante um processo de seleção narrativa que é dramaticamente orientado em direção a uma coerência cada vez mais significativa. Ao longo deste processo de seleção narrativa (que é o processo mesmo de construção narrativa), muitos eventos, pensamentos ou sentimentos são descartados por não contribuírem ou por atrapalharem a coerência da história. São relegados a pano de fundo, personagens secundários ou meros coadjuvantes. Simultaneamente, outros eventos, pensamentos etc. são elevados ao primeiro plano, ao posto de papel principal porque concorreu para facilitar a produção da coerência a qual toda narrativa almeja.

Este processo de seletividade narrativa é importante para compreender pelo menos dois tópicos da problemática da identidade. A questão da persistência que envolve a seletividade temporal. E a questão da unicidade que envolve a seletividade de elementos contrastantes em um tempo presente. Trataremos da questão da seletividade narrativa em sua dimensão temporal mais adiante. Por ora, é importante mostrar como a seletividade narrativa nos ajuda a explicar a unicidade da identidade.

A seletividade que nossos sentidos impõem a nossas percepções é geralmente encarada de forma negativa. Nada mais natural. Pelo menos à primeira vista. Esta seletividade feita independente de nossa vontade e muitas vezes contrária a ela, reduz nosso universo cognoscível. Mas basta um olhar mais atento para percebermos seu valor. Você dificilmente estaria conseguindo ler esse texto se estivesse ouvindo vários ruídos que, graças à sua ‘incapacidade’ de ouvir, passam despercebidos. Esta seletividade é imprescindível porque, ao descartar sensações que não são relevantes, nos

68 No original “La psicopatología se considera como sinónimo de una incapacidad para tener una visión multifacética dela experiencia, caracterizada por la existencia de prototipos narrativos específicos. Estos prototipos constituyen invariantes organizativos de la experiencia que la limitan. En lugar de diversidad y flexibilidad, el individuo está sometido a un conjunto de invariantes temáticos que aquí designamos como prototipos... El individuo está ligado a una narrativa prototipo como un sistema invariante de significación y el conjunto de sus narrativas presentes, pasadas o futuras, adquiere su significado desde esta unicidad prototípica (Gonçalves,1998, pág. 344). Para Villegas Besora (1995) no son los contenidos textuales lo que hacen a un discurso patológico, sino su reiteración y su incapacidad para desarrollar discursos alternativos”. (GALARCE, 2003,p.12)

69 “The self concept is synthesized out of a myriad of interactions across the life span, and at any given time its contents of internalized roles, statuses, norms, and values are bound to be contradictory and mutually exclusive. The self concept may be vague and disintegrated at times, and the force with which it can operate as a guide to behavior and a criterion for conduct can be scattered”.(POLKINGHORNE, 1988, p. 149)

possibilita focar a atenção naquelas propriedades dos estímulos que condensam (ou unificam) as informações que realmente nos podem ser úteis.

A seletividade narrativa está para a unicidade da identidade assim como a seletividade sensorial está para a formação das percepções⁷⁰. É preciso admitir que tanto psicológica quanto socialmente cada um de nós somos muitos. Muitos papéis do lado de lá das nossas peles e muitas vozes do lado de cá. A questão, vale lembrar, é:

Admitindo que o *'self'* é fundamentalmente um nome para uma conversação, ao invés de um monólogo, como eu tão incorrigivelmente identifico a mim mesmo, este inflexível e persistente 'eu'... que 'eu' não confundo com nenhum outro? Como acontece que dentre o enorme grupo de identidades intersubjetivas eu possa tão prontamente separar aquele turbilhão de murmúrios que eu chamo de 'mim mesmo'? (CRITES, 1986, p. 155-156)⁷¹

A unicidade de nossa identidade não é um dado psicológico ou social; é uma construção estética. (CRITES, 1986, p.161) Não somos únicos nem social nem psicologicamente, mas sim narrativamente. Não somos únicos como atores de papéis sociais, mas sim como autores de uma narrativa única que confere significado único aos papéis que desempenhamos. Não somos únicos por possuímos desejos, sentimentos ou vontades privadas (vimos que muitas vezes abrigamos diversos desejos etc. ao mesmo tempo). Somos únicos porque agrupamos todas as nossas características psicológicas sob o manto de uma única narrativa coerente e nessa narrativa cabe a cada uma dessas características psicológicas um papel que é determinado pela própria narrativa.

Da mesma forma, nossa percepção do mundo não é uniforme e coerente porque nossas sensações o sejam, mas sim porque estas passaram por um processo de seleção. Ouvimos muitas coisas que não escutamos. Vivemos muitas coisas que não fazem parte da nossa história, da nossa identidade.

Se somos aquele que pergunta 'quem sou eu' ou aquele que responde; aquele que quer quebrar a dieta ou aquele que quer emagrecer; o pai amoroso ou o empresário cruel, depende de muitos fatores, dentre os quais o principal é a narrativa que sustenta a

70 Contrastamos aqui sensação *versus* percepção partindo do pressuposto de que esta é unificada e aquela não.

71 No original "Granted, that is, that 'self' is fundamentally a name for a conversation rather than a monologue, how is that I so unmistakably identify myself, this relentlessly persisting 'I'...which 'I' cannot confuse with any other? How does it happen that out of the great pool of intersubjective selfhood I can so readily single out that babbling little eddy I call myself?"

confrontação destes oponentes. Qual o valor que cada um dos pólos terá na definição da identidade? Qual papel cada um representa? São ambos protagonistas? Um protagonista e o outro figurante? O que se sabe é que é a narrativa que determina a distribuição destes papéis e a seleção destes fatores. Em outras palavras, é apenas no plano da narrativa que possuímos uma identidade única. Desta forma,

Uma vida de experiências coerentes não é um simples dado, ou um rastro deixado por se viver. Considerando-se que é possível se alcançar uma identidade coerente, ela precisa ser construída; uma produção semelhante a uma estória, com muitas armadilhas e tendo constantemente que ser revisada, às vezes do princípio ao fim, a partir do ponto de vista privilegiado de alguma situação nova do 'Eu' que rememora. (CRITES, 1986, p. 159)⁷².

Vimos no primeiro capítulo que nenhuma narrativa bem sucedida pode ignorar seu contexto social, assim como não pode ignorar outras narrativas com as quais se relaciona e dialoga. O mesmo princípio vale para as narrativas que nos constituem como identidades únicas. Como bem lembra Crites (1986, p. 161), “quanto mais completa a história, mais integrado é o self”⁷³.

Entretanto, não se deve ser levado a pensar –vale reforçar – que o contexto, os personagens e os fatos determinam a unicidade da narrativa, e por conseguinte, da identidade. Estes aspectos limitam, condicionam, influenciam a narrativa e a identidade, mas não a determinam de forma alguma.

Procurar a unicidade do eu em fatos ou vozes de personagens é como procurar a unidade da *Ilíada* estudando Aquiles, ou os fatos históricos da guerra. Claro que estes fatos devem ser levados em consideração. Mas aquilo que faz a *Ilíada* única é a narrativa, a forma de relacionar seus elementos. É evidente que esta narrativa não poderá ser bem sucedida ignorando seus elementos (personagens e fatos), mas não são eles que lhes conferem unidade, coerência e grandeza, e sim o contrário. Como lembra Ricoeur, “A narrativa constrói a identidade do personagem, o que pode ser chamado seu ou sua identidade narrativa, à medida que constrói a identidade da estória contada. É a

72 No original “A coherent life of experience is not simply given or a track laid down in the living. To the extent that a coherent identity is achievable at all, the thing must be made, a story-like production with many pitfalls, and it s constantly being revised, sometimes from beginning to end, from the vantage point of some new situation of the ‘I’ that recollects”.

73 No original “The more complete the story the more integrated the self”.

identidade da estória que faz a identidade do personagem”. (RICOEUR *apud* DAUENHAUER,2005)⁷⁴

3. Persistência

Outro grupo de questões que desafiam qualquer abordagem da questão da identidade diz respeito à problemática da persistência da identidade ao longo do tempo. O que é necessário para uma pessoa permanecer a mesma em tempos diferentes? O que queremos dizer quando falamos que alguém não é mais o mesmo? Essa pessoa desapareceu e deu lugar a uma nova? Em última instância, ela é a que teria desaparecido ou a que surgiu? Quando olhamos fotografias de nós mesmos quando crianças, e dizemos: “Eu sou aquele garotinho!”, o que nos faz ser aquele garotinho e não outro qualquer? De que forma e através do que você e aquele garotinho estão relacionados? É dito com frequência que se passarmos por determinadas experiências, aventuras, sofrimentos, ou êxtases místicos sairemos delas pessoas diferentes, outra pessoa. Mas se saímos “outra pessoa”, essas experiências não foram nossas, não dizem respeito a nós, e sim a outra pessoa (aquela que já passou pela experiência.).

Um das formas de abordar essas questões é negando de saída a premissa na qual elas se baseiam. Ou seja, assumindo que não há uma persistência da identidade ao longo do tempo. Essa abordagem é abraçada, em maior ou menor grau, pelos empiristas. Já abordamos acima seus argumentos no que diz respeito às questões referentes à unicidade da identidade. A recusa da possibilidade da persistência da identidade ao longo do tempo segue a mesma linha. Basta algumas palavras a respeito da visão do maior dos empiristas antes de passarmos para outra forma de abordar tal questão.

74 No original “The narrative construct the identity of the character, what can be called his or her narrative identity, in constructing that of the story told. It is the identity of the story that makes the identity of the character”.

Pode-se dizer, como Hume aparentemente fez, que o ser, passado ou presente, não poderia ser você, a menos que ele ou ela fosse então qualitativamente exatamente igual a você agora. Esta seria uma afirmação metafísica altamente controversa. Ela nega que qualquer coisa possa sobreviver a qualquer mudança. Até mesmo piscar os olhos seria fatal, resultando na cessação de sua existência e na substituição de você por outra pessoa. Ela significaria que você não existiu nem mesmo há um minuto. Não haveria porque levantar a questão da persistência se este fosse o caso. Virtualmente, a discussão da identidade pessoal ao longo do tempo pressupõe que é possível uma pessoa mudar. (OLSON, 2007)⁷⁵

Uma vez que dentre todas as teorias que abraçam a possibilidade de persistência da identidade ao longo do tempo, aquelas que fazem referência à substância para fundamentá-la são histórica e psicologicamente as mais comuns, nos ocuparemos delas. Para tanto, é importante ter em mente o grupo de questões levantadas por se pressupor ou por recorrer à existência de uma substância para justificar a persistência da identidade ao longo do tempo.

O que é uma cadeira, um braço, quem sou eu? Todas essas perguntas remetem normalmente à substância, à essência que determina essas entidades. O que faz com que eu seja eu e não outra pessoa? Metafisicamente falando, que tipo de coisas nos tornam humanos? Que tipo de coisa faz com que eu seja eu? Somos feito de matéria? Completamente ou em parte? Se sim, que tipo de matéria? Se outros elementos entram na nossa constituição, que elementos são estes? De que são feitos? Como interagem com a matéria? Qual deles é necessário e qual deles é dispensável? Esse(s) elemento(s) nasceu(ram) conosco? Ou foram se desenvolvendo? Desaparecerão quando morrermos?

Somos seres metafisicamente independentes? Como átomos? Ou compostos como as partes de um processo ou relação tal qual as moléculas? Onde se localiza a essência que nos constitui? No corpo? No coração, no cérebro? Na mente? Nos pensamentos? Ou na alma? E neste caso, onde está a alma?

A abordagem narrativa da questão da identidade tem uma postura teórica frente à problemática da persistência da identidade ao longo do tempo que pode ser condensada em dois princípios:

⁷⁵No original “Someone might say, as Hume apparently did, that a past or present being couldn’t be you unless he or she were then qualitatively just like you are now. That would be a highly contentious metaphysical claim. It amounts to denying that anything can survive any change whatever: Even blinking your eyes would be fatal, resulting in your ceasing to exist and being replaced with someone else. It would mean that you did not exist even a minute ago. There would be no point in asking the persistence question if this were the case. Virtually a discussion of personal identity over time assume that it is possible for a person to change”.

1. É possível justificar a persistência da identidade ao longo do tempo (recusa do empirismo).

2. Para tanto, não é necessário recorrer a nenhuma substância (recusa da metafísica).

Justificar o postulado simultâneo destes dois princípios nos permitirá vislumbrar a proficuidade do paradigma narrativo no que tange à sua capacidade de articular e responder questões problemáticas suscitadas pelo conceito de identidade. Uma vez que já expusemos argumentos que justificam o primeiro princípio (sessão anterior), cumpre justificar a recusa ao essencialismo como estratégia necessária ou suficiente para explicar a persistência da identidade ao longo do tempo.

Uma passagem do livro de Jerome Bruner, *Atos de Significação*, nos permite iniciar a preleção deixando clara a premissa que a anima:

Como uma qualidade da experiência humana ‘direta’, o si-mesmo tem uma história peculiarmente atormentada. Parte do problema teórico que ele gerou, suspeito eu, pode ser atribuído ao ‘essencialismo’ que frequentemente marcou a busca pela sua elucidação. Como se o si-mesmo fosse uma substância, ou uma essência que pré-existisse ao nosso esforço para descrevê-la, como se tudo o que tivéssemos que fazer fosse inspecionado para descobrir sua natureza. (BRUNER, 1997, p. 89)

Voltaire, com a ironia que lhe era peculiar, definiu a metafísica como um procedimento similar à busca de um cego por um gato preto em um quarto escuro. Sendo que o gato não estava no quarto. Poderíamos dizer, parafraseando Voltaire, que para os psicólogos narrativistas, a busca por uma substância ou essência da identidade, cuja finalidade seria resolver o problema de sua persistência ao longo do tempo é infrutífera. Algo como o cego procurando um gato onde este não se localiza.

Metodologicamente, a crença na necessidade da existência de uma substância ou essência também teve desdobramentos importantes para a ciência psicológica. O método da introspecção talvez seja o que mais claramente derivou deste essencialismo. Partindo da premissa de que cada um de nós tem uma essência que confere unidade e responde pela persistência de nossa identidade ao longo do tempo, nada parece mais plausível do que a possibilidade de cada um de nós, mediante treinamento introspectivo adequado, poder ter acesso a esta essência mediante o processo da introspecção. Trataremos os paradoxos que esta postura envolve quando abordarmos a questão da evidência. Por ora, importa manter em mente que a subscrição ao essencialismo tem conseqüências para o estudo da psicologia que ultrapassam as fronteiras teóricas e

contaminam prejudicialmente as esferas da metodologia, da prática e por ressonância, a vida dos sujeitos aos quais o saber psicológico se destina.

Os psicólogos narrativistas consideram desnecessário e insuficiente se recorrer a conceitos como substância ou essência para justificar a persistência da identidade ao longo do tempo. Procuraremos explicitar os motivos que os levam a fazê-lo. Nossa argumentação se desenvolverá em quatro momentos.

1. Explicitar, em linhas gerais, as principais formas que o essencialismo assume quando se trata da questão da persistência da identidade ao longo do tempo.

2. Mostrar porque a recorrência a essências ou substâncias não é suficiente para explicar satisfatoriamente a persistência da identidade ao longo do tempo.

3. Mostrar que além de insuficiente, a recorrência a essências é também desnecessária.

4. Explicitar o conceito de identidade narrativa como uma alternativa elegante, capaz de lidar satisfatoriamente com a questão da persistência da identidade ao longo do tempo.

3.1 A Persistência da Identidade em uma Perspectiva Essencialista

O iluminismo manteve o conceito de substância para aquilo que permanece o mesmo, para aquilo que subjaz às mudanças nas qualidades de uma coisa e provê continuidade para algo, apesar de quaisquer mudanças que ele passe ao longo do tempo; para uma metafísica da substância ou substrato que permanece o mesmo e confere individualidade à pessoa. (POLKINGHORNE, 1988, p.145-6)⁷⁶

Segundo Polkinghorne (1988, p.146) as respostas à questão da persistência da identidade ao longo do tempo podem ser agrupadas em três grandes grupos. O que diferencia estes grupos uns dos outros é o *locus* onde procuram a identidade e, conseqüentemente, a natureza da substância que a mantém singular ao longo do tempo.

⁷⁶ No original “The enlightenment maintained the concept of substance for that which remains the same, for that which underlies the changes in the qualities of a thing and provides a continuity for a thing throughout whatever changes it undergoes over time. Within a metaphysics of substance or substratum that remains the same and confers individuality on a person”.

O primeiro grupo⁷⁷ identifica a identidade com o corpo, o chamaremos de *abordagem somática*. O segundo grupo procura a resposta da persistência da identidade ao longo do tempo principalmente na memória. Aplicar-lhe-emos a denominação *abordagem psicológica* para enfatizar que outros atributos psicológicos, como crenças e inclinações, podem ser convocados para compor a persistência da memória e, por conseguinte, nesta visão a persistência da própria identidade.

O terceiro grupo, apesar de não mostrar-se tão afinado com o clima intelectual da ciência contemporânea é digno de menção por sua importância histórica. Sua afinidade com a visão de identidade das grandes religiões também o torna uma menção incontornável⁷⁸.

3.1.1 Abordagem Somática

Os defensores da abordagem somática postulam que aquilo que nos faz únicos e nos permite permanecer ao longo do tempo é o fato de possuímos um corpo. Segundo esta abordagem, dizer que *possuímos* um corpo não pareceria correto. Melhor seria dizer “somos nosso corpo”. A substância que nos define é orgânica, somática. Polkinghorne acredita que esta posição pode ser corretamente parafraseada nos seguintes termos: “Eu sei que sou eu mesmo porque minha substância é este corpo específico que continuou ao longo do tempo”. (POLKINGHORNE, 1988, p. 146)⁷⁹

Um dos grandes atrativos da abordagem somática é sua simplicidade. Usualmente calculamos o número de pessoas contando o número de organismos humanos⁸⁰. A compatibilidade deste procedimento com a abordagem somática dispensa explicações, mas não é só isto. Muitas outras crenças partilhadas pela maioria da

⁷⁷ Classificação baseada em Olson, 2007.

⁷⁸ Para artigo que apresenta muitas interseções com esta temática ver, CORREIA, Carlos João. “A Identidade Narrativa e o Problema da Identidade Pessoal. Tradução comentada de «L’identité narrative» de Paul Ricoeur”, *Arquipélago*. 7, p. 177-194, 2000. <http://metafisica.no.sapo.pt/ricoeur.html>

⁷⁹ No original “I know that I am myself because my substance is this particular body that has continued through time”.

população ocidental podem ser atribuídas à adoção – mesmo que inconsciente ou incoerente com outras crenças pessoais – da abordagem somática.

Em todos os casos práticos considera-se normalmente que uma pessoa sobrevive ou morre a partir da avaliação do estado do seu corpo. A morte é constatada pelo médico, não pelo psicólogo! Quando se quer constatar que pessoa executou uma ação, procuram-se evidências da presença física das pessoas suspeitas. Geralmente este critério é suficiente, apesar de outros fatores não orgânicos também serem levados em consideração, como o meio, as influências de substâncias sobre o organismo, a intenção da pessoa etc.

Uma pessoa em estado vegetativo, mesmo tendo perdido todas suas características psicológicas, continua sendo considerada por seus parentes e amigos, assim como pela lei, como sendo a pessoa que eles amam. A sacralidade do feto em nossa cultura também se deve – em alguma medida – à sedução da abordagem somática. Tende-se a ver a pessoa como uma continuação do feto, mesmo que psicologicamente as evidências para sustentar esta posição sejam minguadas.

3.1.2 Abordagem Psicológica

Quando o assunto é encontrar uma substância para explicar a persistência da identidade ao longo do tempo, a abordagem psicológica pode ser vista como o outro lado da moeda da abordagem somática. Seus argumentos tendem a se anular mutuamente. Esta abordagem é assim sintetizada por Crites (1986, p. 156)

‘Eu’, este *self* que fala agora – tem memórias que vão até a primeira infância, fragmentárias e intermitentes, mas formando ligações suficientes com o passado para dar a este *self* presente uma sensação de ter existido ao longo do tempo. A crônica da memória tem muitas lacunas, ainda assim, ela dá acesso ao passado que aquele que lembra afirma ser o seu próprio; uma identidade através de muitas metamorfoses. Esta identidade não é simplesmente uma questão de continuidade orgânica de um corpo através de vários estágios de maturação.⁸¹

80 Não teremos oportunidade aqui para expor as problemáticas consequenciais da adoção deste critério. Uma abordagem lúcida destes problemas se encontra em Singer, 1993.

Se a simplicidade da abordagem somática (cada corpo vale por uma pessoa) a torna atrativa para uma grande parcela da população, por outro lado, ela leva a conclusões não muito favoráveis ao conceito de dignidade que as pessoas tem de si mesmas e dos outros. A popularidade da abordagem psicológica deve-se em grande parte ao fato de ela preencher essa lacuna. Não sem razão tendemos a nos considerar mais do que meros corpos, seres muito acima do reino orgânico. Não vivemos pelo pão apenas, e é nesta dimensão que não partilhamos com a matéria bruta que a abordagem psicológica acredita que nossa substância se encontra.

É porque possuímos memórias, crenças, preferências e traços psicológicos que nos são próprios que nossas identidades não se dissolvem ou se diluem à medida que nossos corpos passam da infância à juventude e desta à velhice. É isto que nos faz ser e permanecer quem realmente somos. Somos nós mesmos porque ninguém mais tem o conjunto de memórias que possuímos. As experiências orgânicas são variadas e não persistem, mas o conjunto de memória que formamos a partir destas experiências permaneceria conosco, constituindo assim a verdadeira matéria de que somos feitos. Nossa substância ou essência psicológica.

Mesmo que outro organismo pudesse – *ex hipotesis* - ser literalmente idêntico ao nosso, nossa identidade permaneceria a mesma porque este outro organismo não teria as mesmas memórias (ou traços psicológicos) que nós. Como bem lembra Polkinghorne (1988, p. 146), “as pessoas às vezes usam esta noção para identificarem-se umas às outras. Um amigo de infância, embora fisicamente mudado além de qualquer reconhecimento, manterá as mesmas memórias”.⁸²

3.1.3 Abordagem Cartesiana

81 ‘I’, this self who speaks now – have memories that go far to early childhood, fragmentary and intermittent, but forming enough links with a past to give this present self a sense of have existed over time. The chronicle of memory has many lacunae, yet it gives access to a past that the one who remembers claims as his own, an identity through many metamorphoses. This identity is not simply a matter of the organic continuity of a body through various stages of maturation.

82No original “People sometimes use this notion to identify each other. A childhood friend, although physically changed beyond recognition, will retain the same memories”.

Por fim, a visão cartesiana que partilha da visão que a substância responsável pela persistência de nossa identidade ao longo do tempo não pode ser nem a psicológica nem a orgânica. O ceticismo desta abordagem apregoa que não podemos estar certos nem da existência ou permanência de nossos corpos nem das nossas memórias. Por trás tanto de nossas memórias quanto do nosso corpo estaria nossa alma cuja essência inquestionável é ser pensante.

Quando experimentamos alguma sensação corporal ou lembramos de algo, estas sensações e memórias poderiam ser postas em dúvida. O que seria indubitável era o fato de pensarmos. Duvidar de pensamentos é também uma forma de pensamento. “Assim, o *self* foi concebido como uma substância incorporeal que permanece a mesma ao longo de nossa existência, e à qual o pensamento pertence”. (POLKINGHORNE, 1988, p. 147)⁸³. A maioria das religiões partilha em alguma medida desta concepção de identidade, como sendo independente tanto da psicologia quanto da biologia. Chegam a esta postura por raciocínios diferentes e apresentam variações significativas da postura aqui apresentada, mas podem ser classificadas no mesmo grupo por negarem à substância uma existência material e psicológica, preferindo considerá-la supra-sensível.

3.2 Insuficiência das Essências para Explicar a Persistência da Identidade

A persistência da identidade ao longo do tempo é uma questão de difícil solução. As confusões conceituais que historicamente a tem envolvido tornam sua abordagem ainda mais trabalhosa. Acreditamos, juntamente com os teóricos da Psicologia Narrativa que a maior confusão conceitual envolvida na abordagem da questão da identidade ao longo do tempo é precisamente o essencialismo.

A associação da questão da identidade ao longo do tempo com a questão da descoberta de uma substância ou essência dificulta desnecessariamente as coisas. Mas não é só isso. Além de tornar a equação mais complicada, por adicionar um novo termo incógnito, a recorrência à substância torna a solução do problema mais distante e não mais próxima de um término satisfatório.

⁸³ No original “Thus, the self was conceived of as an incorporeal substance that remains the same throughout our existence and to which thought belongs”.

Permita-nos sugerir um exemplo. Marido e mulher vão para uma exposição de arte moderna. O marido vê o urinol de Duchamp⁸⁴ e se emociona diante da ‘obra de arte’. A mulher não o considera arte coisa nenhuma. O que possui em casa é exatamente igual. Quando voltam pra casa o marido vai ao banheiro e a mulher diz que o urinol que ele vê agora é exatamente igual ao que acabaram de ver no museu e que, para ser coerente ele deveria considerá-lo como arte também. Ele concorda com ela e passa a ver o urinol do próprio banheiro como arte. Qual dos dois estaria com a razão? Ele, que considera os dois urinóis como arte? Ou ela, que encara ambos como cerâmicas moldadas de forma meramente funcional?

Pensemos agora numa situação similar. Duas pessoas, uma que acredita ser essencialmente o corpo e outra que acredita ser essencialmente sua memória. A primeira desafia a segunda dizendo que em um carro lotado ela pode confundir sua perna com a de outra pessoa e que para ser coerente ela deve aceitar que neste momento ela também era, em certa medida, o dono verdadeiro da perna. O defensor da abordagem somática se defende atacando. Diz que em algumas circunstâncias, como quando lemos um livro ou vemos um filme – perdemos a memória de nossa própria vida e ficamos imersos nas memórias do personagem e que por isso, para ser coerente, o defensor da abordagem psicológica deve admitir que naquele momento ele era a personagem. Qual dos dois estaria correto?

Essas questões são importantes aqui, pois ilustram como a abordagem essencialista dificulta a definição da identidade, levando a problemas que podem ser evitados caso se adote uma outra postura teórica. O que define uma obra de arte não é uma propriedade, uma substância intrínseca, seja ela objetiva ou subjetiva. Se assim o fosse, a privada da nossa casa seria arte tanto quanto a exposta no museu. Da mesma forma, aquilo que define nossa identidade não é uma propriedade ou substância, seja ela objetiva ou subjetiva que é independente do nosso conceito do que seria nossa identidade. Se assim o fosse deixaríamos de ser nós mesmos durante os lapsos de

84 “Duchamp e Dada são mais comumente relacionados à sua submissão da *Fonte*, o urinol, à exibição da Sociedade de Artistas Independentes, em 1917. A apresentação dos Artistas Independentes não era submetida a um jure, e todos os trabalhos inscritos foram expostos. Entretanto, o comitê da apresentação disse que a Fonte não era arte, e impediu sua exibição, causando um reboliço entre os dadaístas, e levando Duchamp a abandonar o corpo dos Artistas Independentes”. TOMKINS, Calvin. **Duchamp: A Biography**. New York: Henry Holt & Company: 1996. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Marcel_Duchamp#_ref-1 Acesso em: 02 Dez 2007.

memória ou caso nossos cérebros juntamente com nossas memórias fossem transportadas para um outro corpo. Vejamos brevemente alguns motivos que tornam estas abordagens essencialistas insuficientes para dar conta de explicar a permanência da identidade ao longo do tempo.

3.2.1 Insuficiência da Abordagem Somática.

O transplante de órgãos permite pessoas viverem literalmente com partes do corpo de outras. O avanço das técnicas de cirurgia plástica permite intervenções que alteram radicalmente os corpos dos pacientes. Inclusive traços fortemente ligados ao domínio psicológico, como o sexo, podem ser alterados. Afora estas intervenções artificiais, os próprios processos naturais parecem desautorizar a associação da persistência de nossa identidade ao longo do tempo com a permanência de traços orgânicos imutáveis.

Sabe-se hoje que todas nossas células são substituídas em ciclos de aproximadamente sete anos. Mas em nível macroscópico a mutação radical de nossos corpos pode ser facilmente atestada. Nada partilhamos com o feto que um dia fomos. Fora nossas impressões digitais, é difícil localizar algum traço relevante de nosso organismo que tenha permanecido imutável ao longo do tempo.

O DNA como última tentativa de justificar a persistência de nossa identidade ao longo do tempo em termos orgânicos é bastante duvidoso. Duas pessoas podem partilhar o mesmo DNA e nem por isso são seres de identidade psicológica idêntica. Além disso, poucas pessoas estariam em condições de sustentar, contra todas as evidências das ciências humanas, que a identidade é determinada exclusivamente pela peculiaridade do material genético que um sujeito recebeu da loteria genética.

A insuficiência da abordagem psicológica que atrela a permanência da identidade ao longo do tempo com a permanência da memória também é patente. Primeiro porque a memória é sabidamente seletiva e sujeita a distorções, como na repressão e na racionalização. Podemos suprimir da memória os reais motivos que nos levaram a fazer algo (repressão) ao mesmo tempo em que lembramos um motivo mais nobre como sendo a causa de nossa ação (racionalização).

Como todo esse processo se dá ‘abaixo do nível da nossa consciência’ procede que a identidade que lembramos ter tido não é realmente contínua com aquela que lembra, sendo antes fruto de uma fabricação desta. Todo o problema das falsas memórias, que gerou milhares de processos nos EUA⁸⁵, gerado pela crença na continuidade da identidade mediante a memória, poderia ter sido evitado. Para tanto, teria sido suficiente atentar para o fato de que memórias não são ‘dados objetivos’, substâncias inquestionáveis, mas sim construções que, ao invés de determinar as identidades, são geralmente determinadas por elas. Retornaremos a este tópico mais adiante.

Outro problema em se associar a persistência da identidade com a permanência da memória é que, ao assim fazer, se passa por cima de uma diferença crucial entre estes dois conceitos. Como bem condensa OLSON (2007, p. 9) “Identidade é transitiva; continuidade da memória, não.”⁸⁶

Um jovem pode lembrar de ter ajudado uma velhinha a atravessar a rua na infância. Já idoso, ele pode lembrar de uma boa ação que fez quando jovem ao doar 10 reais para um asilo, mas ter esquecido completamente que um dia quando criança ele ajudou uma velhinha a atravessar a rua. De acordo com a abordagem psicológica, o jovem tem a mesma identidade que a criança, pois há uma continuidade da memória, e pela mesma razão o velho tem a mesma identidade que o jovem, mas não a mesma identidade que a criança, pois não há continuidade da memória entre eles.

O paradoxo que daí emerge é o preço de se ter ignorado a diferença entre identidade e memória. Logicamente, se A é igual a B e B é igual a C, então, A é igual a C. Se a criança tem a mesma identidade que o jovem e este tem a mesma identidade que o velho, é absurdo afirmar que o velho não tem a mesma identidade que a criança. Os defensores da abordagem psicológica são levados a este absurdo por ignoraram que se o conceito de identidade é transitivo e o de continuidade da memória não é, eles não podem ser resumidos um ao outro sem que se corra o risco de ser levado a contrasensos.

A abordagem cartesiana, por sua vez, atribui um caráter incorporeal à substância que é responsável pela persistência da identidade ao longo do tempo. Por esse motivo

⁸⁵Shermer, 1998. Sobre o problema da memória como realidade ou como construção dentro do quadro psicanalítico ver Wyatt (1986, p. 194)

⁸⁶ No original “Identity is transitive; memory continuity is not”.

não será necessário apresentar uma descrição dos motivos que a tornam insuficientes. Para valer como explicação científica, qualquer *constructo* deve, por princípio, ser cognoscível. A substância imaterial não passa nessa peneira, pois “embora Descartes tenha sustentado que sabemos com certeza que o eu único que somos existe, ele não acreditava que pudéssemos descrever suas propriedades”. (POLKINGHORNE,1988, p. 147)⁸⁷

Mostraremos nesta seção alguns motivos que nos levam a considerar o recurso à substância como insuficiente para explicar a questão da persistência da identidade ao longo do tempo. Faremos isto mostrando alguns pontos fracos das duas principais formas de se conceber a substância que pretensamente respondem pela persistência da identidade. Elas podem ser abordadas como um mesmo grupo, pois “Tanto as abordagens psicológicas quanto as somáticas concordam que há alguma coisa que nos faz persistir – que nossa identidade através do tempo consiste ou necessariamente decorre de alguma coisa diferente dela mesma”. (OLSON, 2007, p.8)⁸⁸

Ao mostrar a forma como a Psicologia Narrativa responde à questão da persistência estaremos ao mesmo tempo justificando nossa afirmação de que a vinculação da questão da persistência com a da substância, além de insuficiente, também é desnecessária. Pois, como veremos, o conceito de identidade narrativa responde de forma satisfatória a questões que foram apenas insuficientemente resolvidas ao se associar a persistência com a substância. E mais. Faz isso sem recorrer a construtos que são eles mesmo carentes de explicação. Em outras palavras: o conceito de identidade narrativa explica mais com menos. Abrangência e simplicidade, um casamento cientificamente fértil.

4. Substância.

87 No original “Although Descartes held that we know with certainty that the unique self we are exists, he did not believe the we could describe its properties”.

88 No original “Both the psychological and the somatic approaches agree that there is something that it taken for us to persist –that our identity through time consists in or necessarily follows from something other than itself”.

No item 2.1.1 (Unicidade) rebatemos as teorias que negam em alguma medida a unicidade da identidade por levarem em conta algum tipo de multiplicidade empírica. Freud (pela multiplicidade de instâncias psicológicas), Goffman (pela multiplicidade de papéis), Skinner (pela multiplicidade de estímulos ou de esquemas de reforço). Agora, ao apresentar a solução narrativa à questão da persistência, o nosso inimigo é outro. Trata-se de uma postura metafísica conhecida como realismo, mas que em áreas mais circunscritas responde por vários codinomes: essencialismo, fisicalismo, naturalismo, fundacionalismo, realismo ontológico e positivismo são alguns deles.

A crença na “noção de que há uma realidade ‘objetiva’ e independente cuja verdade pode ser descoberta através de métodos apropriados” (BRUNER, 1997, p.95) é um traço característico do realismo metafísico, qualquer que seja a forma ou denominação que ele assuma. Todas as concepções de identidade que apresentamos até aqui partilham desta crença. Recorrer a uma substância (seja ela somática, psicológica ou imaterial) para justificar a subsistência da identidade ao longo do tempo é cometer o erro de acreditar que há uma realidade objetiva independente da nossa forma de concebê-la. E o que é pior, acreditar que podemos ter um acesso direto, imediato e não dubitável a esta realidade. Brockmeier e Harré (2006, p. 7) colocam assim o problema:

Intimamente ligado à falácia ontológica está o engano em se supor que existe uma e apenas uma realidade humana à qual todas as narrativas devem, por fim, se reportar... De acordo com a visão generalizada, especialmente em psicologia cognitiva, mas também na teoria literária, na sociologia, psicologia e em outras ciências humanas, existe algo lá fora no mundo que se toma como sendo a realidade dos seres humanos... nós denominamos a concepção de uma única, subjacente e verdadeira realidade humana a ser representada pela descrição narrativa como falácia representacional.

A maior virtude teórica da forma narrativa de abordar o problema da identidade encontra-se no fato de ela prescindir de qualquer substância para justificar a unidade ou a persistência da identidade. Isto só é possível porque a Psicologia Narrativa é herdeira da tradição kantiana (SARBIN, 1986, p. 98) e afina-se com as mais recentes conquistas da filosofia analítica da linguagem ordinária. Estas vinculações põem os psicólogos narrativistas a salvo dos feitiços da linguagem (WITTGENSTEIN, 1984,109)⁸⁹ tornando- os imunes àquilo que Harris (1996 *apud* BROCKMEIER; HARRÉ, 2006, p.6) denominou “ilusão metalingüística”.

89 O número 109 se refere ao parágrafo da obra e não à paginação da edição.

A ilusão a que todos os outros conceitos de identidade até aqui abordados caem vítima já foi por nós mencionado no primeiro capítulo. Em poucas palavras, esta ilusão consiste em achar que o significado da linguagem e seus conceitos dependem da realidade que ela descreve. No caso particular da identidade, esta ilusão se manifesta na crença, acima exposta, segundo a qual aquilo que é necessário e/ou suficiente para explicar a unicidade e a persistência desta é a existência de uma realidade objetiva (seja ela física, psicológica ou imaterial). A ausência desta substância ou realidade objetiva diluiria o conceito de identidade.

A identidade narrativa prescinde de qualquer substância

O conceito de identidade narrativa, por sua vez, chama atenção para o fato de que a identidade é a narrativa e não alguma substância à qual ela se refere.

Nossa linguagem cria a expectativa de que a resposta à questão: ‘o que é isto?’ será dada em termos de alguma coisa ou objeto. Usando estas questões como modelos, a resposta à questão: ‘o que sou eu?’, supõe-se ser uma substância. Por exemplo, ‘você é sua alma’ ou ‘você é o seu corpo’. A resposta proposta aqui é que o *self* é um conceito definido como o processo expressivo da existência humana, cuja forma é narrativa. (POLKINGHORNE, 1988, p.150)⁹⁰

Ao defender que nossa identidade é nossa narrativa, os teóricos da Psicologia Narrativa não estão querendo negar o fato de precisarmos ter um corpo ou memórias para sermos aquilo que somos. Não se trata disso. O que está em jogo aqui é a crença no fato de que a eleição de algum aspecto psicológico ou corporal como necessários e suficientes para nos conferir uma identidade permanente não é uma eleição auto-evidente e indubitável. Qualquer dita essência que se atribua à identidade como fundamento de sua permanência é, necessariamente, um produto dos conceitos prévios que se tinham a respeito do que constitui a identidade. Em outras palavras, a essência não é essencial. São nossos conceitos que em última instância determinam que fatos,

90 No original “Our language creates an expectation that the answer to the question, ‘what is that?’ will be given in terms of something or object. Using these questions as models, the answer to the question, ‘what am I?’, is expected to be a substance – for example ‘you are your soul’ or ‘you are your body’. The answers proposed here is that the self is a concept defined as the expressive process of human existence, whose form is narrativity”.

traços ou experiências serão essenciais para a constituição de nossa identidade. E não o contrário.

A lembrança da contribuição kantiana é extremamente esclarecedora aqui. Os empiristas criticavam os racionalistas afirmando que nada havia no entendimento que não houvesse antes passado pela experiência. Kant concorda, mas acrescenta, ‘exceto o próprio entendimento’. A idéia de Kant é que, uma vez que todo conhecimento que temos do mundo é moldada a partir das formas do nosso entendimento, mostra-se inútil perguntar como o mundo é independente de nossa forma de concebê-lo. O mesmo vale para a identidade, segundo os psicólogos narrativistas.

A identidade é um conceito, não uma realidade objetiva. Este conceito não é lógico-matemático ou descritivo. O Jogo de Linguagem do qual o conceito de identidade brota é a narrativa. Já justificamos no primeiro capítulo os motivos pelos quais a narrativa é a forma de linguagem mais adequada para produzir e compreender significado psicológico. No presente contexto isto significa que confundir a questão da identidade com a questão da essência é o mesmo que confundir descrição com narração, informação com significado, computação com interpretação. David Polonoff (*apud* BRUNER, 1997, p. 98) pinta um quadro bastante expressivo das idéias acima esboçadas.

O ‘si-mesmo de uma vida era um produto da nossa narrativa, em vez de ‘alguma coisa’ fixa, porém oculta, que seria o seu referente. O objeto de uma autonarrativa não era o seu encaixe em alguma ‘realidade’ oculta, mas a obtenção de ‘coerência, vivacidade e adequação externa e interna.

Esta forma de compreender a identidade como sendo apenas um produto de construção simbólica, narrativamente orientado, certamente vai de encontro a crenças muito difundidas e bem estabelecidas. Tanto o imaginário científico marcado pelo verificacionismo, quanto o imaginário popular, inclinado a aceitar verdades (ou materiais ou espirituais), mas raramente simbólicas, são feridos pela concepção de identidade narrativa. A visão popular de identidade tende a subscrever parcialmente à noção de identidade narrativa, apesar de manter, em geral, visões essencialistas simultaneamente.

Nas seções subseqüentes apresentaremos alguns aspectos implicados no (e pelo) conceito de identidade narrativa. Vale lembrar que já delineamos vários aspectos da definição de identidade narrativa quando abordamos a questão da unicidade e

indiretamente no primeiro capítulo. Nosso objetivo com as seções seguintes é antecipar algumas críticas ao conceito de identidade narrativa, solucionando-as ao mesmo tempo em que se esclarece a forma como este conceito habilita uma solução ao problema da persistência da identidade ao longo do tempo.

Como sabemos que duas coisas são iguais?

Se esta mesa é igual àquela, se minha mão direita é igual à esquerda, se eu agora sou igual àquele de dois minutos, duas horas ou dois anos atrás, se aquele gêmeo é igual ao seu irmão idêntico, são questões gerais que já abordamos tanto no seu aspecto sincrônico (unicidade, espacial) quanto no diacrônico (temporal, persistência). O que nos interessa agora é mostrar que qualquer que seja o caso, a igualdade só é possível no plano simbólico.

Esta idéia é importante, pois endossa a concepção de identidade narrativa que prescinde de qualquer forma de essência ou substância para considerar justificada a idéia de unicidade e persistência da identidade.

Um exemplo famoso em psicologia da percepção esclarece ao mesmo tempo a insuficiência do essencialismo e a necessidade de se entender a identidade como uma questão que se coloca e se responde no plano conceitual. O desenho que pode ser visto como um coelho ou como um pato. Nenhuma busca pela essência dos traços nos dará uma resposta definitiva e inquestionável sobre o que os desenhos são na ‘realidade’.

Empiricamente falando, só existe uma realidade; os traços na folha de papel. Esses traços, entretanto, nada significam. Só passam a significar qualquer coisa quando, filtrados pelos nossos conceitos, são vistos como coelho ou pato. A ‘essência’ dos traços quer digamos que é coelho ou pato, não está neles mesmos, mas sim nos conceitos que filtram nossa visão. Dito de outra forma, a essência como usualmente compreendida, é desnecessária para a determinação da identidade dos traços.

Os realistas podem objetar que não se trata de uma prova contra a necessidade da essência. A essência (os traços) é a mesma; o fato de poderem ser vistos como significando a identidade de dois animais diferentes apenas mostra que podemos descrever “a mesma realidade de formas diferentes”.

A esta objeção os narrativistas responderiam de acordo com sua vinculação epistemológica. Primeiro, os traços (aquilo que os realistas chamam de essência) não

são suficientes para nos levar a perceber a identidade daquilo que eles significam. Prova o é que podemos vê-los como significando uma coisa ou outra. Em segundo lugar, como não podemos ver ao mesmo tempo o pato e o coelho, não se pode dizer que se tratam de duas formas de representar a mesma realidade. São antes duas realidades, expressadas cada uma com os conceitos que lhe são requeridos.

O mesmo raciocínio vale para mostrar o caráter conceitual (leia-se narrativo) da identidade e a obsolescência e inutilidade de se recorrer a uma essência:

A experiência do *self* é organizada paralelamente à dimensão temporal, da mesma forma que os eventos de uma narrativa são organizados pelo enredo em uma estória unificada. É o enredo que reúne esses eventos em uma unidade coerente e significativa e, por meio disto, fornece contexto e significância para a contribuição que os episódios singulares trazem para a configuração geral que é a pessoa. A totalidade de uma existência singular é articulada no enredo narrativo, ela é muito mais do que uma simples crônica listando as ocorrências da vida. O *self*, então, é antes um significado do que uma substância ou uma coisa. Procurar por ele no plano objetivo é cometer erro similar àquele de examinar a substância da tinta em um pedaço de papel a fim de encontrar o significado da palavra impressa nele. (POLKINGHORNE, 1988, p.152)⁹¹

Sob o efeito do torpor verificacionista, os cientistas, dentre eles os psicólogos, tendem a confundir condições de verdade com condições de justificação. Assim, elaboram experimentos para ‘provar’ que aquele evento ou fato descrito pelo experimento realizado ontem é o mesmo que está sendo repetido hoje no laboratório. Desta forma, a identidade dos fatos ou eventos separados por um intervalo de tempo justifica a verdade da descrição científica que os representa.

No que tange à identidade psicológica, esse mesmo raciocínio é aplicado quando se atribui a permanência da identidade ao longo do tempo à memória. Permanecemos os mesmos porque lembramos de nossas experiências passadas. Lembrar que fiz algo dez anos atrás é justificar a verdade da permanência de minha identidade. Só posso lembrar de mim há dez anos atrás porque sou o mesmo (tenho a mesma identidade) que tinha então. Assim como o experimento científico justifica chamarmos o evento A e o evento B, separados por dez anos de intervalo, do mesmo evento ocorrendo em tempos

⁹¹No original “The experience of self is organized along the temporal dimension in the same manner that the events of a narrative are organized by the plot into a unified story. It is the plot that gathers together these events into a coherent and meaningful unity, and thereby gives context and significance to the contribution that the individual episodes make towards the overall configuration that is the person. The whole of an individual existence is articulated in the narrative plot; it is much more than a simple chronicle listing of life occurrences. The self, then, is a meaning rather than a substance or a thing. To look for it in the objective plane is to make a mistake similar to that of examining the substance of the ink on a piece of paper in order to find the meaning of the word it prints”.

diferentes, a memória justificaria o fato de a identidade de hoje poder ser a mesma, ou seja, igual àquela de dez anos atrás. Mas mesmo essas explicações aparentemente impecáveis têm seus calcanhares de Aquiles. E é precisamente na direção deste calcanhar que os narrativistas lançam suas flechas forjadas nas caldeiras de uma epistemologia pós-fundacionalista.

O problema do verificacionismo e da recorrência à memória como essência é que ambos os procedimentos pressupõem de antemão como verdadeiro aquela realidade mesma que pretendem justificar no final dos seus procedimentos. Em outras palavras, partem do lugar de onde pretendem chegar no final da viagem. *Pettitio principii* é o nome que esse erro recebe em lógica.

Se digo que a bíblia é perfeita porque Deus a escreveu e alguém me pergunta sobre como posso ter certeza que ela foi escrita por Deus, posso ser levado a dizer que sei que Deus a escreveu porque isso está escrito na bíblia. Para os narrativistas, o erro cometido pelos verificacionistas e também pelos adeptos da abordagem psicológica é semelhante a este. Vejamos uma crítica narrativista a cada uma dessas posições.

4.1. Insuficiência do Verificacionismo

A repetição de um evento ou experimento, ou a comparação de um objeto com outro, não contam *per se* como prova de identidade. O que os verificacionistas com seu realismo ingênuo parecem não perceber é que empiricamente não pode haver identidade de forma alguma. Seja ela física ou psicológica. Não se entra duas vezes no mesmo rio, como nos lembrou Heráclito há mais de 2000 anos atrás. Atentos a isto, os psicólogos narrativistas escapam ao fluxo pulverizante da empiria, no qual cada piscar de olhos seria fatal para nossa identidade, percebendo a identidade no plano onde ela realmente se encontra. O conceitual, o simbólico e para a identidade psicológica, principalmente o narrativo. Nelson Goodman nos indica um atalho que nos conduz diretamente ao cerne da crítica narrativista ao verificacionismo, e, por conseguinte à própria positividade da aceção que os narrativistas conferem ao termo 'identidade': "Identificação repousa sobre uma organização em entidades e tipos. A resposta à questão "mesmo ou não mesmo" deve sempre ser "mesmo o quê"?⁹²(GOODMAN, 1978, p. 8)

92 No original: "Identification rests upon organization into entities and kinds. The response to the question 'same or not the same' must always be 'same what?'"

O que os verificacionistas não percebem, ou não parecem dar a devida importância, é que são os nossos conceitos que tornam possível a percepção de dois objetos (ou eventos ou fatos) como sendo idênticos assim como a percepção da identidade de uma mesma entidade consigo mesma em dois períodos de tempo diferentes. Pois, como lembra Goodman(1978, p. 9)

Repetição, assim como identificação é relativa à organização... Se o experimento de hoje repete o de ontem, apesar do tanto que os dois eventos podem diferir, depende do fato de eles testarem uma hipótese comum; ou, como Sir George Thomson coloca: ‘Sempre haverá algo diferente... Quando você diz que repete um experimento, isso significa que você repetiu todas as características do experimento que a teoria determinou como relevantes. Em outras palavras, você repete o experimento como um exemplo da teoria’.⁹³

Para psicólogos narrativistas a mesma linha de raciocínio vale para o problema da identidade. Dentre outros aspectos ressaltados por Gergen e Gergen(1986, p. 22) ao defender que a ciência é guiada por fatores não objetivos, um deles é de central importância neste contexto, trata-se da precedência dos conceitos frente a empiria. Este princípio, no domínio psicológico, diz-se ‘a precedência da narrativa frente a características pessoais objetivas’. Isso significa que o conceito narrativo de identidade não deriva da observação do que quer que seja uma pretensa essência. Esta observação é que é fruto do conceito de identidade.

Não existe uma identidade lá no mundo para ser encontrada mediante a narrativa. Ao contrário, é porque possuímos uma narrativa que selecionamos⁹⁴ fatores ‘essenciais’ que constituem nossa identidade. A narrativa precede e determina quais características, fatos ou disposições objetivas serão tomados como parte essencial e suficiente para a construção de nossa identidade. Explicitar a pertinência dessa posição

⁹³No original “Repetition as well as identification is relative to organization...whether or not today’s experiment repeats yesterday’s however much the two events may differ, depends upon whether they test a common hypothesis; or, as Sir George Thomson puts it: ‘there will always be something different... what it comes to when you say you repeat an experiment is that you repeat all the features of an experiment which a theory determines are relevant. In other words you repeat the experiment as an example of the theory’”.

⁹⁴ “Por fim, há o argumento feito por Hanson (1958), e outros, no sentido de que objetos ou eventos do mundo não podem ser identificados independentemente dos conceitos de compreensão com os quais se aproxima deles. Os conceitos devem preceder, ao invés de serem derivados da observação. Mesas não são objetos a serem encontrados no mundo. Ao invés, possui-se um conceito de mesa que é usado para selecionar certas características do mundo e evitar outras. De fato, a linguagem teórica age de tal forma a determinar o que deve ser tomado como entidades do mundo. (GERGEN; GERGEN, 1986, p. 22-3)

no que se refere aos conteúdos da memória nos remeterá à insuficiência da busca de fatores objetivos para justificar a identidade do eu psicológico.

4.2 Insuficiência da Abordagem Psicológica à Questão da Persistência da Identidade⁹⁵

Não pretendemos negar a importância da memória para a construção de um senso de identidade, da mesma forma que não pretendemos menosprezar a importância dos procedimentos experimentais de aferição. Nossas críticas se dirigem à idéia, que acreditamos ingênua, de se achar que a memória ou os experimentos são procedimentos capazes de nos fornecer evidências inquestionáveis ou provas últimas.

O valor destes procedimentos tende a obscurecer o fato de que eles mesmos são frutos de nossas teorias, originados de nossos conceitos e, como tais, estão sujeitos aos mesmos arbítrios, falhas e seletividades que regem qualquer construção simbólica.

A importância da memória para a construção de um sentido de identidade que permanece ao longo do tempo é, pois, inquestionável. Da mesma forma que é inquestionável o valor de experimentos corroborativos para se afirmar a identidade de dois eventos. Nosso ponto é outro. Argumentaremos que, ao invés de ser uma prova da persistência da identidade, a memória é fruto dela. Inverte-se assim a relação causal entre identidade e memória. Os psicólogos narrativistas encaram a memória como um produto da narrativa. Partimos da concepção de memória como um armazenamento ativo de experiências. Por motivos já esboçados anteriormente, a narrativa é a forma mais adequada e mais utilizada de se interpretar experiências psicológicas significativas. Sendo assim, a memória, como um mecanismo de armazenamento de experiência é guiada pelos mesmos princípios que regem as construções de narrativas.

⁹⁵ Esta seção pode ser considerada também um sub item do tópico 3.2, intitulado *Insuficiência das Essências para Explicar a Persistência da Identidade*. Sendo assim, também pode ser igualmente classificado como 3.2.2

4.2.1 Semelhança entre Memória e Narrativa

A memória, como produto de um processo narrativamente orientado, partilha várias características inerentes às narrativas. No presente contexto, pelo menos duas dessas características são dignas de menção. Trata-se da necessária recorrência à autoria das vozes como condição necessária para a compreensão de qualquer narrativa (ou memória). E, em segundo lugar a independência da narrativa (e por implicação a da memória) frente à referência. Em outras palavras, as narrativas (e memórias) extraem seu sentido não da referência objetiva a qual remetem, mas de outros fatores como a coerência, dramaticidade etc⁹⁶. Vejamos cada um destes pontos.

4.2.2 A Necessária Recorrência à Autoria das Vozes

A necessária recorrência à autoria da voz para a compreensão do significado da narrativa (ou memória) explicita a insuficiência, ou mais exatamente, a falácia de fundar na memória a essência da identidade. Estórias não acontecem simplesmente. Estórias são contadas. Consequentemente, memórias são memórias de alguém. Dizer que esse alguém que tem memórias é, essencialmente, suas memórias é um raciocínio aberto a duas críticas. De forma branda, dizer que alguém é, em essência, suas memórias, é dizer algo pouco informativo, pois:

[...] parece pertencer à própria idéia do rememorar que você pode lembrar apenas suas próprias experiências. Lembrar ter pagado uma multa é lembrar-se de você mesmo pagando a multa. Isto torna trivial e não-informativo dizer que você é a pessoa cujas experiências você pode lembrar. É não-informativo porque não se pode saber se uma pessoa genuinamente lembra uma experiência passada sem saber se ela é a pessoa que as teve... Dizer que você é a pessoa cujas experiências você pode lembrar é como dizer que você é a pessoa designada pelo seu passaporte; verdade, mas trivial. (OLSON, 2007 p.9)⁹⁷

Outra crítica, mais radical, à afirmação de que uma pessoa é o conjunto de suas memórias, estabelece que esta afirmação pressupõe aquilo que deveria explicar. De

⁹⁶ Estes dois pontos já foram abordados anteriormente.

acordo com esta visão, dizer que alguém é suas memórias seria semelhante a dizer que psicologia é aquilo que os psicólogos fazem. Ora, não temos acesso à memória propriamente dita (se é que algo assim existe), temos acesso apenas à narração de eventos ditos passados. Se assim o é, o princípio da simplicidade e clareza nos leva a focar nossa análise na própria narrativa, ao invés de se recorrer a mais um elemento incógnito (a memória em si, destilada). Crites (1975 *apud* KEEN, 1986, p.174) alude com clareza a este princípio.

Mesmo se admitirmos que podemos experienciar algo na completa ausência de linguagem, ainda assim, se uma experiência presente não é simplesmente um ‘agora’ dissociado, mas contém pelo menos um vestígio de memória e uma tendência à antecipação, então uma narrativa incipiente estará implícita nela, da qual a linguagem narrativa é a expressão irreduzível.⁹⁸

Não se está com isso querendo dizer que a memória não é importante para a permanência ou construção da identidade. Nosso ponto é outro. A memória é indispensável para a identidade, mas a memória é sempre narrativa. E se, a memória em-si pode apenas ser inferida, a narrativa reminescente é um dado inquestionável,

97 No original: “[...] it seems to belong to the very idea of remembering that you can remember your own experiences. To remember paying a fine is to remember yourself paying the fine. That makes it trivial and uninformative to say that you are the person whose experiences you can remember. It is uninformative because you can’t know whether someone genuinely remembers a past experience without already knowing whether he is the one who had it... Saying that you are the person whose experiences you can remember is like saying that you are the person who is entitled to your passport: true, but trivial”.

Wyatt (1986) faz referência à mesma idéia.

“A validade das minhas lembranças, novamente, baseia-se em um número de proposições básicas. Por exemplo, quanto se pode confiar no senso de continuidade? Ele persiste, um tanto obviamente, como uma crença em ter sido contínuo como uma questão de curso, mais do que como uma real continuidade de memórias. Todas minhas memórias são, inequivocamente, *minhas* memórias; o sentimento de que ‘aquele era eu’ é simplesmente uma parte central e ineliminável delas. Em uma reflexão mais aprofundada, entretanto, aquele ‘eu’ às vezes parece pertencer a um camarada um tanto estranho. Do vantajoso ponto presente não é, de forma alguma, sempre fácil se identificar com ele. Ele pode nem mesmo manter uma relação muito imediata com a próxima memória consecutiva no tempo, embora isto, também, tenha a identificação “aquele era eu”. Continuidade, assim, é tanto uma construção reparadora quanto uma condição elementar do rememorar. Ela também pode ser motivada pela vontade de ser contínuo, como se pode concluir pela ansiedade intensa quando esta continuidade é obstruída, ou quando, de repente, o passado aparece fragmentado e a vontade, que até agora foi bem sucedida em unificá-lo, está em perigo. A relutância dos psicanalistas em encarar tais enigmas aparece na credulidade de muitas narrativas psicanalíticas e na extensa confusão acerca do status lógico (ou verídico) das histórias de vida, e seus significados. (Schafer, 1983; Spence, 1982)”. (WYATT, 1986, p. 197)

98 No original “Even if we grant that we may experience something in the utter absence of language, still, if an experienced present is not simply a dissociated ‘now’ but contains at least a vestige of memory and a leaning into anticipation, then an incipient narrative form will be implicit in it, of which narrative language is the irreducible expression”.

objetivo. Desta forma, não vale a pena focar o estudo da identidade na memória, é melhor focalizar o estudo da narrativa que a constitui. Este é um princípio fundante da Psicologia Narrativa.

Não temos acesso à realidade apartada de nossa descrição dela, estudemos, pois nossas descrições. Não temos acesso às pessoas, apenas às suas narrativas pessoais. Não temos acesso aos paranóicos, somente a narrativas paranóides. É ingênuo focar coisas-em-si ignorando o universo simbólico que seleciona, limita, e muitas vezes determina a forma como elas chegarão a nós. Como não podia deixar de ser, esse raciocínio também se aplica à memória e à nossa própria percepção de nossas identidades e das identidades dos outros. Em suma, “quando entendemos alguém, entendemos suas histórias; quando as histórias de alguém são obscuras, a pessoa é mal-entendida ou incompreensível. Psicólogos sempre se basearam em histórias. Apenas através delas o homem fala a si mesmo”. (KENN, 1986, p. 186)⁹⁹

4.2.3 Sentido Independente da Referência

Se onde dizemos memória podemos dizer sempre “narrativa reminiscente” e esta narrativa é um dado objetivo, observável, permeável ao estudo, ao passo que a memória não narrativizada é um construto inobservável, não há razões para preferirmos a suposta memória como fundamento da identidade, ao invés da narrativa.

Aos realistas, fundamentar a identidade em aspectos simbólicos (narrativa) ao invés de em aspectos ditos objetivos (psicológicos ou somáticos) pode parecer uma perda de precisão. Ao que os narrativistas dirão que a própria realidade objetiva é simbolicamente construída. E mais ainda. Embora prescindida da objetividade para lhe conferir sentido, as narrativas também precisam satisfazer alguns critérios para serem consideradas válidas e aceitas¹⁰⁰. Narrativas de reminiscência podem ser consideradas

99 No original “When we understand someone, we understand his or her stories; when one’s stories are obscure, the person is misunderstood or incomprehensible. Psychologists have always relied on stories. Through them alone does the human bespeak herself or himself when we understand someone, we understand his or her stories; when one’s stories are obscure, the person is misunderstood or incomprehensible. Psychologists have always relied on stories. Through them alone does the human bespeak herself or himself”.

100 Ver capítulo anterior.

falsas (falsa memória) por violarem de determinada forma outras narrativas ou por irem de encontro a narrativas convencionais¹⁰¹.

Além disso, no caso específico da memória individual, é importante frisar que as narrativas, por mais pessoais que sejam, se intercalam com outras. Minha estória está imbricada com a de meus pais, irmãos, amigos, país, língua, continente, religião e, em certa medida, com a estória de todas as pessoas que cruzaram meu caminho. A acareação de estórias interligadas entre si é um critério tão válido (em muitos casos mais válido, ou mesmo o único possível) quanto a acareação com uma realidade dita objetiva. Uma afirmação de Nelson Goodman(1978) bem poderia ser tomada como uma resposta dos narrativistas às críticas dos objetivistas realistas: “*a broad mind is no substitute for hard work*”. (Goodman, 1978, p. 21). Calcar a identidade (e a memória) no plano narrativo não implica a lei do tudo vale (*everything goes*), apenas move os problemas para um plano mais manejável, menos ingênuo e mais rico¹⁰².

Forma versus conteúdo

Para compreender o conceito de identidade narrativa em toda sua radicalidade, é preciso rever a tradicional dicotomia entre forma e conteúdo. Uma das críticas mais facilmente suscitadas pela forma narrativa de encarar a identidade funda-se na má-compreensão da relação entre forma e conteúdo. Devido a maneiras erradas de conceber este par de conceitos complementares se é também facilmente levado a não perceber a narrativa como desempenhando um papel constitutivo e sim apenas expressivo no desenvolvimento da identidade.

101 Vimos anteriormente o fato de nenhuma narrativa bem sucedida poder ignorar a narrativa canônica.

102 Um grupo de psicanalistas abraçou esta visão narrativa da memória, condensada na distinção entre passado descoberto e passado reconstruído. “Recentemente houve um movimento para enfatizar a narrativa na psicanálise, um movimento que ganhou forma principalmente através dos escritos de Donald Spence(1982) e Roy Schafer (1983). Sua ênfase está na distinção entre verdade histórica e verdade narrativa, ou *validade* dos dados-da-vida recuperados, sobre os quais qualquer reivindicação de reconstrução destas histórias deve necessariamente se apoiar. A atitude original, como sabemos, era de uma fé um tanto ingênua de que o analisando guarda a verdade trancada em si mesmo. Apenas tarde em sua carreira criativa Freud lançou dúvida sobre a recuperação do reprimido. Ele foi tão longe a ponto de sugerir que o passado individual, ao invés de ser recuperado, pode ter que ser *reconstruído* (Freud, 1959). Ele observou que os eventos da infância, como reconstruídos na análise, efetivamente tomam o lugar dos eventos lembrados”.(WYATT, 1986, p. 194)

A má compreensão da relação forma/conteúdo suscita, pois, tanto críticas quanto compreensões insuficientes do conceito de identidade narrativa. As críticas podem ser assim representadas. “A narrativa é uma *forma* de dizer a identidade. Aquilo que a identidade realmente é, o seu *conteúdo* ou essência é independente da narrativa”. A má compreensão é que a narrativa é vista como importante para o estudo da identidade, uma vez que é através dela que temos acesso ao conteúdo que constitui a identidade. Nesta linha, o estudo da narrativa é enfatizado e valorizado como uma forma através da qual teríamos acesso aos conteúdos psíquicos que ela transmite e representa.

Estas críticas e compreensões parciais do papel da narrativa na psicologia e no estudo da identidade funda-se, em grande parte na crença realista da clara e não-problemática distinção entre forma e conteúdo. A distinção aristotélica entre essência e acidente encontra-se na raiz desta concepção. Dado qualquer objeto, algumas características lhe são essenciais e outras acidentais. O homem pode ser alto, magro, negro, amarelo, feliz ou amargo e nenhuma dessas mudanças o priva do título de homem. São acidentes.

Já alguém de quatro patas, que relincha e possui um rabo, não se dá o título de homem, pois carece de características essenciais para ser incluído sob o conceito. Na concepção ocidental de linguagem esta distinção se faz presente na crença de que o conteúdo de uma frase é aquilo que ela descreve e o estilo é a forma de fazê-lo, a forma de comunicar o conteúdo. Assim sendo, dizer, no ano de 2007, ‘o homem mais rico do mundo’ ou dizer ‘Bill Gates’ são apenas duas formas de se expressar o mesmo conteúdo. Nesta mesma esteira, diz-se em estética que o assunto (*subject*) é aquilo (o que) que é dito e o estilo é (o como) a forma como se diz.

Por tudo que já foi dito anteriormente acerca do paradigma narrativo e mais especificamente sobre o conceito de identidade narrativa, depreende-se que os narrativistas põem em cheque esta forma de encarar a dicotomia conteúdo/forma, essência/acidente, assunto/estilo, intrínseco/extrínseco. Adeptos de uma epistemologia pós-fundacionalista, os narrativistas acreditam que, embora essências, conteúdos, características intrínsecas desempenhem um papel na determinação da identidade de algo, esses conceitos são, eles mesmos, frutos de convenções simbólicas, narrativas partilhadas e não algum dado *a priori*.

Tomemos o caso da identidade psicológica e do papel que a memória desempenha na persistência desta identidade ao longo do tempo. Os realistas dirão que a memória é a essência da identidade, seu conteúdo, e que a narrativa é a forma de

expressá-la. Mas pelas discussões que encetamos atrás fica claro que o próprio conteúdo da memória é dependente da narrativa. A memória é seletiva, e os princípios narrativos orientam o processo. Uma pessoa cujo padrão narrativo é paranóico selecionará eventos que confirmem sua suspeita de ser perseguida. Com pouco tempo, terá ‘memórias reais’ de perseguição, suficientes para convencer qualquer pessoa desavisada de seu padrão narrativo. Esse não é um exemplo isolado. Acontece com todas as pessoas invariavelmente.

O que fica desse exemplo é que o próprio ‘conteúdo’ é alterado pelo estilo. Da mesma forma que o contexto também pode fazê-lo. Um objeto azul em um contexto poético pode justificadamente ser descrito como incolor (ou meramente refletindo luz) em um contexto experimental¹⁰³. O que esses e vários outros exemplos citados anteriormente ilustram é o princípio segundo o qual a forma de dizer algo não varia de modo completamente independente daquilo que é dito. Que há várias formas de dizer *a mesma* coisa é um postulado duvidoso. Mas passemos ao largo. Uma outra questão que nos diz respeito aqui é a de que a própria escolha de uma substância ou temática, ou característica essencial é uma marca do estilo da narrativa.

Pois, às vezes, estilo é uma questão de tema. Não quero dizer apenas que o tema possa influenciar o estilo, mas que algumas diferenças em estilo consistem inteiramente em diferenças naquilo que é dito. Suponha que um historiador escreva em termos de conflitos militares, outro, em termos de mudanças sociais; ou, suponha que um biógrafo enfatize carreiras públicas, e outro, vidas privadas. As diferenças entre os dois historiadores de um dado período, ou entre os dois biógrafos de uma dada pessoa, jazem, aqui, não no caráter da prosa, mas naquilo que é dito. (GOODMAN, 1978, p. 25)¹⁰⁴

103As limitações colocadas à forma como um termo é usado dependem substancialmente do contexto lingüístico no qual o termo está inserido. Qual a cor da mesa diante de nós? Permite-se dizer que ela é azul em um contexto poético; marrom, para um amigo visitante, e incolor (mas apenas refletindo luz), para um psicofisiologista. Assim, se a mesa é azul, marrom ou incolor, depende não tanto das propriedades efetivas da mesa, mas sim do contexto lingüístico que se emprega. (Gergen; Gergen, 1986, p. 22)

104 No original “For sometimes style is a matter of subject. I do not mean merely that subject may influence style but that some differences in style consist entirely of differences in what is said. Suppose one historian writes in terms of military conflicts, another in terms of social changes; or suppose one biographer stresses public careers, another personal lives. The differences between the two histories of a given period, or between the two biographies of a given person, here lie not in the character of the prose but in what is said”.

Este raciocínio vem em reforço à tese narrativista de que aquilo que se considera o fundamento da persistência da identidade é, em última instância um construto narrativo. A aparente evidência da memória ou do corpo como características indubitavelmente responsáveis pela identidade deve-se à transparência dos signos e narrativas que os forjam. Nascemos e crescemos em um mar de estórias. E como é sabido, quem menos percebe o mar é o peixe. Ou seja, o papel das narrativas é tão constitutivo para nossas visões de mundo que é preciso um esforço consciente para perceber que esse ‘mundo’ é fruto de nossas narrativas, assim como nossas memórias, nossa visão do próprio corpo e nossa identidade também não são achadas, mas sim fabricadas. Tomás Ibañez Gracia (2004) nos oferece uma análise da importância da linguagem na constituição da identidade, que se alinha finamente com a idéia que estamos defendendo aqui. Diz ele:

Para Taylor, nossa identidade está fundamentalmente determinada pela linguagem que utilizamos para referir-nos a nós mesmos e forjar nosso ‘autoconceito’. Não existe uma realidade subjacente, um ‘eu’ profundo e pessoal, suscetível de ser descrito de várias maneiras... o que existe é o próprio vocabulário que utilizo para me descrever a mim mesmo e as expressões lingüísticas às quais recorro para fazê-lo são constituintes e constitutivas de minha forma de ser; elas não explicitam ou explicam minha maneira de ser, pelo contrário, a conformam.

Em outras palavras, o meu ‘eu’ não é independente de como o vivencio quando o interpreto linguisticamente; ao contrário, ele é resultado dessa interpretação. Outra forma de ‘me dizer’ à mim mesmo implica uma outra concepção de mim mesmo, e isto é importante porque ocorre que minha concepção de mim mesmo é constitutiva daquilo que sou. Isso tem repercussões importantes, tanto para a condução de investigações sobre a identidade, como para definir essa realidade substantiva que é a identidade”. (GRACIA, 2004: 40)

O mesmo e o diferente.

De nossa discussão progressiva não se deve concluir que o conceito de identidade narrativa descarte ou prescindia de aspectos como a memória, a permanência do corpo, os fatos vividos, as influências materiais ou sociais que objetivamente nos afetam. A crítica narrativa dirige-se, como esperamos já estar claro, ao uso que tradicionalmente se fez destes elementos. Considerá-los como dados evidentes, essências ou características intrínsecas é desnecessário e conduz a paradoxos teóricos e a impasses práticos.

Um importante veio aberto pelo conceito de identidade narrativa já foi mencionado anteriormente. Vimos que o conceito de identidade narrativa possibilita

uma abordagem que escapa à fixidez de uma substância ou essência pré-existente e imutável, como é o caso das abordagens metafísicas. Ao mesmo tempo escapa da pulverização do eu em um ‘feixe de percepções’ a que abordagens filiadas ou influenciadas pelo empirismo resvalam.

Nesta seção nos deteremos especificamente no ‘como’ esta corda é lançada de um extremo a outro das duas visões conflitantes de identidade. Também refletiremos brevemente sobre algumas importantes implicações deste conceito inescapavelmente tenso de identidade narrativa.

As pesquisas acerca da identidade sempre conduziram a resultados assimétricos. Os pratos da balança terminavam perniciosamente desalinhados. Os seguidores de Hume, reconhecendo o peso das circunstâncias e características mutáveis na constituição do sujeito e aliviando o peso que aspectos fixos desempenham, terminam por afirmar a ilusão da identidade. Assimetria inversa resulta do reconhecimento do peso da permanência em detrimento da mudança para a formação da identidade. Desta forma, salva-se o conceito de identidade graças à postulação de uma substância a-crítica e às custas do alívio indevido do peso exercido pela mudança na formação da identidade.

O preço deste descompasso é caro para os dois lados. Parafraseando a passagem de Luiz Cláudio Figueiredo (2002) aludida no início do capítulo (*vide* p. 41), podemos dizer que, no mostrador dessas balanças cujos pratos foram teoricamente posicionados de forma assimétrica, ler-se-ia: uma compreensão abrangente de um homem que não chega a ter uma identidade. Ou, no caso inverso, uma concepção a-crítica de uma identidade que não chega a ser humana.

Ora, derivar a bombordo é tão perigoso quanto derivar a estibordo. Ganhar o permanente e perder o fugidio, ganhar o futuro e perder o passado, ganhar a segurança e perder a liberdade¹⁰⁵ são todas escolhas igualmente debilitantes. O que o conceito narrativo de identidade possibilita é articular de forma consistente esses pares complementares que até então foram dissociados por outras teorias. O restabelecimento do equilíbrio entre estes conceitos nos fornece a explicação e funcionalidade que

105“*A tese de Scheibe(1988) é que as pessoas dedicam-se a aventuras a fim de construir e manter histórias de vida satisfatórias. Uma história de vida precisa incluir uma série de períodos progressivos e regressivos, repetindo-se ao longo do tempo – isto é, precisa de aventuras seguidas por retornos ao repouso. Em termos de biografia psicológica, uma vida sem aventuras, e em apenas um plano, é insuficiente como história, ela não vai a lugar nenhum e não se move*”. (POLKINGHORNE, 1988, p.5)

esperamos de uma teoria acerca da identidade sem que para isso nos sonegue dimensões importantes que nos são muito caras.

Dizer que somos apenas aquilo que não muda é nos privar da capacidade real de mudança. É nos atar a um passado, às custas da eliminação do futuro. Dizer, por outro lado, que não somos nada de permanente, nada além de sensações que nos acometem é nos atar a um eterno presente sem lembranças nem projetos.

Em suma, é debilitante e reducionista postular a permanência da identidade às custas daquilo que muda e também é significativo.

O si-mesmo, então, como qualquer outro aspecto da natureza humana se posiciona tanto como um guardião da permanência quanto como um barômetro que responde ao clima cultural local. A cultura nos provê igualmente de diretrizes e estratégias para encontrar um nicho entre a estabilidade e a mudança; ela exorta, proíbe, atrai, nega, gratifica os compromissos que o si-mesmo assume. E o si-mesmo, usando suas capacidades para reflexão e para projetar alternativas, evita, adota ou reavalia e reformula o que a cultura tem a oferecer. (BRUNER, 1997, p. 96)

4.3. Si-mesmo: identidade *idem*, identidade *ipse*.

Integrar estabilidade e mudança, articulando a dimensão de ‘guardião da permanência’ com a de ‘barômetro que responde ao clima cultural’ é o desafio a ser enfrentado pelo conceito de identidade narrativa. Entre os narrativistas foi Paul Ricoeur quem mais explicitamente se deteve em articular estas dimensões. A distinção *idem/ipse* cristaliza a polaridade e possibilita movimentar a discussão rumo a uma solução satisfatória.

A dimensão *idem* da identidade responde, entre outras coisas, por sua mesmidade espaço-temporal, por sua dimensão material e cultural, por tudo aquilo que é considerado como sendo um ‘dado’ e, portanto, imutável. A dimensão *ipse* da identidade, por seu turno, responde pelo papel desempenhado pela reflexividade aberta à diferença e capaz de criar algo novo. A identidade *ipse* é permeável à mudança porque é regida pela esfera da intenção, iniciativa e motivação. Ao contrário do que ocorre com a dimensão *idem* da identidade, que é regida pela lei da causa e efeito, a dimensão *ipse*

inaugura possibilidades porque não está atada a causas passadas. A identidade *idem* responde pela questão da identidade qualitativa. A identidade qualitativa implica que entidades são exatamente iguais em todos os aspectos. A identidade *ipse*, por sua vez, responde ao problema da identidade numérica. Identidade numérica se refere a casos onde podemos dizer que entidades são de fato uma.

A identidade numérica não requer uma igualdade perfeita. Posso sofrer mudanças e mesmo assim permanecer numericamente um, ao invés de passar a ser dois. Esta forma de condensar a problemática da identidade recorrendo à distinção de pronome pessoal latino (*idem*) para pronome reflexivo (*ipse*) não tem caráter apenas expressivo. Visa também um objetivo explicativo. Ricoeur rejeita a possibilidade de eleger uma das dimensões como essencial e relegar a outra ao degredo do esquecimento. Ao contrário da grande maioria dos teóricos, seu trabalho não foi justificar a escolha de uma destas dimensões, mas sim articulá-las de forma coerente. “Sem ambos os tipos de identidades não há *self*. Porque o *self* tem tanto uma identidade-*idem* quanto uma identidade-*ipse*, ele habita duas ordens irreduzíveis de causalidade, a saber, as ordens física e intencional”. (DAUENHAUER, 2005, p. 8)¹⁰⁶

O fato é que o homem é um anfíbio. Esta feliz expressão de Aldous Huxley (1997) chama atenção para o fato de que o homem não vive num mundo simplesmente objetivo. Se a matéria é aquilo que o sustenta, a realidade simbólica é o ar que ele respira. Certamente coisas objetivas nos acontecem. Temos um corpo, nascemos em um determinado país, acidentes nos encontram. Mas por outro lado, causamos coisas também. Provocamos fatos que não ocorreriam sem nossa intervenção ativa. A recorrência à narrativa é premente neste ponto por sua capacidade de articular estes dois modelos causais.

A narrativa retrata o homem enquanto agente em circunstâncias que não criou, orientando-se ali, no tempo do ‘agora que...’ no qual o homem encontra-se simultaneamente lançado e responsável... É por isso que ela constitui um meio privilegiado para a compreensão de si de um sujeito. As personagens da literatura são compreendidas pela forma como os enredos conectam o que acontece a elas, suas ambições e projetos e o que elas realmente fazem. Do mesmo modo o sujeito dá sentido à sua identidade pessoal ao contar uma história sobre sua própria vida. Em nenhum dos casos a identidade consiste numa estrutura ou substância fixa.(SOUZA, 2007, p.3)

106 No original “Without both sorts of identity there is no self. Because a self has both an *idem*-identity and an *ipse*-identity, it inhabits two irreducible orders of causality, namely the physical and the intentional orders”.

A narrativa é como uma ferramenta privilegiada para articular aquilo que nos acontece com aquilo que fazemos acontecer. Por ser um jogo de linguagem híbrido, que lida com fatos e intenções em contextos temporais, a narrativa é capaz de dar conta da natureza anfíbia da experiência humana. Este é o espetacular poder da narrativa e uma dos inestimáveis serviços que este jogo de linguagem presta às discussões acerca da identidade. Mas em ciência não basta tirar coelhos de cartolas. É preciso dizer como o truque é feito.

O mistério por trás da capacidade de articulação da narrativa encontra-se na sua visão dos elementos articulados. As teorias da identidade tendiam a polarizar os elementos da equação. De um lado aquilo que nos acontece. O reino das causas, o objeto de estudo da fenomenologia (os corpos, a memória). Do outro, aquilo que fazemos acontecer, o reino das intenções, objeto de estudo das ciências interpretativas, dos analistas da linguagem. O projeto de Ricoeur e de todos os narrativistas parte da premissa segundo a qual esta polaridade é fruto de uma ingenuidade. Para os narrativistas a questão da identidade não se coloca entre um cá e um lá, entre causa e motivo, dentro e fora, subjetivo e objetivo, fato e intenção. É apenas quando incorporado na narrativa que cada um desses pólos pode ser visto como constituinte da identidade.

Os fatos ou fenômenos elencados como partes da identidade são selecionados, ordenados e valorados mediante o crivo narrativo. Vimos esse processo anteriormente. As narrativas, por sua vez, são influenciadas pelos ‘fatos’ e contextos que as cercam. O conceito de identidade narrativa só consegue articular estas duas esferas porque compreende que elas não estão tão afastadas quanto se supõem, mas sim que se interpenetram e constroem-se mutuamente. Os fatos que constituem nossa identidade são narrativizados (memória, corpo, etc.) e nossas narrativas são contextualizadas¹⁰⁷.

A crítica que apresentamos no tópico anterior à distinção clássica entre forma e conteúdo segue a mesma linha de raciocínio. Colocar o conteúdo de um lado e o estilo

107 Para uma defesa da inseparabilidade do estudo dos fenômenos e do estudo dos significados, ver (RICOEUR, 1988: 23)

do outro, ao se discutir arte é o mesmo erro que se comete ao colocar o significado de um lado e o fenômeno do outro, na discussão acerca da identidade. A própria escolha do tema já é uma discussão de estilo. A eleição de um fato (biológico, psicológico ou social) em detrimento de outro é já uma dimensão da narrativa. O inverso também se dando. O tema influenciando o estilo e os fatos as narrativas.

Mas se as duas dimensões constituintes da identidade se interpenetram dessa forma e se constituem mutuamente é preciso responder a outra questão: Por que os narrativistas tomam como ponto de partida a linguagem e não os fenômenos? O simbólico e não o objetivo? A narração e não a substância? Para responder a este questionamento basta rememorar algumas noções já apresentadas. A impossibilidade de um acesso imediato à realidade, o plano conceitual onde a problemática da identidade se coloca, a impossibilidade de existência de um conteúdo sem forma e a possibilidade do inverso. Todos esses elementos, entre muitos outros já mencionados, justificam a tomada da narrativa como ponto de partida e chegada dos estudos acerca da identidade.

Ao defender a precedência do estudo da linguagem ordinária frente à fenomenologia para explicar o significado das ações humanas, Ricoeur (1988) menciona os elementos essenciais que a resposta às questões acima deve conter.

A vantagem de semelhante ponto de partida é que não põe em jogo, ou pelo menos não imediatamente, a intuição que um sujeito tem do seu vivido privado, mas o enunciado público da ação; a passagem pela expressão lingüística apresenta a vantagem de se apoiar nas objetivações da experiência no discurso, isto é, em formas de expressão que se oferecem simultaneamente à observação interior e à reflexão de sentido. (Ricoeur, 1988, p. 12)

Assim, o conceito de identidade narrativa não precisa suprimir instância alguma dos sujeitos para dar conta de suas identidades. Chega mais perto do alvo ao atacar problemas como o da unicidade, persistência e substância. Abre veios mais arejados de pesquisa. Reaproxima a psicologia de outras disciplinas das ciências humanas e ao mesmo tempo alinha a ciência psicológica com os modernos avanços da filosofia da linguagem. Enfim, não há, nos dias de hoje, perspectiva mais alvissareira para o estudo da identidade e da psicologia em geral.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho, procurou-se investigar o mesmo objeto de estudo sob duas perspectivas distintas. Do começo ao fim, o paradigma narrativo em psicologia foi a temática que nos ocupou. No primeiro capítulo, um olhar epistemológico nos permitiu extrair algumas conclusões acerca desta forma de enfrentar as questões psicológicas. Estas conclusões podem ser resumidas de forma esquemática nos seguintes termos:

1. Historicamente o paradigma narrativo em Psicologia filia-se à psicologia cognitiva. Seu objetivo é revitalizar as propostas que motivaram a revolução cognitiva em seus primórdios. Propósitos estes que se diluíram em virtude de uma série de deslocamentos de método, objeto de estudo e metáforas-raiz.

Em oposição à ênfase dada pela psicologia cognitiva à informação, ao seu processamento e à computação como metáfora de base, a psicologia narrativa propõe a volta ao estudo do significado, a sua produção e compreensão, assim como a substituição da computação pela narração como metáfora representativa do comprometimento teórico da psicologia. A explicitação de tal linha de raciocínio nos habilitou a endossar a visão de Bruner (1997) quando este lê a proposta lançada pelo paradigma narrativo como uma “revolução cognitiva renovada” (BRUNER, 1997, p.15).

2. A reintrodução do significado como tema central da psicologia é a principal proposta e o marco mais característico do paradigma narrativo em psicologia. Abordar o significado em sua singularidade, sem ceder à tentação de reduzi-lo a um produto do processamento de informação (psicologia cognitiva), a um mero sucedâneo da referência, apartado de qualquer historicidade é o desafio que o paradigma narrativo se coloca.

3. A aproximação da psicologia narrativa a outras disciplinas das ciências humanas também ocupadas no estudo e caracterização do significado, como é o caso da lingüística, da semiótica, e, sobretudo da filosofia analítica da linguagem ordinária, trouxe dois resultados valorosos.

Primeiramente, reabasteceu a psicologia de um arsenal de conceitos e métodos que sua busca por uma metodologia e conceituação próprias lhes havia sonogado. E, mais importante, lhe possibilitou através do conceito pragmático de significado evitar muitos reducionismos e imprecisões nas quais até então suas abordagens de questões envolvendo o significado acabavam resvalando.

4. A concepção de significado adotada pelos defensores do paradigma narrativo é derivada diretamente das teorias dos atos de fala de Austin e, indiretamente, do segundo Wittgenstein. O significado é visto como algo contextual, culturalmente construído, estabelecido no uso efetivo e traz a marca inextirpável da história. Destas características depreende-se a multiplicidade de formas nas quais o significado pode legitimamente se dar.

5. A eleição da narrativa como forma privilegiada de acesso e produção de significado no reino psicológico pôde ser justificada em vários níveis. Sem que com isso se excluíssem as outras inumeráveis formas de produção e compreensão de significado, presentes e pressupostas em qualquer ciência humana.

- No que se refere à gênese da linguagem e cognição, vimos a precedência da narrativa frente a categorias lógicas. E, em estados mais avançados do desenvolvimento, o papel de facilitador desempenhado pela narrativa na apreensão de conteúdos cognitivos distintos foi evidenciado.
- Perceptualmente tendemos a organizar eventos de forma narrativa. Quer sejam eventos temporais, percepções de movimentos espaciais ou eventos envolvendo ações e motivos humanos, a forma narrativa de linguagem é a mais usualmente mobilizada.
- Metodologicamente, a narrativa possibilita a articulação entre o individual e o coletivo; a superação da dicotomia real/imaginário no que se refere aos conteúdos psicológicos; a dissociação do significado da referência, entre outras vantagens.
- Epistemologicamente, a adoção da narrativa por parte da psicologia vincula-se à crença na natureza inescapavelmente histórica desta disciplina.

6. Valendo-nos de Gergen (1973), mostramos o caráter histórico da psicologia ao chamar atenção para a relação de retro-alimentação entre os saberes produzidos pelas disciplinas psicológicas e a sociedade. É impraticável a psicologia eximir suas descrições do caráter prescritivo que elas adquirem socialmente. Além disso, o conhecimento de padrões comportamentais proporcionado pela psicologia aumenta o leque de alternativas comportamentais dos mesmos sujeitos sobre os quais os conhecimentos desta disciplina incidem. Por fim, vimos que os sujeitos ao verem suas ações enquadradas em previsões psicológicas tendem a agir de tal forma a invalidá-las.

Some-se a esses fatores a usual impossibilidade de validação transcultural ou trans-histórica da maioria dos postulados da psicologia social. Tem-se assim um esquema suficientemente sólido para fundamentar a afirmação de que a psicologia é uma ciência histórica. Mostramos também que a narrativa é a forma lingüística mais apropriada para captar o significado da temporalidade, dramaticidade e interação entre fatos e intenções que são características da história humana. Fundamentamos e endossamos o silogismo proposto por Sarbin (1986, p.7) a partir de Gergen (1973): Psicologia é história. História é narrativa. Logo, psicologia é narrativa.

7. Ao tratar os problemas psicológicos a partir de uma perspectiva simbólica, o paradigma narrativo explora um veio recessivo de pesquisa. Escapa, por um lado, de

subjetivismos intratáveis e, por outro, de objetivismos reducionistas. Possibilita assim a construção de uma psicologia ao mesmo tempo compreensiva e objetiva.

8. A recorrência à epistemologia pós-fundacionista se mostra de fundamental importância para a compreensão do paradigma narrativo. Apesar de ser um dos pilares de sustentação deste paradigma e uma chave para o seu entendimento, e implicações a menção feita pelos psicólogos narrativistas ao pós-fundacionalismo é geralmente ineficiente.

Evidenciou-se com o presente trabalho que a inovação trazida pelo paradigma narrativo tende a ser sobreestimada caso não se dê o devido crédito à contribuição trazida pelo pós-fundacionalismo. Isto porque é a visão pós-fundacionista de narrativa que separa o paradigma narrativo de outras escolas psicológicas que também se valeram do estudo de estórias.

Por outro lado, a ausência de referências à filosofia analítica da linguagem ordinária tende a superestimar o valor da contribuição trazida pela psicologia narrativa. Tal omissão leva à ignorância do fato de que a contribuição deste paradigma circunscreve-se – e isto não é pouco, vale lembrar – à psicologia e, quando muito, aos estudos literários.

9. Na segunda parte do trabalho, mostramos como as dificuldades envolvidas nas abordagens psicológicas do conceito de identidade evidenciam não a obsolescência do conceito em si, mas sim a limitação do tratamento não-lingüisticamente orientado que este conceito tem recebido até então.

10. No segundo capítulo, a adoção de uma abordagem analítica nos permitiu diferenciar cinco questões distintas que estão envolvidas na problemática da identidade. São elas: Unicidade, Persistência, Substância, Evidência e Pessoaalidade. Destas temáticas, nos ocupamos apenas das três primeiras, por abrangerem com suficiência as questões que geralmente são tematizadas ou pressupostas na maioria dos estudos psicológicos acerca da identidade.

As questões da evidência e da pessoaalidade, apesar de merecerem um estudo a partir do referencial narrativo, resvalam em problemas de natureza mais filosófica do que propriamente psicológica. A questão da pessoaalidade envolvendo sérios problemas éticos e a da evidência, complicados problemas epistemológicos. Nossa investigação acerca das vantagens de se adotar uma concepção narrativa de identidade evidenciam, para cada uma das problemáticas, os resultados, apresentados nos tópicos seguintes.

11. No que se refere à controversa questão da unicidade da identidade pessoal, vimos que as duas posturas psicológicas que concentram o maior número de teorias apresentam problemas que não encontram solução nos próprios quadros conceituais destas correntes.

As teorias derivadas do empirismo humeano reputam qualquer possibilidade de unicidade pessoal como ilusória. Não passaríamos de um feixe de sensações unidos pela ilusão da contigüidade e da causalidade. Assim, ao invés de explicar a questão, evitam-na, taxando-a de ilusória. Um dos principais equívocos desta postura se evidencia se levarmos em conta o fato de que o qualificativo 'ilusório' perde grande parte de sua conotação negativa quando se trata de realidade psicológica ou simbólica.

Podemos dizer, na esteira da fenomenologia, que um fato psicológico pode ser ilusório (i.e. falso), mas nem por isso ele é menos real. Debate semelhante podendo ser feito no plano semântico, ao defender-se a independência do significado frente à referência.

Outra abordagem nega a possibilidade de unicidade da identidade fazendo referência à instabilidade das estruturas sociais que definem a identidade, à inevitável e irredutível multiplicidade de papéis que somos obrigados ou instados a desempenhar. Tal negação nos mostra, como vimos, que o problema não deve ser trabalhado neste nível, mas sim no nível lingüístico ou narrativo.

A conclusão que se nos impôs irresistível é que, factualmente não há unicidade da identidade. Quer se remeta a fatos sociais, como aos papéis que desempenhamos ou a fatos subjetivos, como nossas experiências, sensações ou pensamentos, não passamos de seres humeanos, carentes de unidade. A unicidade da identidade é uma questão de significado e não uma questão de fato. Por esse motivo só pode ser tratada simbolicamente.

De acordo com a visão holística que defendemos em relação ao estudo do significado, a narrativa e não a linguagem descritiva é a melhor forma de se garantir e solucionar o problema o significado da unicidade da identidade psicológica.

12. Pelo menos três razões justificam o privilégio concedido à narrativa no que tange à constituição e compreensão da unicidade da identidade:

- Logicamente a precedência do significado ante a referência, associada ao fato da impossibilidade de se instaurar uma unicidade psicológica no nível factual, nos leva a adotar um jogo de linguagem não-descritivo para tratar a questão da
-

unicidade. Sobre os jogos de linguagem não-descritivos, a narração foi o que mais se adequou aos propósitos almejados.

- Epistemologicamente, a adoção da postura pós-fundacionista possibilita justificar o nível simbólico como um fundamento muito mais sólido, transparente e adequado do que o nível objetivo ou subjetivo.
- Culturalmente, a narrativa se mostra como uma estrutura discursiva capaz de conferir unicidade à identidade pessoal. Possibilita a adoção simultânea da idéia dos sujeitos como entes socialmente construídos e da concepção de que a identidade pessoal não é uma ficção-epistêmica.

13. Mas justificar a unicidade da identidade não implica resolver o problema da persistência desta ao longo do tempo. Uma coisa é isolar teoricamente a identidade de sua intrínseca dimensão temporal e justificar a possibilidade de sua existência, outra coisa, completamente diferente, é abordá-la em sua inerente diacronia e fundamentar sua possível persistência ao longo do tempo.

Para mostrar a possibilidade da persistência da identidade ao longo do tempo, partimos da premissa de que tal persistência não precisa, nem deve ser buscada em alguma forma de substância. Vimos que a vinculação da questão da persistência da identidade à questão da substância apenas fragiliza o conceito de identidade. Argumentos contrários às principais abordagens que lançam mão deste recurso foram arrolados. A fragilidade da abordagem somática, psicológica e cartesiana evidenciou-se ao mostrarmos que a pretensa objetividade ou realidade na qual se baseiam era ela mesma também uma construção simbólica.

A emergência do conceito de identidade narrativa como um candidato mais qualificado para lidar com a questão da persistência da identidade pessoal ao longo do tempo pode ser justificada. A afinidade estrutural é duplamente constitutiva da dimensão temporal da existência humana e da forma narrativa de linguagem foi explicitada.

A referência a Kant, ao segundo Wittgenstein e a Nelson Goodman demonstra que toda identidade repousa em conceitos e em formas de organizar a experiência. Assim sendo, torna-se obsoleto e anacrônico a recorrência às substâncias. Ao mesmo tempo abrem-se as portas para uma concepção de identidade pessoal fundada na autonomia ontológica da linguagem narrativa. Devido à sua capacidade de articular estabilidade e mudança, causas e intenções em um eixo temporal e não apenas em

categorias a-históricas e descontextualizadas, a linguagem narrativa mostrou-se a forma de linguagem mais adequada para a instauração da identidade pessoal.

14. No que diz respeito à busca da substância enquanto um fundamento de unicidade e persistência da identidade ao longo do tempo, atribuímos a tal equívoco o descrédito no qual a questão da identidade caiu em alguns círculos acadêmicos. A busca de uma substância para fundamentar o conceito de identidade foi mostrada como sendo uma tarefa infrutífera, pelo simples fato de que não existe nada digno deste nome a ser buscado.

A partir de Nelson Goodman mostramos que a limitada distinção entre forma e conteúdo, que se encontra por trás desta busca pela essência da identidade, é uma distinção enganadora em muitos (senão em todos) domínios. Não se aplicando de maneira alguma ao papel da narrativa na constituição da identidade. No que diz respeito à arte e à identidade, a forma altera o conteúdo, e vice-versa. Ambos se constituem mutuamente.

A narrativa, portanto, não é apenas uma forma de expressar algum conteúdo responsável pela constituição da identidade, mas sim uma forma de organização da experiência que, mediante determinadas supressões, inclusões e ênfases constitui aquilo mesmo que usualmente é tido como responsável pela existência da identidade.

Referências Bibliográficas

BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

BORGES, Jorge Luis. **História Universal da Infância.** Porto Alegre: Globo, 1978.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas.** Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BROCKMEIER, Jens; HARRE, Rom. **Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo.** *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2003, vol.16, no.3 [cited 29 July 2006], p.525-535. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000300011&lng=en&nrm=iso>

BRUNER, Jerome S. **Atos de significação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRUNER, Jerome S. **Realidade mental, mundos possíveis.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BURKE, Perter (org.). **A Escrita da História - Novas Perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CIALDINI, Robert B. **Influence: Science and Practice.** Massachusetts: Allyn & Bacon, 2001.

COHEN, Morris Raphael. **A preface to logic.** Meridian books, New York, 1956.

CORREIA, Carlos João. "A Identidade Narrativa e o Problema da Identidade Pessoal. Tradução comentada de «L'identité narrative» de Paul Ricoeur", **Arquipélago**. 7, p. 177-194, 2000. Disponível em: <http://metafisica.no.sapo.pt/ricoeur.html>. Acesso em: 02 Dez 2007.

CRITES, S, Angels we have heard. In: WEIGGENS, B (ed) **Religion as story**. New York: Harper, 1975.

CRITES, Stephen. "Storytime: Recollecting the Past and Projecting the Future," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.

DAUENHAUER, Bernard, "Paul Ricoeur". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2005 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2005/entries/ricoeur/>>.

DURANT, Gilbert. **As estruturas antropológicas do Imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

FARR, R.M. **Raízes da psicologia social moderna (1872-1954)**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Claudia Maria Passos. **Causalidade Psíquica em Freud**. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2000.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis : Vozes. 2002.

GALARCE, E. **Psicología Narrativa - Una revisión de sus aspectos teóricos y sus alcances terapéuticos**. Universidad de Belgrano. Departamento de Investigación. Junio 2003. Facultad de Humanidades. Carrera de Licenciatura en Psicología. N° 85. Tutora: Silvia R. Acosta. Disponível em: http://www.ub.edu.ar/investigaciones/tesinas/85_galarce.pdf Acesso em: 02 Dez 2007.

GARDNER, J. **Therapeutic communication with children: the mutual storytelling technic**. New York: Science House, 1971.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
GERGEN, Kenneth J. Social Psychology as History. **Journal of Personality and Social Psychology**. V.26, n.2, p.309-320, 1973.

GERGEN, Kenneth J.; GERGEN, Mary M. "Narrative Form and the Construction of Psychological Science," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

GOFFMAN, Erving. **The Presentation of Self in Everyday Life** New York: Doubleday Anchor, 1959.

GOODMAN, Nelson. **Ways of World Making**. New York: Hackett, 1978.

GRÁCIA, Tomás Ibañez. O giro lingüístico. In: IÑINGUEZ, Lupicínio.(coord.)**Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis:Vozes, 2004.

HEIDER, F.;SIMMEL, E. A study of apparent behavior. **American Journal of Psychology**. 1944, 57, p. 243-259.

HUME, David. **A Treatise of Human Nature**. Oxford:Penguin, 1985.

HUXLEY, Adous. "Prefácio". in MURTI, Krishna. **A primeira e a última liberdade**. São Paulo: Cultrix, 1997.

IÑINGUEZ, Lupicínio.(coord.)**Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis:Vozes, 2004.

JACQUES, M. da G. (Coord). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis:Vozes, 2000.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KEEN, Ernest. "Paranoia and Cataclysmic Narratives," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva. 6ªed, 2001.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto história**. São Paulo, 17, 1998.

LYOTARD, Jean François. **A Condicao Pós Moderna**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002.

MANCUSO, James C. "The Acquisition and Use of Narrative Grammar Structure"," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.

MEAD, George Herbert. **Mind, Self, and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist**,Chicago: University Of Chicago Press,1967.

MICHOTTE, A. E. **The perception of causality**. London: Methuen, 1963.

MISHLER, Elliot G. "The Analysis of Interview-Narratives," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.

NORMAN, Richard. **Reason for actions**. New York: Blackwell, 1971.

- OLSON, Eric T., "Personal Identity". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2007 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2007/entries/identity-personal/>>.
- PEPPER, S. **World hypotheses**. Berkley: University of California Press, 1942.
- PINKER, Steven. **How the mind works**. Boston:Penguin, 1997.
- POLANY, L. **So what's the point?** *Semiótica*, 25,1979.
- POLKINGHORNE, Donald E. **Narrative Knowing and The Human Sciences**. New York: State University of New York Press,1988.
- QUINE, W. V. O. **Word and object**. Cambridge, MA: M.I.T. Press, 1960.
- RICOEUR, Paul. **O discurso da ação**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- RICOEUR, Paul. O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1995. 3v.
- ROBINSON, John A; HAWPE, Linda " NarrativeThinking as a Heuristic Process," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology:The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.
- SACKS, Oliver. O homem que confundiu sua mulher com um chapéu: e outras histórias clínicas** . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology:The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.
- SCHEIBE, Karl E. "Self-Narratives and Adventure," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology:The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.
- SHERMER, Michael. **Why People Believe Weird Things: Pseudoscience, Superstition, and Other Confusions of Our Time** New York:W.H. Freeman & Company,1998.
- SINGER, Peter.**Practical Ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- SOUZA, William Felipe de. **Ricoeur e a identidade narrativa**. Disponível em: <http://metafisica.no.sapo.pt/william.html> Acesso em: 02 Dez 2007
- SUTTON-SMITH, Brian. "Children's Fiction Making" in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology:The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.
- Theodore R. SARBIN, "The Narrative as a Root Metaphor for Psychology," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology:The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.
- TOMKINS, Calvin. **Duchamp: A Biography**. New York: Henry Holt & Company: 1996. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Marcel_Duchamp#_ref-1 Acesso em: 02 Dez 2007.
-

TOMKINS, Calvin. **Duchamp: A Biography**. New York: Henry Holt & Company: 1996. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Marcel_Duchamp#_ref-1 Acesso em: 02 Dez 2007.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril cultural, 1984.

WYATT, Frederick. "The Narrative in Psychoanalysis: Psychoanalytic Notes on Storytelling, Listening, and Interpreting," in SARBIN, Theodore R. (ed.) **Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct**. New York: Praeger, 1986.
